



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ADELINO FERRANTI

**A POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA (PA)
NO PERÍODO DE 2005 A 2008: REALIDADE E LIMITES**

Belém
2013

ADELINO FERRANTI

**A POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA (PA)
NO PERÍODO DE 2005 A 2008: REALIDADE E LIMITES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, Linha de Políticas Públicas, sob orientação do Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva.

Belém
2013

F373p

Ferranti, Adelino

A Política educacional no Município de Abaetetuba (PA) no período de 2005-2008: Realidade e limites/ Adelino Ferranti. Belém. UFPA, 2013. 122 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, 2013.

1. Política educacional – Abaetetuba (PA). 2. Educação e Estado. Abaetetuba (PA). 3. Gestão e organização – Abaetetuba (PA)
I. Título.

CDD: 379.8115

ADELINO FERRANTI

**A POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA (PA)
NO PERÍODO DE 2005 A 2008: REALIDADE E LIMITES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Gilmar Pereira da Silva (ICED – UFPA)
Orientador

Dra. Ney Cristina Monteiro de Oliveira (ICED – UFPA)
Examinadora Interna

Dr. Emmanuel Ribeiro Cunha (UEPA)
Examinador

Avaliado em 03/07/2013.

RESUMO

O presente estudo focaliza a política educacional no município de Abaetetuba/PA no período de 2005 a 2008: Realidade e Limites, partindo do pressuposto da necessidade de sua reformulação, considerando-se sua desorganização e desatualização, não respondendo às necessidades do município. Nesse sentido, o objetivo principal da pesquisa foi analisar a política educacional implementada no município de Abaetetuba/PA, no referido período, considerando seus desafios, avanços e limites. O estudo foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa e a coleta de dados foi efetuada por meio de pesquisa documental nos múltiplos documentos produzidos no período estudado. A análise se deu em cima dos dados coletados e seus impactos na política educacional construída. Os resultados do estudo mostram que a reformulação educacional no município aconteceu positiva e gradativamente e que ela está sendo seguida pelo governo posterior e que foi incorporada ao Plano Municipal de Educação concluído em 2012. Mostrou também que não foram poucos os conflitos diante das limitações do município, ainda muito carente de recursos financeiros e humanos para fazer frente às demandas reprimidas, que fazem a população clamar por soluções. O estudo mostrou, também, os muitos obstáculos a serem superados gradativamente num município que detém a 7ª maior população do Estado (141.054 habitantes), da qual 34.733 são estudantes da rede municipal de ensino. O estudo constatou, inclusive, que o município ainda é muito frágil em suas estruturas administrativa e social, e que depende basicamente de insuficientes e limitados recursos financeiros vindos do governo federal.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Política Educacional Municipal. Reestruturação.

ABSTRACT

This study focuses on the educational policy of the municipality Abaetetuba/PA in the period 2005-2008: Reality and Limits, assuming the need for its overhaul, considering your clutter and outdated, not responding to the needs of the municipality. In this sense, the main objective of the research was to analyze the educational policy implemented in the municipality of Abaetetuba/PA, in that period, considering its challenges, advances and limitations. The study was conducted from a qualitative approach and data collection was done through documentary research in multiple documents produced during the study period. The analysis was done on the data collected and their impact on educational policy built. The study results show that the reformulation education in the municipality positive and gradually happened and that she is being followed by the government and which was later incorporated into the Municipal Education Plan completed in 2012. It also showed that there were many conflicts before the limitations of the city, still very much in need of financial and human resources to meet the demands suppressed, making the people cry out for solutions. The study also showed the many obstacles to be overcome gradually in a town that holds the 7th largest state population (141,054 inhabitants), of which 34,733 are students of municipal schools. The study found, also, that the city is still very fragile in their administrative and social structures, which basically depends on insufficient and limited financial resources coming from the federal government.

KEYWORDS: Education. Education Policy Council. Restructuring.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela abundante vida que me presenteou até hoje, aos 62 anos;

Aos meus pais Silvino (*in memoriam*, † 23/11/11) e Tereza, que mesmo nas limitadas condições do saber científico sempre me educaram para a vida;

Ao mano José (*in memoriam*, † 08/03/12), que repentinamente partiu deixando sua luta incessante por um mundo melhor;

À minha esposa Célia pela bravura de mulher na busca dos ideais humanitários e cristãos;

Aos meus filhos Monaiara (farmacêutica), Tatiara (jornalista e estudante do último ano de Letras) e Tainã Kerí (professor licenciado em matemática, estudante de engenharia civil e bancário) pela inspiração e orgulho que são;

Ao Centro de Educação Popular Acendendo as Luzes (CEPAL), localizado em Abaetetuba, minha grande fonte de inspiração educacional e de utopias;

Ao Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins, que ajudei a nascer e a crescer, onde exerço minhas atividades profissionais desde 1997;

Aos meus amigos Ana Tancredi, Nestor Deitos, Lídio Becker, Atilio Feldatto, Luiz Gonzaga Leite Lopes, Raimundo Silva, Antônio Reis de Azevedo, Ângelo Paganelli, Angelita Fagundes, Joana Conceição Santos, Diquinha Paganelli, Ataíde Dias, Ataíde Feio Neves, Benedita Josiana Rodrigues, Renata Rodrigues de Carvalho, Severiana Carvalho, Dalva Gutierrez Valente, Renato Thiel, Waldir Abreu, Damião Bezerra, Mara Rita de Oliveira, Lina Gláucia Dantas, Eliomar de Azevedo, Francisco Paulino Narciso, Pedro Ferranti, Armelindo Ferranti, irmãos de estrada, sonhos, inquietações e utopias;

Ao Colégio São Francisco Xavier, à Pastoral da Juventude, ao SINTEPP, à Colônia de Pescadores Z14, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, à Associação do Bairro da Aviação, ao PT e a todos os militantes de Abaetetuba, onde aprendi a compreender as lutas e conquistas populares;

Ao meu Orientador Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva, que desde cedo conheci nas lutas e conquistas populares em Barcarena e como estudante do Campus de Abaetetuba/Baixo Tocantins e hoje no Campus de Cametá. Admiro-o pela condução séria, responsável, flexível, instigante e eficiente da orientação deste trabalho;

Aos meus nobres, seletos e impacientes professores do Mestrado: Dra. Olgaíses Maués, Dra. Ney Cristina Monteiro de Oliveira, Dra. Marilena Loureiro, Dra. Vera Jacob

Chaves, Dra. Rosana Gemaque, Dr. Gilmar Pereira da Silva, Dr. José Bittencourt, Dr. Wagner Moreira e Dra. Regina Simões;

À minha eterna professora e impulsadora Dra. Ana Orlandina Tancredi, que me incentivou e me convidou a ingressar, via concurso público, no corpo docente do Centro de Educação, em 1992, onde atuei até 1997 e que é hoje, novamente, Diretora do ICED;

Às professoras Dra. Dalva Gutierrez Valente e Dra. Ney Cristina de Oliveira, colegas de concurso público (1992) para ingresso no quadro docente da UFPA, as quais sempre nutro especial carinho;

Aos servidores do Centro de Educação da UFPA, hoje Instituto de Ciências da Educação (ICED), pelo companheirismo e pela amizade em nossa convivência profissional ainda presentes;

Aos meus colegas de Mestrado da UFPA das turmas de 2010 e 2011, pela convivência, pelas trocas de experiências e saberes, pelo companheirismo, pela amizade, compreensão, mútua colaboração e superação;

Aos colegas do antigo Departamento de Administração e Desenvolvimento da Educação (DAPE) do ICED, Celita Souza, Maria José Aviz, Ademar Cascaes, Janaína Menezes, Marilena Loureiro, Ney Cristina de Oliveira, Telma Guerreiro, Terezinha Monteiro dos Santos, Wanja Elizabeth Costa, Rosana Gemaque, Ana Tancredi, Islândia Sampaio e Olgaíses Maués;

À Universidade Federal do Pará, ao Centro de Educação e ao Departamento de Administração e Planejamento da Educação (DAPE), por onde comecei a trilhar o caminho universitário como docente;

À Coordenação e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da UFPA, pela convivência respeitosa e carinhosa;

À professora Maria do Socorro Vasconcelos Pereira, em especial, que me socorreu com solidariedade e me deu apoio e alívio no processo de ingresso ao curso, dignificando sua bagagem intelectual e pessoal;

Enfim, a todos que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho e na superação dos obstáculos, minha gratidão.

DEDICATÓRIA

A Deus, todo poderoso,
à minha família,
aos familiares,
aos amigos
à medicina,
ao silêncio...
que me deram forças
para continuar superando
as três mortes familiares
ocorridas dias 23/11/11, 08/03/12 e 11/03/12,
na metade do Mestrado,
que esconderam ou anularam
os conhecimentos armazenados na mente,
provocando um caos mental e emocional,
uma constante reaprendizagem e um desânimo insistente,
mas em contrapartida
uma recuperação teimosa e constante,
mergulhada na caminhada que devia continuar.

Neste século que se inicia é preciso encorajar e alimentar as utopias de mudança e transformação. É preciso remontar e renovar os compromissos históricos com a luta por democracia, participação e poder popular. Este tem sido o objetivo de luta que mais de uma geração travou até agora, e é um bom motivo para continuarmos lutando e sonhando juntos, porque “um outro mundo é possível”.

Hillary Wainwright

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Brasil, do Pará e Microrregião de Cametá	27
Figura 2 - Mapa da Microrregião de Cametá.....	28
Figura 3 - Mapa Rodoviário do Baixo Tocantins	37
Figura 4 - Abaetetuba – Organograma da SEMED 2004.....	45
Figura 5 - Abaetetuba –Organograma da SEMED 2005.....	68
Figura 6 - Estrutura Administrativa da SEMED/Abaetetuba 2009-2012.....	111
Figura 7 - Documentário Fotográfico.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados comparativos microrregião de Cametá e municípios próximos-2010	32
Tabela 2 - População de Abaetetuba e de Barcarena de 1970 a 2010.....	40
Tabela 3 - Abaetetuba - Matrícula 2005.....	44
Tabela 4 - Abaetetuba -Dados Estatísticos EJA 2005 a 2009	45
Tabela 5 - Abaetetuba - Formação Continuada realizada de 2005 a 2008	70
Tabela 6 - Escolas Municipais de Abaetetuba por Região	72
Tabela 7 - Demonstrativo dos Conselhos Escolares Municipais	79
Tabela 8 - Abaetetuba -Escolas que procederam as Eleições Diretas.....	81
Tabela 9 - Abaetetuba - Nº de Alunos Matriculados na Pré-Escola – Rede Pública e Privada no período de 2000 a 2009	84
Tabela 10 - Abaetetuba - Matrículas do Ensino Fundamental Inicial, anos 2001-2010	85
Tabela 11 - Abaetetuba - Demonstrativo Alunos em Distorção Idade-Série/Ano2009	86
Tabela 12 - IDEB de Abaetetuba e Municípios da Região, de 2005 a 2011.....	87
Tabela 13 - Abaetetuba - Recursos do FUNDEF/FUNDEB	88
Tabela 14 - Abaetetuba - Meios de Transporte Utilizados de 2005-2008	95
Tabela 15 - Demanda de Estudantes atendidos.....	95
Tabela 16 - Ofertas do IFPA Abaetetuba em 2008	99

LISTA DE SIGLAS

ALBRÁS:	Empresa Alumínio Brasileiro S.A.
ALUNORTE:	Empresa Paraense Alumina do Norte do Brasil S.A.
ASBEPA:	Associação Beneficente dos Professores de Abaetetuba
CAPES:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL:	Centro de Educação Popular Acendendo as Luzes
CF:	Constituição Federal
CONAE:	Conferência Nacional da Educação
DAPE:	Departamento de Administração e Planejamento da Educação
ENADE:	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM:	Exame Nacional do Ensino Médio
FEPPEP:	Federação dos Professores Públicos do Estado do Pará
FMI:	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB:	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF:	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
ICED:	Instituto de Ciências da Educação da UFPA
IDEB:	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES:	Instituições de Ensino Superior
IFPA:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
INSS:	Instituto Nacional da Seguridade Social
INEP:	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN:	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LSE:	Levantamento da Situação Escolar
MEC:	Ministério da Educação
PAR:	Plano de Ações Articuladas
PARFOR:	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PC do B:	Partido Comunista do Brasil
PDE ESCOLA:	Plano de Desenvolvimento da Escola
PDE:	Plano de Desenvolvimento da Educação

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB:	Produto Interno Bruto
PIS:	Programa de Integração Social
PMDB:	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE:	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE:	Programa Nacional de Transporte Escolar
PNE:	Plano Nacional de Educação
PROUNI:	Programa Universidade para Todos
PSB:	Partido Socialista Brasileiro
PPP:	Projeto Político Pedagógico
PT:	Partido dos Trabalhadores
PTB:	Partido Trabalhista Brasileiro
SEDUC:	Secretaria de Estado de Educação
SISU:	Sistema de Seleção Unificada
SAEB:	Sistema de Avaliação Educacional
SINTEPP:	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará
SOME:	Sistema Organizacional Modular de Ensino
STR:	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UEPA:	Universidade do Estado do Pará
UFPA:	Universidade Federal do Pará
UNDIME:	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
URE:	Unidade Regional de Educação
Z-14:	Colônia de Pescadores de Abaetetuba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Delineando o objeto de estudo.....	14
1.2 O caminho teórico-metodológico	19
2 ABAETETUBA: DETERMINANTES HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DE UMA REALIDADE PECULIAR	27
2.1 Histórico do município	27
2.2 Economia do município.....	33
2.3 Impacto dos grandes projetos na região	37
2.4 A educação municipal	42
3 GESTÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA	47
3.1 Um breve histórico das políticas educacionais no Brasil	47
3.2 Situação da arena	61
3.2.1 A nova proposta de gestão educacional e seus impactos.....	63
3.2.2. A nova estrutura construída na educação municipal	66
3.3 Gestão, confrontos, limites e conquistas	74
3.3.1 Gestão democrática.....	74
3.3.2 Garantia do acesso e permanência com sucesso.....	82
3.3.3 Valorização dos profissionais da educação	89
3.3.4 Qualidade social do processo educativo	93
3.3.5 Inovação tecnológica e científica na renovação do conhecimento.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS	105
ANEXOS	111

1 INTRODUÇÃO

A educação é a mola mestra do desenvolvimento da sociedade e sem ela não é possível construirmos os alicerces da democracia, como nos adverte Paulo Freire quando afirma que:

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda (FREIRE, 2000, p. 36).

Acreditando na força e no poder da educação, é que apresentamos o presente estudo sobre *A Política Educacional no município de Abaetetuba/PA, no período de 2005 a 2008: Realidade e Limites* por entendermos que é por meio da educação que o município de Abaetetuba alicerçará seu desenvolvimento, progresso e cidadania.

1.1 Delineando o objeto de estudo

Sabemos que a educação deve contribuir para a formação de cidadãos e não ser apenas um instrumento de preparo de mão de obra barata e submissa à ordem capitalista porque

O objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância, é a emancipação humana. A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumentos daqueles estigmas da sociedade capitalista: fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transferir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes (MÈSZÁROS, 2008, p. 15).

Na sociedade atual, percebe-se claramente que a educação não serve à emancipação humana, e sim ao sistema capitalista que está posto. Nesse sentido, a proposta de um novo projeto de educação, em que a construção da cidadania seja perseguida incansavelmente, encontra resistências e gera conflitos permanentes. Mas é preciso ousar e construir as bases de um novo projeto de sociedade e de educação, mesmo contra a cultura capitalista enraizada no seio de nossa sociedade.

Abaetetuba é um município do Estado do Pará com uma extensão territorial, segundo o IBGE, de 1.610,75 km². Localizado na região Norte do Brasil, esse município pertence à

Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá.¹ A distância do distrito sede à capital do Estado – Belém - é, em linha reta, de 60 km e de 110 km por via rodoviária (SOUSA, 2009; MACHADO, 2008; GESPAN, 2004).

O território do município de Abaetetuba (PA) é composto por 72 ilhas, 35 colônias de terra firme e 14 bairros urbanos. Tem, hoje, 141.054 habitantes, segundo o último censo do IBGE (2010), constituindo-se no 7º município paraense mais populoso.

Ao longo de seus 118 anos (1895-2013) de existência do município, os governos que comandaram as estruturas administrativa, jurídica e política do município sempre representaram as forças conservadoras do país, quer por indicação (até 1982), quer por meio de eleições democráticas (até o presente momento). Em outras palavras, esses governos que se revezaram no comando municipal, nesse período, obedeciam ao comando ditado pelos governos federal e estadual, ambos também de matriz conservadora. Sousa (2009, p. 128) nos ajuda a elucidar essa afirmação quando diz:

Administrativamente o município (Abaetetuba) ficou a maior parte do tempo dirigido por intendentes, depois prefeitos, todos nomeados por interventores estaduais que se tornaram, em seguida, governadores do Estado. Esses intendentes e prefeitos municipais estiveram, a sua maioria, a serviço das oligarquias estaduais.

Entretanto, com o término do período da ditadura (1964-1985) no país, ou mesmo durante ele, as forças sociais foram se organizando e se estruturando progressivamente ao redor da Igreja Católica e de entidades de classe, como pescadores, professores, trabalhadores rurais e operários. Com isso, formaram associações, sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais que se posicionavam contra a burguesia, criando um movimento de combate ao conservadorismo, ou seja, contra o pensamento da burguesia (MARX & ENGELS, 2008). Essa organização tornou-se, então, espaço educativo de construção de novas formas de condução da sociedade e constituição do poder, apesar do domínio das forças dirigentes historicamente conservadoras.

Isso aconteceu também em Abaetetuba, sobretudo durante a década de 70, sendo gestadas e criadas organizações sociais que, pouco a pouco, se tornaram capazes de articular outras formas de relações políticas, engendrando novas formas de ação e intervenção na sociedade, mas também permitindo que, a partir de ações coletivas, um representante dessa

¹ A Microrregião de Cametá é composta pelos municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

nova forma de fazer política chegasse ao poder, pois sua própria dinâmica exigia ações transparentes, democráticas e eficientes (SOUSA, 2009).

Desse modo, a atuação da igreja e dos movimentos sociais, assim como a implantação, em 1987, de um Campus da Universidade Federal do Pará em Abaetetuba e a consciência crítica que foi se desenvolvendo, foi possível formar quadros qualificados ou semiquilificados técnica e politicamente para atuar na esfera pública e, assim, poder sistematizar a proposta política que vinha sendo gestada no interior dos movimentos sociais em construção durante mais de três décadas (de 1970 a 2004).

Contudo, somente após 25 anos de tentativas, mais especificamente em 2004, um partido considerado de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT), venceu, pela primeira vez na história do município, as eleições municipais, como afirma Sousa (2009, p. 133): “Cansada das inúmeras promessas não cumpridas pelas oligarquias, a população elegeu o sindicalista e professor Luiz Gonzaga Leite Lopes, da coligação Frente Abaeté para Todos, para prefeito” que, durante quatro anos (2005-2008), teve a oportunidade de administrar o município de Abaetetuba.

A nova administração, eleita democraticamente no pleito realizado, desenvolveu-se sob outra ótica, como apontam os documentos pesquisados, pois fora construída e gestada nas lutas populares, próprias da história petista, já reconhecida nas boas experiências de gestão pública nas prefeituras das cidades de Belém (PA), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS), por exemplo, mas também em alguns governos estaduais e no próprio governo federal, comandado inicialmente por Luiz Inácio Lula da Silva e, atualmente, por Dilma Rousseff.

Além disso, dados do estudo, fruto de pesquisa documental, nos permitiram observar que, ao assumir o poder, o novo governo, formado por uma aliança política constituída por vários partidos (PT, PDT, PSB, PMDB, PPS, PTB e PC do B),² apresenta-se como uma grande expectativa popular, sobretudo porque o Programa de Governo, elaborado antes do eleito assumir o poder, havia sido construído a partir das necessidades prementes do município, percebidas nas visitas *in loco*. Ou seja, primeiro foi feito um levantamento dos problemas e das necessidades de Abaetetuba e, em seguida, houve encontros para discussão e seleção das prioridades, envolvendo lideranças, profissionais e a sociedade civil, que atuavam em diferentes áreas (ABAETETUBA, 2005), prática de vivência e de princípios da nova administração municipal, burilada na trajetória junto à sociedade local.

² Os partidos PT, PDT, PSB, PC do B, PMDB, PPS e PTB formaram a *Frente Abaeté para Todos* para a disputa da eleição municipal de 2004 e participaram do governo municipal no período de 2005 a 2008.

Essa metodologia de trabalho para a construção do Programa de Governo foi considerada inovadora para o município e, conseqüentemente, diferente em relação às práticas até então adotadas pelos governos que vinham de uma tradição conservadora centenária de centralização das decisões nas mãos de seus dirigentes, que implantavam as políticas públicas ignorando geralmente a realidade e também os seus principais atores, que são os profissionais, as lideranças locais e o próprio povo. Sem dúvida, o envolvimento dos diferentes atores das várias áreas de abrangência na formulação das políticas públicas do município constituiu-se em um alicerce sólido para a atuação do novo governo (COLIGAÇÃO, 2004), cujos desafios eram enormes em todas as áreas.

Na área educacional, por exemplo, segundo levantamentos feitos,³ constatamos a situação em que fora deixado o prédio da Secretaria Municipal de Educação pelo governo anterior ao pesquisado e a escassez de documentação nessa Secretaria (a maioria havia sido retirada previamente do local) obrigou proceder a busca de informações oficiais acerca da educação municipal em órgãos, como, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Ministério da Educação (MEC).

A isso acrescentamos ainda o fato de que a situação encontrada nas escolas do município era estarrecedora, principalmente nas do interior (ilhas e estradas). Muitas escolas estavam, inclusive, interditadas por falta de condições físicas. A maioria carecia de reforma geral, de melhoramentos nas instalações elétricas e hidráulicas, de pintura e de ampliação; já outras funcionavam precariamente em casas de família ou em barracões.

A pesquisa nos mostrou também que a situação do ensino na rede municipal era muito deficiente. As noventa e três (93) escolas das ilhas encontravam-se desde sempre sem energia elétrica e sem água potável. Os equipamentos de copa e cozinha estavam sucateados ou inexistiam. As frequentes faltas e atrasos de professores pioravam ainda mais a situação. Além disso, todas as escolas do interior não estavam legalizadas e as turmas da rede estadual do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) funcionavam nas escolas municipais, acumulando e aumentando os problemas existentes, pois estas dependiam administrativamente quase que totalmente do município.

³ De outubro a dezembro de 2004, após o resultado do pleito eleitoral, uma equipe de professores, juntamente com o futuro secretário de educação, percorreu voluntariamente todas as 183 escolas municipais para realizar levantamento completo da situação física das instalações e as observações acerca da situação escolar em Abaetetuba foram materializadas em um relatório, que serviu de suporte para a elaboração do Plano de Educação do novo governo.

O estudo nos permitiu constatar que no período de 2005 a 2008 os dirigentes municipais empenharam-se para estruturar a política educacional de Abaetetuba, que atendia em sua rede municipal 34.733 estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, além de programas de alfabetização. Este trabalho permitiu que fossem lançadas bases para a continuidade das ações do governo municipal no quadriênio seguinte, fortalecendo a formação de cidadãos.

Diante de toda essa contextualização, o tema deste estudo é a política educacional, tendo como referência o município de Abaetetuba no período de 2005 a 2008, mostrando a realidade em que se encontrava e sua necessária reestruturação e os limites impostos para a sua execução.

O tema é de grande relevância e justifica-se pela necessidade de resgatar e registrar o trabalho de organização e dinamização da educação, num município considerado relevante e importante no cenário regional e estadual.

O interesse pelo tema nasce de nossa inserção na educação do município desde 1981, quando chegamos à cidade quer na atuação como docente, quer como dirigente de instituições de ensino, quer nas lutas sindicais e sociais e, sobretudo, pelo desejo de contribuirmos incisivamente na qualidade da educação.

As longas lutas do movimento dos trabalhadores da educação do Baixo Tocantins, foram se sedimentando na realização de congressos educacionais, da criação da Associação Beneficente dos Professores de Abaetetuba (ASBEPA), depois, do movimento estadual da categoria na fundação da Federação dos Professores Públicos do Estado do Pará (FEPPEP), na criação do Campus Universitário do Baixo Tocantins (CUBT), na organização dos movimentos sociais locais e regionais, etc.

Ao longo da vida sempre nos colocamos na condição de aprendiz, pois, segundo nosso mestre Freire (1996, p. 23), “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”, e também porque, ao longo de nossa caminhada profissional, buscamos colocar os interesses da coletividade acima dos interesses pessoais.

Fazemos parte do grupo dos 24.592 estudantes universitários com mais de 50 anos que, ao negarem viver isolados socialmente, buscam conhecimento e convívio em sociedade (COSTA, 2012), e após as atividades profissionais rotineiras, contribuir na formação permanente de lideranças que possam, no futuro, assumir, com mais competência e consciência o seu papel político transformador no meio social, ou seja, assumir a sua condição de cidadão (FREIRE, 1987). E quando estivermos mais qualificados, dentro e fora das

instituições, continuaremos a servir a sociedade nas frentes de lutas sociais de Abaetetuba, do Estado do Pará e do Brasil.

Após quarenta e um (41) anos atuando na educação pública (1972-2013), concluir o Mestrado em Educação, na linha de Políticas Educacionais, constitui-se no coroamento pessoal, sobretudo, de uma busca necessária que não foi viabilizada anteriormente porque éramos chamados a contribuir em outras frentes de atuação, como na direção do Centro de Educação Popular Acendendo as Luzes (CEPAL), na Coordenação do Campus Universitário do Baixo Tocantins (Abaetetuba), na Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba, na direção da União dos Dirigentes Municipais de Educação/PA (UNDIME) e atuação nos meios sociais e políticos. Entendemos que nunca é tarde para apreender e servir melhor.

O presente estudo teve como objetivo principal analisar a política educacional desenvolvida no município de Abaetetuba/PA, no período de 2005 a 2008, considerando seus desafios, avanços e limites. E como objetivos específicos: Identificar os processos instituídos na reestruturação organizacional da educação no município de Abaetetuba, considerando a organização da Secretaria Municipal de Educação e discutir a estruturação e organização da educação pública municipal em Abaetetuba.

1.2 O caminho teórico-metodológico

Para a realização do estudo foi utilizado como referência autores como Sousa (2009), Machado (2006, 2008), Tourinho (1991) e outros que nos deram suporte para compreender e contextualizar o *locus do estudo*, o município de Abaetetuba, onde aconteceu o trabalho. Para a fundamentação teórico-metodológica utilizaremos autores, como: Arroyo (2009), Bachelard (1996), Bresser Pereira (1998), Chizzotti (1998,2006), Cury (2008), Freire (1996, 1988), Frigotto (2003), Garcia (2003), Lüdke e André (1986), Marx e Hengels (2008), Nascimento (2001), Oliveira (2010), Pinto (2009), Santos Filho (2007), Saviani (2009), etc.

Os referenciais foram usados no sentido de reafirmamos a convicção de que a pesquisa não pode ser uma ação mecânica, descolada de um determinado referencial teórico, que contextualize a realidade em que ela se processa. Ela sempre será uma ação de sujeitos na busca de compreender sua história, sua realidade, dar respostas, fazer perguntas, semear dúvidas. O processo de pesquisa não é homogêneo, linear, uniforme, a-histórico; ao contrário, é histórico e por isso complexo e desafiador, exigindo uma postura séria e reflexiva do pesquisador.

Porém, aqui reconhecemos que o maior desafio foi saber trabalhar o envolvimento e a subjetividade. Enquanto pesquisador tentou-se manter um necessário distanciamento que requer todo trabalho científico, pelo fato de ter comandado a secretaria municipal de educação no período estudado. Não tivemos a intenção de simplificar o processo de distanciamento do objeto investigado. Julgamos que esse exercício é contínuo no ofício de qualquer pesquisador, independente da área de investigação. É, pois, um exercício que requer disciplina e rigor científico, como afirma Bachelard:

Em todas as ciências rigorosas, um pensamento inquieto desconfia das *identidades* mais ou menos aparentes e exige sem cessar mais precisão e mais ocasiões de distinguir. Em resumo, o homem movido pelo espírito científico deseja saber mais para, imediatamente, melhor questionar (BACHELARD, 1996, p. 34).

Diante disso, optamos por desenvolver este estudo sobre a realidade e os limites na política educacional no município de Abaetetuba a partir de uma abordagem qualitativa, por acreditarmos ser este um instrumento capaz de contribuir para melhor atender os objetivos propostos. Para Gunter (2006, p. 202), a pesquisa qualitativa

Prefere estudar relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento de variáveis; e a construção da realidade, é percebida como um ato subjetivo de construção. A descoberta e a construção de teorias são objetos de estudo desta abordagem. Apesar da crescente importância de material visual, a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente.

Já Oliveira (2010, p. 37) compreende a abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa como sendo “um processo de reflexão e análise da realidade através (*sic*) da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. Por fim, Santos Filho (2007, p.40) acrescenta uma informação fundamental ao afirmar que:

Uma vez que a realidade é dependente da mente, na ótica da pesquisa qualitativa, é impossível o investigador e o processo de pesquisa não influenciarem o que é investigado – como o instrumento não pode separar-se do que está sendo medido – sendo este uma extensão do pesquisador e um fator na construção da realidade pesquisada.

Mais uma vez podemos perceber que não existe neutralidade do pesquisador em uma pesquisa, sobretudo na abordagem qualitativa, pois, estando ele envolvido, por mais imparcial que se esforce para ser, dificilmente não se envolverá e não se “contaminará” com o processo pesquisado. Mas isso não quer dizer que o pesquisador não se empenhará em ser o máximo possível imparcial, logo “deve-se abandonar a ficção da neutralidade e assumir a consideração dos valores na pesquisa como um fator positivo e não negativo” (SANTOS FILHO, 2007, p. 42).

Com relação a essa neutralidade que não existe, já que o pesquisador é parte do processo a ser estudado, é preciso deixar bem claro que as investigações e análises se revestirão do rigor científico exigido e necessário, uma vez que “é a realidade empírica que nos fala através (*sic*) da fala dos atores sociais ou de fatos e fenômenos observados e ou testados, e não o que pensamos sobre o objeto de estudo” (OLIVEIRA, 2010, p. 35). A autora acrescenta ainda

Seguramente os estudiosos e os novos pesquisadores interessados em trabalhar dentro de uma abordagem qualitativa poderão ter a certeza de que a metodologia interativa é mais uma proposta que privilegia os atores sociais e minimiza a subjetividade do pesquisador (*idem*, p. 234).

Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa apresenta as seguintes características: realiza-se em ambiente natural como fonte direta de dados, sendo o pesquisador o instrumento fundamental; possui caráter descritivo, enfoque dedutivo e significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida. Porém, é necessário delimitar o espaço e tempo, definindo-se data e lugar.

Portanto, a pesquisa qualitativa permite uma visão dinâmica e dialética das relações entre o mundo real e os sujeitos, percebendo a interdependência entre o sujeito e o objeto e a indissociabilidade entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI, 2008).

O mesmo autor ainda reforça que “o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais” (*idem*, p. 80), o que exige deste muita seriedade e esperteza para enxergar o que existe por trás dos fatos e ações. E é nessa perspectiva que se desenvolve nosso trabalho. De acordo com Lüdke e André (1986, p. 12-13), a pesquisa qualitativa se configura por apresentar cinco características, a saber:

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.
2. Os dados coletados são predominantemente descritivos.
3. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.
4. O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são foco de atenção especial pelo pesquisador.
5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Essas características apresentadas pelas autoras foram o norte no desenvolvimento de nossa pesquisa. Para adentrarmos com mais profundidade no entendimento da análise da política educacional implantada no município de Abaetetuba, no período de 2005 a 2008, realizamos um estudo sobre esta política, visando “captar a realidade de forma detalhada em suas múltiplas determinações, de maneira mais profunda e completa possível” (SOUSA, 2009, p. 19).

Se a pesquisa qualitativa é considerada, segundo Minayo (1993), como um universo dos significados, motivos, aspirações, valores e atitudes correspondentes ao espaço das relações, processos e fenômenos dos sujeitos, então ela é adequada para nosso trabalho, pois como analisamos a política educacional reestruturada e implantada no município, interessou-nos entender o processo como isso aconteceu, não apenas na visão dos dirigentes, mas também na daqueles que acompanharam e se envolveram e participaram do trabalho. Foi assim que podemos perceber os limites e desafios de se pensar e executar uma política educacional que se propõe diferente dos moldes tradicionais, nos quais a participação e o envolvimento da coletividade são quase nulos.

Nesse sentido, o estudo em questão envolveu a Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba e sua estrutura administrativa e pedagógica junto às escolas da rede municipal. A escolha do município de Abaetetuba como universo da pesquisa deveu-se ao interesse em pesquisar o trabalho desenvolvido nesse local ao longo de quatro anos, de 2005 a 2008. Esse município, situado no nordeste do Estado do Pará, possuía, na época analisada (2005), 183 escolas, das quais 93 estavam localizadas nas 72 ilhas; 50 situavam-se nas 35 comunidades rurais de terra firme; e as outras 40 na sede do município, abrigando 34.733 alunos da educação infantil Pré-Escolar e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, incluindo-se a EJA e o projeto Vale Alfabetizar⁴(ABAETETUBA, 2008).

Como instrumento para a coleta de dados pertinentes, utilizamos a pesquisa documental. Os documentos pesquisados estão relacionados à educação municipal no município de Abaetetuba no período do estudo, tais como:

- Relatórios anuais da SEMED;
- Relatório da Situação Escolar do Município (2004);
- Programa de Governo (2005-2008);

⁴ Diante do alto índice de analfabetismo em Abaetetuba, em 2005, foi feito um convênio entre o município e a Companhia Vale do Rio Doce para alfabetizar os 13.833 analfabetos existentes, meta a ser atingida em 10 anos. Em 2005 foram implantadas 40 turmas, totalizando 755 estudantes, orientadas e supervisionadas pela Vale e administradas pela SEMED (ABAETETUBA, 2008).

- Plano de Governo (2005-2008);
- Regimentos, documentos produzidos nas coordenações, cartilhas, apostilas, jornais, murais, atas, estatísticas, fotos, livros e outros materiais do período em estudo (2005 a 2008);
- Diagnóstico do Município de Abaetetuba;
- Plano de Ação da SEMED (2006-2008);
- Plano Diretor do Município de Abaetetuba.

Nessa pesquisa documental foi possível registrar as informações vinculadas ao objeto de nossa pesquisa, a política educacional em Abaetetuba, organizando-as de acordo com sua diversidade, pois segundo Lüdke e André (1986 apud CAULLEY, 1981 p. 38), “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse”.

Após a sistematização das informações oriundas da coleta de dados provenientes da pesquisa documental, foi realizada a classificação, a análise e a interpretação desses dados. Analisar os dados qualitativos, conforme Lüdke e André (1986, p. 45), significa

“trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. A tarefa de análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes.

Acerca da análise após a coleta dos dados, as mesmas autoras nos lembram que “a fase mais formal da análise tem lugar quando a coleta de dados está praticamente encerrada” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 48) e advertem que “os cuidados com a objetividade são importantes porque eles afetam diretamente a validade do estudo” (idem, p. 51). A subjetividade do pesquisador também deve ser uma preocupação na pesquisa:

Os partidários de uma postura mais tradicional em relação ao conhecimento científico defendem o ponto de vista de que os julgamentos de valor do pesquisador não devem afetar nem a coleta nem a análise de dados. Num outro extremo estão aqueles que afirmam ser impossível a objetividade (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 51).

Tais argumentos nos chamam a atenção para a sensibilidade do pesquisador em compreender que é preciso ocorrer uma mediação entre a postura tradicional e seu extremo, que trabalha com a tese da impossibilidade da subjetividade. Sabemos que é demandado do

pesquisador um grande esforço para construir conhecimento que seja válido e eticamente reconhecido.

Franco (2003) prefere chamar a análise de dados de análise de conteúdo e afirma que “o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada” (idem, p. 13).

Essa árdua tarefa de análise dos dados ou do conteúdo, com a constante preocupação da objetividade sem a negação da subjetividade, deverá ser constante no desenvolvimento da pesquisa. Nessa proposta é necessário estabelecer uma relação dialética entre teoria e prática e conhecer a realidade a partir da superação da dicotomia entre sujeito e objeto. Brandão afirma que

Durante anos pretendemos que boa parte de uma metodologia científica adequada serve para proteger o sujeito de si mesmo, de sua própria pessoa, ou seja: de sua subjetividade. Que entre quem pesquisa e quem é pesquisado não existe senão uma proximidade policiada pelo método (o sujeito dissolvido em ciência) e o objeto (o outro sujeito dissolvido em dados). Fora do domínio de qualquer interesse que não o da própria ciência, tudo se resolve com boa teoria no princípio, uma objetividade no meio e uma rigorosa articulação com os dados no final (BRANDÃO, 1984, p. 7).

Ainda está em voga na academia a questão do distanciamento do pesquisador em relação à realidade investigada e ao objeto de pesquisa. Tem-se perseguido uma suposta neutralidade científica nas pesquisas sociais e uma constante exigência da produtividade científica imposta à universidade pelas agências de fomento. Questiona-se muito nos espaços intelectuais a validade dos métodos de pesquisas aplicados à educação, e se propõe uma atitude mais científica do pesquisador, um empenho magistral, catedrático e acadêmico, em que o desempenho do pesquisador seja reconhecido no campo acadêmico, como a seriedade e responsabilidade com a ciência e a produção de conhecimento.

Escamoteia-se nessa postura supostamente científica uma profunda relação de produção de saberes, ou seja, de um lado os cientistas que produzem conhecimento e, de outro, os objetos que são a pesquisa. Uma relação entre dominados cientificamente e detentores de conhecimento legítimo autorizados para falar pelo grupo dominado por serem os que dominam a técnica, o método e a teoria científica. Isso aponta uma profunda dicotomia entre a teoria e a prática, e também a ausência de pesquisas acadêmicas engajadas a serviço da autoreflexão crítica emancipadora (ADORNO, 1995).

Ainda podemos encontrar algumas pesquisas no campo educacional que apresentam um arcabouço teórico discursivo sobre a pesquisa qualitativa, mas a forma em si e a aplicação das técnicas de pesquisa caminham frontalmente na direção de uma cientificidade burocrática

e para o distanciamento entre o pesquisador e o pesquisado, mantendo a hierarquia de saber entre os que sabem e os que não sabem e, por isso mesmo, presos ao modelo de pesquisa de tendência positivista.

Em consonância com Bachelard (1996), consideramos que todo conhecimento científico constitui-se na troca que ocorre entre o sujeito e o objeto, no caso específico deste estudo, na interação entre sujeito e objeto de estudo significou a ampliação do olhar local para um olhar mais universal a partir da tentativa de distanciamento do objeto de pesquisa.

Ainda de acordo com o referido autor, a existência do sujeito se “faz presente, as próprias interpretações interferem no ato de ver, pensar, sentir, viver, ser e estar neste mundo” (p. 14), ou seja, à medida que o pesquisador mergulha seu olhar sobre o objeto pesquisado, mais aprofunda sua compreensão do mundo que o cerca.

O saber verdadeiro surge da observação que somos capazes de realizar, da indagação e articulação do que consideramos conhecer e do que desejamos conhecer. Verdade é o ser, em sua essência e existência e, somente se faz presente pela necessidade, pelo confronto e ação do indivíduo (BACHELARD, 1996, p. 36).

Segundo Bachelard (1996), a constituição do conhecimento é possível quando, ao encontrar-se no mundo, o indivíduo é capaz de experimentar, vivenciar, compreender intensamente o contexto que o cerca, e tolerar as incertezas que permeiam a sua vida na busca de verdades, como respostas provisórias para a própria existência. Aprofundar seu olhar sobre o que está em foco na investigação requer a superação dos obstáculos epistemológicos, em especial os do senso comum, como afirma o autor.

Superados os primeiros obstáculos epistemológicos, emerge o conhecimento baseado na verdade epistemológica e aponta a objetividade da investigação científica. Essa superação é fundamentalmente necessária para o rigor científico na elaboração de como se chega ao conhecimento e ao trabalho da razão, na tentativa de se libertar da inconsciência, das paixões, dos sentimentos, entre outros atributos demasiadamente humanos para, a partir disso, produzir conhecimento científico.

Nesse processo de pesquisa, como na proposta de Bachelard, a objetividade deve ser entendida como processo reflexivo e analítico, a ser defendido pelo cientista, em que de forma dialética apresenta a existência da diversidade que impregna o fenômeno, que desnuda o fenômeno superando o campo da superstição e da paixão, sem perder de vista que o campo objetivo não se faz sem integração a um campo subjetivo que permeia todo objeto de

investigação científica. Isso fica mais evidente em pesquisas do campo das Ciências Humanas, em que o processo de pesquisa é um ato humanizador (BRANDÃO, 1981).

Assim, o rigor metodológico deve estar imbuído de flexibilidade (BACHELARD, 1996), ética, responsabilidade e crença no caráter emancipador da produção científica. A objetividade se torna tanto mais pura quanto mais cessa de ser passiva, e se torna nitidamente ativa quanto mais cessa de ser contínua para se tornar mais claramente descontínua. Realizamos por meio de gradações nosso pensamento teórico. Acabamos por arrancar os fenômenos complexos de seu tempo particular – tempo sempre turvo, sempre confuso – para analisá-los num tempo factício, regulado, o tempo de nossos instrumentos (*Idem*, 1996, p. 63).

Neste sentido, exibimos, de forma sucinta, a estruturação das partes da dissertação na tentativa de apresentar ao leitor o desenvolvimento deste trabalho e compreender o que foi realizado e seus impactos na educação abaetetubense.

Na Introdução apresentaremos o tema do estudo, a problemática, a justificativa, os seus objetivos, os caminhos teóricos e metodológicos percorridos e os principais instrumentos de pesquisa.

Na primeira seção abordamos o *locus* da pesquisa: o município de Abaetetuba, sua história, sua economia, o impacto dos grandes projetos no município e na região e mostramos a política educacional existente e construída em Abaetetuba no período estudado.

Na segunda seção, após breve revisão das políticas educacionais na história da educação brasileira, foi desenvolvida e analisada a política educacional implantada no município de Abaetetuba, no período de 2005 a 2008.

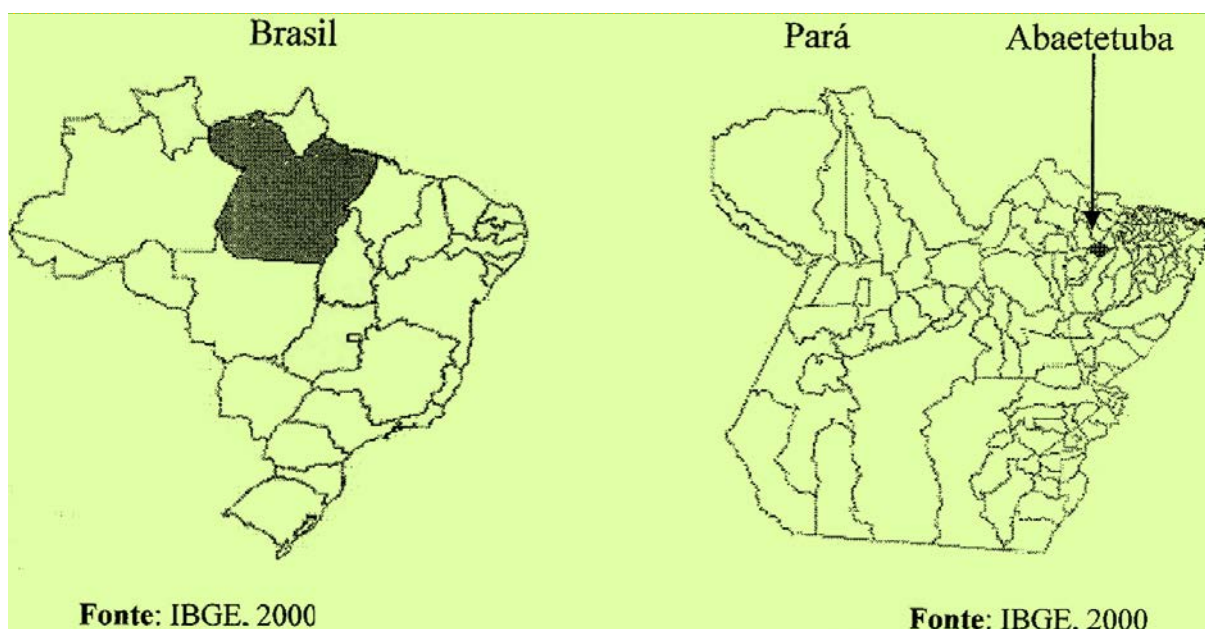
Nas considerações finais destacamos os principais resultados do estudo sobre a política educacional implantada no município de Abaetetuba no período do estudo, 2005 a 2008.

2 ABAETETUBA: DETERMINANTES HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DE UMA REALIDADE PECULIAR

2.1 Histórico do Município

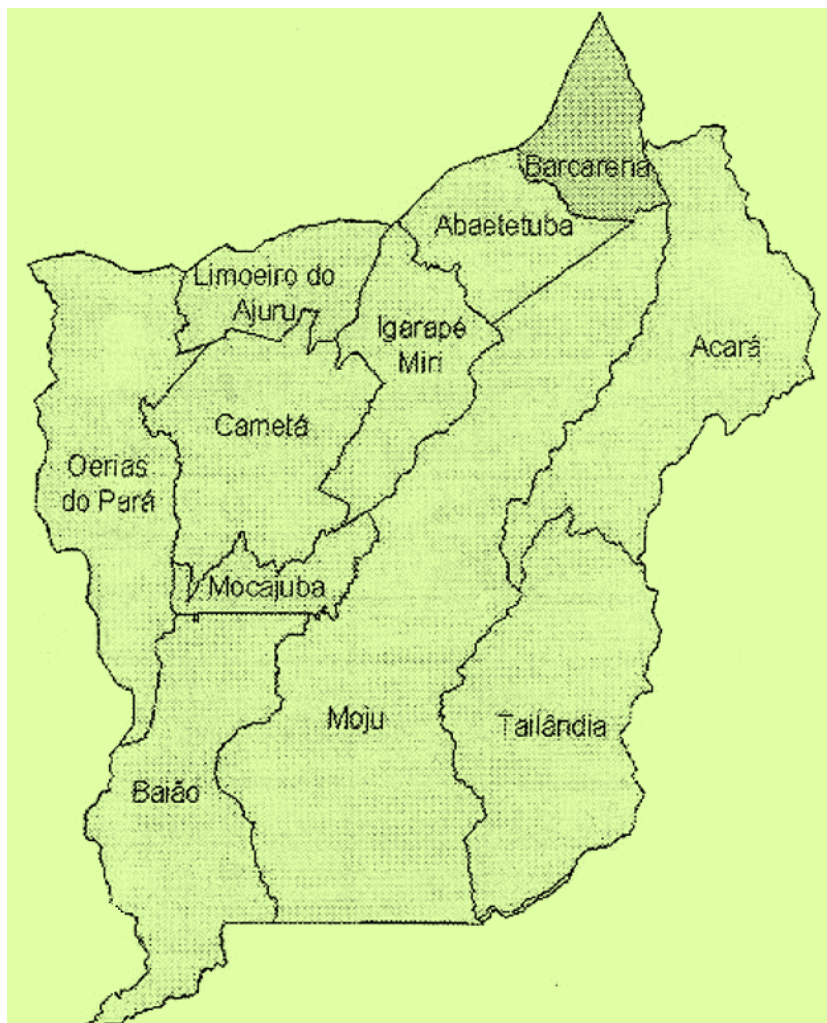
Abaetetuba é um município do estado do Pará com uma extensão territorial, segundo o IBGE, de 1.610,75 km². Localizado na região Norte do Brasil, esse município pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá.⁵ A distância do distrito sede à capital do Estado é, em linha reta, de 60 km e de 110 km por via rodoviária (SOUSA, 2009; MACHADO, 2008; GESPAN, 2004).

Figura 1 – Mapa do Brasil, do Pará e Microrregião de Cametá



⁵ A Microrregião de Cametá é composta pelos municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

Figura 2 – Mapa da Microrregião de Cametá



Fonte: SEPOF, 2008.

Historicamente podemos dizer que

A fundação de Abaetetuba inclui-se no amplo processo de colonização da região amazônica, empreendida pelos portugueses, que viram “suas terras” invadidas ou ameaçadas de invasão por franceses, ingleses, holandeses e espanhóis durante os séculos XVI e XVII (SOUSA, 2009, p. 24).

Como o governo português não tinha condições de administrar as terras ditas “suas”, partilhou seu território em *capitanias hereditárias*, depois em *sesmarias*, sendo entregues a ricos senhores portugueses enormes extensões de terra para serem ocupadas e exploradas, como estava sendo feito no restante do Brasil, de acordo com o modelo de dominação.

Em 1724, o português Francisco Azevedo Monteiro, dono de uma sesmaria desde 1712, localizada no rio Jarumã (território de Abaetetuba), em viagem à Amazônia juntamente com sua família, toma posse da terra. Na baía do Marajó enfrenta uma forte tempestade que o

obrigou a desviar a rota, aportando no dia 8 de dezembro às margens do rio Meruí (Maratauíra). Lá manda erguer uma capela como pagamento da promessa por ter sobrevivido à tempestade e a dedica a Nossa Senhora da Conceição, por ser o dia consagrado a ela.

Ocupando as terras, comunica o fato ao governador da província do Maranhão e Grão-Pará, e, ao redor da capela, vai surgindo um povoado, que Francisco Azevedo Monteiro denominou de Povoado de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté (MACHADO, 1986 e 2008). Na verdade, o objetivo de Francisco de Azevedo Monteiro, segundo Sousa (2009, p. 25), era apropriar-se das riquezas existentes na localidade, como, cravo, canela, castanha-do-pará, pimenta, cacau, urucum e outras, chamadas “drogas do sertão”.

Frustrado por não ter encontrado a fortuna que procurava, ele regressou à capital da província, deixando suas terras entregues a escassos moradores: índios, religiosos e colonos. Em seguida, transferiu sua propriedade ao Governo para que fizesse uso dela (SOUSA, 2009, p. 25).

Anos mais tarde, outra família, a de Manoel da Silva Raposo, deslocou-se para Abaeté e, juntamente com o padre jesuíta Aluízio C. Pifeil, organizou o vilarejo, reerguendo a antiga capela; e alinhou as casas, estabeleceu ruas e construiu o cemitério, o que atraiu a vinda de outras famílias, alavancando o desenvolvimento local, sobretudo por meio da agricultura e do extrativismo.

Logrando êxito, Manoel Raposo conseguiu do governo a posse de quase toda a *sesmaria* pertencente a Francisco Monteiro, que, antes de falecer, a doou à Igreja em reconhecimento ao trabalho do Padre Aluízio Pifeil (SOUSA, 2009), sendo transformada em *freguesia*. No período de 1773 a 1880, Abaeté foi anexada duas vezes ao território de Belém, contribuindo grandemente para seu desenvolvimento. E, em 1880, o governador da Província, José Araújo Danin, transformou a freguesia em Vila de Abaeté (SOUSA, 2009, p. 26 apud MACHADO, 2008, p. 13).

No dia 7 de janeiro de 1881 foi instalada a primeira Câmara Municipal da Vila de Abaeté, e, mesmo que Beja, localidade mais antiga, reivindicasse para si o mérito de ser sede do município, no dia 23 de março de 1883, a sede municipal foi juridicamente instalada em Abaeté (MACHADO, 2008).

No final do século XIX, por meio da lei 324, de 6 de julho de 1895, a Vila de Abaeté foi elevada, segundo Machado (2008), à categoria de *cidade*, sendo instalada no dia 15 de agosto de 1895 pelo então procurador geral do estado, Dr. João Hozanah de Oliveira, tornando-se território do município e não mais da Igreja Católica como era até então.

O nome Abaeté, escolhido por Francisco Azevedo Monteiro, foi atribuído ao rio Abaeté, um dos vários que banha parte da cidade. O nome é de origem *tupi* e significa “homem forte, valente e prudente. Homem ilustre” (MACHADO, 2008, p. 13). O nome Abaeté perdurou até a publicação do Decreto 4.505, de 30 de dezembro de 1943, do Governo Federal, que estabelecia que não pudesse haver denominações iguais, sendo que a mais recente deveria ser trocada.

Como havia um município mineiro com o mesmo nome de Abaeté, bem mais antigo, quem deveria trocar o nome deveria ser o município paraense. Então a nova denominação passou a se chamar Abaetetuba, oficializada pelo decreto-lei do governo do Estado do Pará. Assim, a Abaeté foi acrescentado “tuba”, também proveniente da língua indígena *tupi*, significando “lugar de abundância”.

Em 1961 o deputado estadual Wilson Pedrosa Amanajás mudou novamente o nome do município para Abaeté do Tocantins, mas, em 1963, o então deputado estadual João Reis, por meio de lei, conseguiu que a cidade e o município voltassem a ser denominados de Abaetetuba, nome que perdura até hoje (MACHADO, 2008). No meio popular, os habitantes, ainda hoje, costumam chamar a sua Abaetetuba de: Abaeté.

Os limites físicos do município de Abaetetuba, são: ao norte, o rio Pará e o município de Barcarena; ao sul, os municípios de Igarapé-Miri; ao leste, o município de Moju e, ao oeste, o município de Limoeiro do Ajuru e a baía do Marapatá, conforme a lei 2.460, de 29 de dezembro de 1961 (MACHADO, 2008).

O município divide-se em duas zonas: a urbana e a rural. Na zona urbana encontra-se a sede do município, situada à margem direita do rio Meruú, mais conhecido com o nome de rio Maratauíra, afluente do rio Tocantins. “O município de Abaetetuba compreende dois distritos, Abaetetuba, sede do mesmo (*sic*) e a vila de Beja” (MACHADO, 2008, p. 4), que já foi sede do município nos seus primórdios.

Já a zona urbana é constituída por 14 bairros. Mais da metade deles são formados a partir da migração decorrente na década de 80, com a implantação dos projetos ALBRÁS/ALUNORTE, no município vizinho de Barcarena. Isso provocou um inchaço populacional com pessoas provenientes do interior do município e mesmo de fora dele, a maioria em busca de uma vaga nas subempregueiras do projeto mencionado.

Essa corrida desenfreada a Abaetetuba provocou inúmeros problemas, como a improvisação habitacional desordenada, a falta de infraestrutura urbana, a falta de qualificação profissional, a prostituição, promiscuidade, o crescimento da violência, a delinquência infanto-juvenil, o avanço do tráfico de drogas e do contrabando, este proveniente

do exterior e de Estados vizinhos, passando pelos inúmeros rios espalhados pela malha aquática da região.

Dessa forma, “a cidade de Abaetetuba é constituída por um conjunto de bairros periféricos surgidos ao redor do núcleo central histórico, ainda hoje centro das principais atividades da vida administrativa, comercial e religiosa” (PAGANELLI, 1995, p. 21). Segundo o IDESP (1997, p. 100),

O elevado grau de pobreza que afeta uma classe ou camada da população de Abaetetuba (sobretudo no interior) é um dos mais graves problemas sociais do município. Esse problema intrínseco às sociedades subdesenvolvidas aparece em toda a Amazônia e explica-se sociologicamente por uma gama complexa de fatores ligados à estrutura social e econômica vigente na região.

Já a zona rural é formada por duas áreas distintas: as *ilhas* e o *centro*.⁶ A zona rural das ilhas é separada pelo rio Meruú ou rio Maratauíra: “O rio Meruú (ou rio Maratauíra) separa a zona rural de terra firme situada a leste do município, da zona das ilhas, situada ao oeste e recebe água de vários rios” (MACHADO, 2008, p. 8). Essa zona constitui um total de 72 ilhas e fica localizada na região oeste do município, sendo interligada por inúmeros rios, igarapés e furos, constituindo o complexo hidrográfico da região (MACHADO, 2008).

Para quem chega a Abaetetuba, andando na rua principal da cidade, ou seja, a Rua D. Pedro II, indo até o seu final, depara-se com o rio Meruú (ou Maratauíra), defronte da cidade, que convida o visitante para um passeio em suas belas ilhas. Pegar um barquinho ou mesmo uma voadeira⁷ e, sem pressa, degustar do mais belo panorama amazônico é um convite irrecusável para os amantes da natureza. Para isso precisa-se de alguns dias, pois as distâncias são enormes e o ritmo da viagem é bem lento, ao compasso do também lento progresso ou mesmo da primitividade, pois é esta a sensação que se tem quando se volta de uma viagem pela região das ilhas de Abaetetuba.

Localizada ao leste do município, a zona rural-centro é constituída de aproximadamente 35 colônias e o distrito de Beja⁸. A região rural-centro se conecta à cidade de Abaetetuba por ramais e estradas (SOUSA, 2009).

⁶ A zona rural de terra firme compreende 35 comunidades rurais ao longo das estradas que ligam Abaetetuba-Moju, Abaetetuba-Igarapé-Miri e Abaetetuba-Barcarena, e é chamada “*centro*” pela população.

⁷ Embarcação motorizada de pequeno porte que desenvolve média e grande velocidade.

⁸ O distrito de Beja é um dos pontos turísticos da região por suas lindas praias, sempre muito concorridas nos veraneios

O município de Abaetetuba constitui-se no mais populoso da Microrregião de Cametá e municípios próximos (ver Tabela 01), com 141.054 habitantes (BRASIL, 2012), constituindo-se no 7º município mais populoso do Estado do Pará.

Tabela 1 - Dados comparativos da microrregião de Cametá e municípios próximos – 2010

Nº	Municípios	População			Ranking Populacional Estadual
		Total	Urbana	Rural	
1	Abaetetuba	141.054	82.950	58.104	7º
2	Barcarena	99.800	36.357	63.443	12º
3	Igarapé-Miri	58.023	26.209	31.814	25º
4	Moju	69.921	25.118	44.803	20º
5	Tailândia	79.299	58.715	20.584	18º
6	Goianésia do Pará	30.437	21.083	9.354	63º
7	Acará	53.605	12.625	40.980	30º
8	Bujaru	25.700	8.099	17.601	82º
9	Concórdia do Pará	28.221	15.091	13.130	70º
10	Tomé-Açu	56.514	31.646	24.868	27º
11	Cametá	120.904	52.846	68.058	8º
12	Baião	36.907	18.555	18.352	53º
13	Oeiras do Pará	28.595	11.432	17.163	67º
14	Limoeiro do Ajuru	25.028	6.198	18.830	87º
	TOTAL populacional	854.008	406.924	447.084	

Fonte: IBGE (BRASIL, 2012).

Mesmo Abaetetuba sendo o município da microrregião com melhor estruturação, ainda assim carece de maior e melhor desenvolvimento que garanta a todos uma vida mais digna, como afirma Sousa (2009, p. 24):

De modo geral, possui grande potencial turístico, uma rica e diversificada cultura e uma estratégica localização geográfica, que o faz porta de entrada e saída de boa parte da economia dos municípios próximos. Porém, socialmente, por uma série de fatores ligados à estrutura social e econômica do Estado e da Amazônia, é um município muito pobre e dependente dos recursos dos governos federal e estadual.

Essa dependência externa faz com que boa parte da população fique alheia aos serviços básicos de saúde, de transporte, de saneamento básico e de assistência social, como bem apresenta Sousa (2009, p. 24) ao se referir ao município de Abaetetuba.

Sua infraestrutura é escassa. Falta acesso aos serviços básicos para boa parte da população que se ressentem com as precárias condições das estradas, do abastecimento de água, dos postos de saúde, da assistência médica, a inexistência de ampla rede de esgoto sanitário, a falta de emprego, baixa qualidade da educação, a exploração sexual de menores e o crescimento do tráfico de drogas.

2.2 Economia do município

Centrada em torno de várias atividades, a economia do município de Abaetetuba viveu seu apogeu econômico com a produção de *aguardente*, produzida nos engenhos, todos localizados nas ilhas do município, e que era comercializada em todo o Estado e fora dele. O cultivo de cana de açúcar em várzea constituía-se numa atividade agregada à produção de aguardente, que empregava mão de obra familiar. As indústrias de cana de açúcar constituíam-se num forte componente econômico, segundo Sousa (2009):

O município chegou a ter “o maior número de indústrias do Estado do Pará”, em 1969, trinta e sete (37) das 282 existentes⁹ onde os coronéis dos engenhos fizeram fortuna, chegando a importar lanchas da Inglaterra, tal era o poderio econômico deles (SOUSA, 2009, p. 31).

Porém, segundo o autor, os ganhos vinham da exploração do trabalho, pois:

Esse poder estava baseado na mesma forma de organização da produção da borracha, o sistema de *aviamento*,¹⁰ que superexplorava a força de trabalho, gerando muita riqueza concentrada nas mãos de algumas famílias de empresários (idem, p. 31).

Hoje, apenas um engenho continua teimosamente em funcionamento, inclusive tendo sido tombado como patrimônio público da cidade. Com o fracasso dos engenhos, causado em grande parte pela invasão de aguardentes industrializadas, mais baratas e diversificadas, provindas de todas as regiões do país e mesmo do exterior, as famílias foram obrigadas a procurarem outras fontes de sobrevivência. As precárias condições de produção, a abertura de rodovias terrestres e a diminuição e quase extinção da produção da cana de açúcar também justificaram o fechamento dos engenhos (MACHADO, 2008).

⁹ Segundo dados do Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Abaetetuba, feito pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), em 1970.

¹⁰ O *aviamento* consistia num sistema de crédito, que funcionava em uma casa comercial anexada ao engenho de cana-de-açúcar, onde o dono do engenho registrava num “caderninho” as retiradas dos trabalhadores do engenho, que eram abatidas, no final do mês, do salário mensal. Na verdade, os trabalhadores do engenho não recebiam seus salários ao final do mês, pois ele ficava debitado na casa comercial e era abatido nas “compras” feitas (MACHADO, 2008, p. 18-19).

Observa-se, com muita frequência, ainda hoje, nas instâncias municipais paraenses e amazônicas, a precariedade das condições de trabalho, bem como a naturalidade com que isso é visto pelos empregadores, que parecem já acostumados às irregularidades trabalhistas, muitas vezes desconhecidas. Tourinho (1999), reportando-se ao trabalho de produção da cachaça de Abaetetuba, exemplifica essa situação deplorável vivida pelos trabalhadores envolvidos:

O regime brutal de exploração do trabalho era expresso: pela total irregularidade e falta de fiscalização, quanto ao cumprimento das leis trabalhistas; no pagamento irrisório pelos trabalhos temporários de derrubada, roçado, plantio e corte de cana-de-açúcar, bem como da fabricação da aguardente; e no estabelecimento de uma cadeia de dependência no qual o “engenheiro” (dono do engenho) controlava todo o processo de produção e distribuição, detendo o monopólio na compra da matéria prima e na venda de alimentos, instrumentos de trabalho, vestuário (TOURINHO, 1999, p. 161).

A economia do município, nos seus primórdios, girava em torno também do comércio de *regatão*,¹¹ atividade comercial entre o Baixo-Tocantins e o Baixo-Amazonas, como destaca Machado (2008, p. 21).

O regatão foi a mais notável aventura comercial dos abaetetubenses (...). Representou a maior dinamização comercial do município (e de todo o Baixo-Tocantins) em toda a história e foi responsável pela circulação de riquezas entre o Baixo-Amazonas e o Baixo-Tocantins, beneficiando ambos.

Essa atividade comercial era feita em embarcações dos mais diversos tipos, sendo que, no começo, elas eram à vela, saindo de Abaetetuba rumo ao Baixo-Amazonas, até Santarém, ou mesmo mais adiante, como Alenquer, Oriximiná, Manaus e, algumas vezes, até passando a fronteira brasileira.

Os comerciantes levavam de Abaetetuba cachaça, refrigerantes fabricados no município ou vindos de fora, mel, rapadura, açúcar, sal, querosene, remédios e produtos industrializados, geralmente adquiridos na capital do estado, Belém. Esses produtos eram comercializados ao longo do percurso, geralmente previamente encomendados na viagem anterior.

¹¹ O *regatão* é um tipo de atividade comercial que funcionou com a instalação de verdadeiros armazéns a bordo de embarcações dos mais diversos tipos e calados, que saíam de Abaeté rumo ao Baixo-Amazonas, indo até Santarém, ou mesmo até o Peru (MACHADO, 2008, p. 21).

Na volta, as embarcações traziam os produtos da região, como o pirarucu salgado, peles de animais silvestres, juta - fibra vegetal utilizada na confecção de sacos de aniagem -, produtos da zona franca de Manaus adquiridos em Santarém ou mesmo na capital amazonense, eletroeletrônicos, perfumes, cortes de seda importada, que faziam o maior sucesso nas mãos das costureiras e jovens abaetetubenses (MACHADO, 2008).

O comércio de *regatão* representou um grande marco econômico na história de Abaetetuba, tendo seu apogeu entre 1945 a 1960, mas se prolongando estável até o início dos anos 70 (MACHADO, 2008), sendo responsável pelo surgimento de uma classe, a dos “marítimos”, comparada à dos senhores dos engenhos, em vista do poder econômico e prestígio social.

Era de costume, nos períodos de festividades religiosas no município, os “marítimos” arrematarem, a preços por vezes exorbitantes, os leilões que eram promovidos, e em seguida distribuírem aos presentes os produtos arrematados, ou mesmo devolvendo-os novamente ao “santo”, para novo leilão.

Esses marítimos, ainda na década de 1980, puderam presenciar, nas festividades, o grande prestígio que gozavam da sociedade e eram considerados como benfeitores da igreja, pois gastavam muito dinheiro nas referidas festividades. Isso também servia para descarregarem sua consciência perante Deus.

Todavia, o comércio de *regatão* teve seu fim. Segundo Machado (2008), a decadência dessa atividade deveu-se a dois fatores: a abertura das grandes rodovias amazônicas e a elevação dos custos da operação das embarcações devido o aumento do preço do petróleo. Com a decadência do regatão, esses mercadores foram obrigados a se estabelecer no comércio de Abaetetuba ou no de municípios vizinhos e, alguns outros, chegaram a até mesmo mudar de ramo.

Outra fonte de geração de renda, ao longo da história de Abaetetuba e que movimenta ainda a economia local, é o trabalho oleiro, localizado ao longo dos rios e igarapés que formam as ilhas. Apesar de as olarias que fabricam preferencialmente tijolos e telhas serem muito antigas, sem a devida modernização e estarem em decadência, pois seus equipamentos ainda são da década de 30, elas continuam funcionando mesmo em precárias condições, sem a devida legalização e, geralmente, absorvendo a mão de obra familiar.

Lira (1998) chega a afirmar que existiam, nas ilhas de Abaetetuba, cerca de 220 olarias na década de 80, sendo que elas foram substituindo economicamente a decadente indústria da cachaça. Mas a crise que se estendeu da década de 80 a início dos anos 1990 tomou conta da atividade oleira também. O esgotamento das jazidas de argila, a elevação dos

custos da produção e a incapacidade de modernização da atividade oleira acarretaram a sua desaceleração, mas essa atividade ainda perdura nos dias atuais, mesmo que em número mais restrito.

Outro aspecto importante a ser levado em consideração é o fato de a vida da cidade ribeirinha girar em torno do *porto*, centro da vida daquela cidade. Lá as pessoas oriundas do interior, em suas embarcações, aportavam para vender seus produtos e comprar outros, ou procurar atendimento médico, visitar parentes, fazer negócios, etc.

Diariamente, cerca de 1.000 a 1.200 embarcações, nos anos 1980, chegavam e partiam do porto de Abaetetuba, segundo relatos dos mais antigos, como o Sr. Amadeu, que trabalha há 30 anos com venda de peixe no “beiradão” (feira livre da cidade localizada na rua em frente à beira do rio Maratauíra) e agora trabalha no Mercado de Peixe, inaugurado em 2007.

Sobre essa atividade marítima Sousa (2009, p. 40) assim se expressa: “Como a maioria das cidades ribeirinhas, Abaetetuba, por muito tempo, teve sua dinâmica dependente dos fluxos fluviais de cargas e passageiros. O porto era o centro de sua vida cotidiana”.

O impacto da abertura das rodovias, como a PA-151, que liga Belém a Baião, interligando Barcarena, Abaetetuba, Igarapé-Miri e Mocajuba, e a PA-252, que liga Abaetetuba a Belém, conectando-se também ao sul do Pará pela PA-475 e PA-150 (SOUSA, 2009), foi enorme e, com isso, “o porto perdeu a sua centralidade, apesar de continuar a ser o elo entre a cidade e as inúmeras ilhas que compõem o município” (SOUSA, 2009, p. 40).

Antes da abertura de tais rodovias, até a década de 70, o acesso à capital do estado, Belém, era feita somente por meio de embarcações, viagem que demorava cerca de 7 a 10 horas, dependendo da embarcação e das condições da maré.

A partir de 2000, outra forma de acesso à capital passou a ser pela rodovia PA-252, a Alça Viária, que vai até a rodovia Federal BR-316, no município de Marituba, na região metropolitana de Belém. Pode-se dizer que essa rodovia estadual, além de ser uma importante via de interligação entre alguns municípios do Baixo Tocantins, reduziu consideravelmente, para duas horas de viagem, o percurso de Abaetetuba a Belém. Outra opção continuou sendo a PA-151 até o porto do Arapari. Nesse sentido, nota-se que as rodovias vieram dar nova configuração à realidade dos municípios da região e da Amazônia.

Figura 3 – Mapa Rodoviário do Baixo Tocantins



Fonte: SETRAN/PA, 2000.

Sousa (2009) resume bem a realidade de Abaetetuba e do município vizinho, Barcarena:

As cidades de Abaetetuba e Barcarena, até o início da década de 1970, eram centros urbanos ribeirinhos de médio e pequeno porte, típicos da região amazônica, cujas economias estavam centradas na exportação de produtos primários (agrícolas e extrativistas) e industriais (aguardente e cerâmica), que eram transportados para Belém por intermédio do comércio local. (...) Abaetetuba assumiu posição de centro microrregional, enquanto Barcarena, (...) a tarefa de centro local. (2009, p. 52).

2.3 Impacto dos grandes projetos na região

Mas Abaetetuba, assim como os demais municípios amazônicos, passa a sofrer as consequências de uma política de ocupação da Amazônia, que entra na rota dos grandes projetos com o objetivo de “*Integrar para não entregar*”, slogan governamental muito propagado nos anos 60 e 70 pela ditadura, para mascarar os verdadeiros motivos para integrar a Amazônia ao resto do país, que seriam: a abertura de mercados consumidores, a expansão dos mercados de trabalho, o aproveitamento do potencial natural da Amazônia, a procura de terras para investidores vindos do sul e de outros países e por motivos de segurança nacional (MACHADO, 2008, p. 24).

A história de Abaetetuba, sobretudo no final da década de 70 e toda a década de 80, é marcada, nesse contexto de mudanças, pela implantação do projeto Albrás-Alunorte, como

parte da ocupação da Amazônia e integração com o capital nacional e internacional, muito ávido das muitas riquezas da região.

Assim, Abaetetuba sofreu grande influência no seu desenvolvimento demográfico, econômico e social, principalmente com a implantação de grandes projetos no município vizinho, Barcarena, a partir da década de 80, quando começou a ser montada a indústria de alumínio *ALBRÁS-ALUNORTE*.

Cerca de 14.000 trabalhadores foram absorvidos em sua construção, atraindo trabalhadores de outros municípios e de outros estados, sobretudo do Nordeste. Muitos trabalhadores rurais das ilhas e do centro de Abaetetuba, após conseguir um emprego provisório nas empresas de construção do projeto, venderam ou largaram suas terras e foram morar na periferia da cidade, muitos em condições precárias (LUCENA, 2009). O complexo *ALBRÁS-ALUNORTE*, atendendo aos interesses do capital transnacional, constitui-se em uma indústria de alumínio localizada em Barcarena.

O governo brasileiro estabeleceu, então, um acordo com as empresas japonesas para a implantação do Complexo de alumínio na Amazônia. Criou-se a *ALBRÁS/ALUNORTE*, uma associação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) com a Nippon Amazon Aluminium Company (NAAC), um consórcio de empresas japonesas. O local escolhido foi o Município de Barcarena que fica aproximadamente a 50 Km da capital do Estado do Pará e a 50 Km da cidade de Abaetetuba (SOUSA, 2009, p. 50).

Presenciamos a euforia que tomou conta da região com a instalação das duas indústrias de alumínio, criando no imaginário das pessoas a esperança de garantia de emprego e de desenvolvimento para toda a região, que até hoje não se contabilizaram. Sousa (2009, p. 51-52) apresenta como essas empresas se instalaram.

As obras de implantação que se iniciaram em 1979, sediadas a 7 km da cidade de Barcarena, e se estenderam por toda a década de 80, provocaram enormes impactos socioeconômicos locais, não apenas no município sede, como também em Abaetetuba. As transformações vivenciadas desencadearam grandes mudanças nas relações de trabalho, na estrutura produtiva, nas relações sociais, na dinâmica populacional e nas condições de vida das populações residentes nas áreas atingidas que passaram a ser vistas apenas como intrusos, entraves, obstáculos a serem removidos para a instalação do complexo industrial.

A implantação do projeto *ALBRÁS/ALUNORTE* veio mudar de forma profunda e acelerada a realidade, principalmente dos dois municípios, como afirma Sousa (2009, p. 53):

Com a implantação do Projeto ALBRÁS/ALUNORTE, altera-se a dinâmica populacional e a distribuição espacial da população de forma profunda e acelerada. A grande expectativa de emprego que criou, aliado ao agravamento da situação econômica que se processava, provocou migração intensa de trabalhadores rurais em busca de empregos e de melhores condições de vida.

Concluídos os trabalhos de infraestrutura do referido projeto, a maioria dos trabalhadores foi dispensada e poucos foram aproveitados pelas empresas prestadoras de serviço, que foram atrás de outras demandas em seus estados de origem ou mesmo na Amazônia.

Os bairros periféricos das duas cidades - Abaetetuba e Barcarena - foram tomados de forma desordenada, havendo também muitas invasões de terrenos desocupados, ocasionando todo tipo de problemas e miséria, inclusive para a administração municipal, despreparada para lidar com uma situação como essa, sem o devido aporte financeiro para fazer frente às muitas demandas.

A mão de obra para o funcionamento do Projeto ALBRÁS-ALUNORTE não seria a mesma empregada na construção da infraestrutura, pois para isso foi recrutada mão de obra especializada, de fora do Estado, já que poucos trabalhadores locais tinham a devida qualificação, o que gerou grande frustração, sobretudo nos dois municípios envolvidos. Cerca de 1.200 trabalhadores faziam as duas fábricas funcionarem, quadro que se reduziu progressivamente de acordo com a modernização da tecnologia aplicada.

Em 1984, data da inauguração da ALBRÁS, a Redução¹² funcionava com mais de 100 operários e hoje apenas seis (6) fazem o serviço, porque a tecnologia moderna, gradativamente implantada, foi substituindo a mão de obra humana, conforme informações prestadas por um instrutor que acompanha as visitas feitas à indústria. Esse estado de frustração que a ALBRÁS causou ao município é retratado, inclusive, por Sousa (2009, p. 59).

Para Abaetetuba a implantação do Projeto ALBRÁS-ALUNORTE significou muito mais prejuízos que benefícios, agravando em muito o desordenado processo de crescimento populacional e urbanização, desestruturando e fragmentando sobremaneira sua economia, com precarização do nível de emprego e renda e impelindo o caos social. O tão sonhado desenvolvimento urbano-industrial mostrou-se ilusório, pois, ao contrário do que se pensava, elevou o grau de empobrecimento e

¹² A estrutura física do setor de produção de alumínio da ALBRÁS está montada em vários pavilhões, sendo denominados, cada um deles, *Redução 1*, *Redução 2* e assim sucessivamente.

marginalização a que foi submetida a população, além de acarretar degradação ambiental.

Ao sistema capitalista, conforme se pode constatar, não interessa o bem-estar do trabalhador, mas sim servir-se de sua força de trabalho, enquanto esta lhe for útil (MARX; ENGELS, 2008) e depois, como se observou e ainda se nota em Abaetetuba e Barcarena, assim como em outros municípios atingidos pelos grandes projetos capitalistas, os trabalhadores passam a engrossar as estatísticas dos desempregados e, buscando no município sua tábua de salvação, provocam o inchaço populacional nas periferias das cidades e os demais problemas sociais.

Os dados da Tabela 02 demonstram o impacto populacional sofrido pelos municípios de Abaetetuba e Barcarena, principalmente, com a implantação do Projeto ALBRÁS-ALUNORTE, na região.

Tabela 2 – População de Abaetetuba e de Barcarena de 1970 a 2010

Município	População				
	1970	1980	1991	2000	2010
Abaetetuba	57.520	74.545	99.989	119.072	141.054
Rural	65,8%	54,6%	43,6%	40,58%	41,2%
Urbana	34,2%	45,4%	56,4%	59,42%	58,8%
Barcarena	17.498	20.021	45.946	63.259	99.908
Rural	86,3%	66,5%	52,9%	56,1%	63,6%
Urbana	13,7%	33,5%	47,1%	43,0%	36,4%

Fonte: IBGE 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A implantação do Projeto *ALBRÁS-ALUNORTE*, que foi iniciada no final da década de 70 e se estendeu até o final da década de 80, impactou decididamente na distribuição dos habitantes dos dois municípios diretamente envolvidos, como se pode observar na Tabela 2, quando a população urbana foi aumentando e a rural diminuindo. Isso revela o êxodo rural provocado pela corrida, sobretudo atrás de emprego, no projeto *ALBRÁS-ALUNORTE*.

Observa-se também que a população de Abaetetuba, de 1970 a 1990, quase duplicou. Em Barcarena, sede do projeto, a população urbana, no mesmo período, de 1970 a 1990, aumentou 2,6 vezes. O crescimento populacional dos dois municípios foi ocasionado principalmente pela busca de emprego nas duas indústrias que lá se instalaram. Observamos ainda que em quarenta (40) anos, isto é, de 1970 a 2010, Abaetetuba passou de 57.520 habitantes para 141.054, quase triplicando sua população, enquanto que Barcarena passou de

17.498 para 99.908 habitantes, aumentando sua população em mais de cinco (5) vezes, consequência sobretudo da grande imigração de populações em busca de emprego nos grandes projetos instalados em Barcarena.

Essa demanda populacional com crescimento exacerbado implica nos governantes estarem continuamente atentos às novas demandas de políticas sociais (educação, habitação, transporte, assistência médica, etc.), e garantirem a sua viabilização, sob pena de se formarem os bolsões de miséria nas periferias da cidade. Esse fato vem acontecendo em Abaetetuba e Barcarena, os dois municípios mais impactados pela instalação dos grandes projetos na região. Mas o que se tem visto é que os municípios não estão devidamente estruturados e preparados para fazer frente a essas e outras demandas.

Abaetetuba, apesar dos vários ciclos econômicos que viveu, na verdade concentrou a riqueza nas mãos de alguns poucos empresários, considerando que a organização produtiva estava baseada quase em sua totalidade, inicialmente, no sistema de *aviamento* (SOUSA, 2009) e, com isso, a sociedade como um todo ficou desprovida dos benefícios gerados pelas riquezas produzidas.

Em Abaetetuba, como na maioria dos municípios paraenses, o processo de superexploração e submissão a que foi submetida a sua população ao longo de sua história, produto, em grande parte, das políticas governamentais traçadas para a Amazônia, não permitiu as mínimas condições para se pensar na construção do Poder Local. Desde o primórdio do domínio português, passando pela elite predatória dos coronéis de engenho, pelos marítimos dos regatões, pelos pequenos e rudimentares microempresários do setor oleiro-cerâmico, até a implantação do grande Projeto ALBRÁS-ALUNORTE, houve poucos benefícios, em termos sociais e políticos, para a população que continua acossada pela pobreza. (SOUSA, 2009, p. 128).

Hoje, o município de Abaetetuba concentra suas atividades econômicas no comércio, em serviços, na agricultura e na pesca. Cerca de 4.300 servidores municipais (PMA, 2012), 1.357 servidores estaduais (3ª URE, 2012), e 170 servidores federais (UFPA e IFPA de Abaetetuba), além de servidores de algumas faculdades e cursos técnicos, mais os bancários de cinco instituições financeiras, alguns órgãos federais e estaduais, algumas pequenas empresas de construção civil, de transporte, de alimentação e de saúde (clínicas e farmácias), além de mais alguns serviços autônomos, formam o contingente de geradores de renda e desenvolvimento do município, conforme levantamento feito. Em resumo:

As atividades econômicas mais importantes de Abaetetuba encontram-se nos setores de comércio e serviços, no meio urbano, e nos setores agrícolas e extrativistas, no

meio rural, com destaque para a agricultura familiar, a atividade pesqueira, principalmente a pesca artesanal e as lavouras temporárias como a coleta do palmito e o açai. Sofre, no entanto limitações em virtude das dificuldades de escoamento, assistência técnica e poucos benefícios sociais para os trabalhadores. (SOUSA, 2009, p. 24).

Considerando a valorização do fruto do açaí, a economia local foi aquecida por essa produção, fazendo com que muitos que abandonaram suas terras nas ilhas retornassem a elas e investissem no cultivo desse fruto. Infelizmente, a melhor produção, que se expande a cada dia, é levada para fora do município e mesmo para o exterior, onde é mais valorizada. Essa realidade pode ser constatada ao longo da história de Abaetetuba, que

Ficou marcado por desenvolver ciclos econômicos temporais, oscilantes e pouco sustentáveis em consequência das políticas públicas governamentais traçadas para a Amazônia no sentido de colonizá-la, explorá-la, ocupá-la e desenvolvê-la... Sendo seus projetos realizados quase sempre em função do capital e em detrimento da região, do meio ambiente e raramente articulados à estrutura produtiva local. (*Idem*, 2009, p. 24).

Na área naval o município de Abaetetuba sempre se destacou não só pela construção de embarcações para atender a demanda local ribeirinha, mas também a de outros municípios e estados, sendo um gerador local de renda, apesar do uso ainda muito artesanal das construções navais (LUCENA, 2009).

2.4 A educação municipal

Com relação ao setor educacional, Abaetetuba apresenta um quadro constituído de instituições de ensino públicas federais (UFPA e IFPA),¹³ estaduais (escolas de Ensino Fundamental, séries finais, e de Ensino Médio), municipais (escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, séries iniciais) e instituições de ensino privadas (escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior).

Sendo Abaetetuba o 7º município paraense em população, com 141.054 habitantes, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2012), apresentava, em 2005, uma demanda estudantil significativa na rede municipal, totalizando 34.733 *estudantes* (BRASIL, 2005). Essa demanda estudantil é maior do que a população total de cada um dos 88 municípios, de um total de 144 municípios paraenses (BRASIL, 2012).

¹³ O Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) foi instalado em Abaetetuba em 1987 e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), em 2008.

No entanto, se levarmos em conta dados populacionais de 2005, o número de municípios paraenses com população total menor do que a de alunos de Abaetetuba é quase de uma centena, o que representa um grande desafio na execução de políticas públicas, considerando que o município depende quase que exclusivamente de recursos financeiros externos providos de repasses de fundos federais, pois sua arrecadação própria é insignificante. De acordo com a Constituição Federal (1988), cabe aos municípios garantir a Educação Infantil e o Ensino Fundamental:

A União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino (C.F. art. 211 e Lei 9394/96 art. 8º) sendo que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e educação infantil (idem, art. 211, § 2º e Lei 9394/96, art.11, V), sendo que é obrigatória e gratuita a educação básica dos quatro (4) aos dezessete (17) anos (C.F, art. 208, I).

O município de Abaetetuba atende à Educação Infantil, sobretudo a Pré-Escola, e o Ensino Fundamental inicial regular e a Educação de Jovens e Adultos, estando ainda o atendimento dos anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental, sob a responsabilidade da rede estadual, assim como o ensino médio. Considerando-se o grande número de alunos atendidos pela rede municipal, o número de trabalhadores da educação envolvidos e as diferentes problemáticas das realidades territoriais (ilhas, estradas e ramais e a região urbana com seus 14 bairros carentes das condições básicas de cidadania), gerenciar com competência e eficiência a educação municipal em Abaetetuba constitui-se num grande desafio e numa enorme responsabilidade.

A Tabela 3 mostra a demanda atendida pelas diversas redes de ensino no município de Abaetetuba, de acordo com os dados oficiais e que nos dão a dimensão da grandeza dos desafios a serem enfrentados no desenvolvimento da política educacional.

Tabela 3 – Abaetetuba – Matrícula 2005

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM 2005															
Município	Dependência	Matrícula Inicial													
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental (Regular)				Médio (Regular)	Educação Especial		EJA(*) (presencial)		EJA(*) (semipresencial)		Educ Profissional (Nível Técnico)
				Educ Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais		Total	Fundamental	Total	Fundamental	Total	Fundamental	
ABAETETUBA	Estadual	0	0	46	12.745	0	12.745	6.549	0	0	2.154	1.534	748	748	0
	Municipal	0	7.897	225	18.841	18.841	0	0	110	65	6.860	6.860	0	0	0
	Privada	73	716	0	1.148	770	378	131	456	143	218	97	0	0	0
	Total	73	8.613	271	32.734	19.611	13.123	6.680	566	208	9.232	8.491	748	748	0

Fonte: INEP – Censo Escolar 2005 (BRASIL, 2005).

Os dados apresentados sobre a Educação Infantil atendida pela rede municipal de Abaetetuba (7.897) é a segunda maior do Estado do Pará, ficando atrás apenas da capital, Belém (11.984), de acordo com dados do Censo Escolar 2005 (BRASIL, 2005). No ensino fundamental inicial, o município possuía, em 2005, 18.841 estudantes de 1ª a 4ª série, um número bastante significativo quando se agrega os trabalhadores da educação necessários, o número de escolas para seu atendimento, as condições que elas devem apresentar e os recursos financeiros necessários para garantir uma educação de qualidade.

Ressalte-se, também, que esse número, na prática, é maior considerando-se que algumas escolas de difícil acesso, principalmente localizadas nas ilhas, na execução do Censo Escolar, não conseguem processá-lo no tempo previsto. Isso implica que a cada Censo Escolar realizado, ficavam de fora cerca de 1.000 alunos e como os recursos financeiros são repassados de acordo com o Censo do ano anterior, Abaetetuba acabava perdendo tais recursos (ABAETETUBA, 2005).

Podemos observar, ainda, no quadro acima, o número de alunos da EJA, de 6.860. É um número expressivo, comportando 300 turmas e trezentos professores, além de equipe de apoio e coordenações pedagógica e administrativa. E nessa época o valor do aluno da EJA, na distribuição de recursos financeiros, era menos do que a metade de um aluno do Ensino Fundamental (ABAETETUBA, 2005). A tabela abaixo mostra a demanda da EJA no

município de Abaetetuba, diminuindo a cada ano em função da clientela à medida que vai sendo atendida, deixa de existir.

Tabela 4 - Abaetetuba - Dados Estatísticos da EJA 2005 a 2009

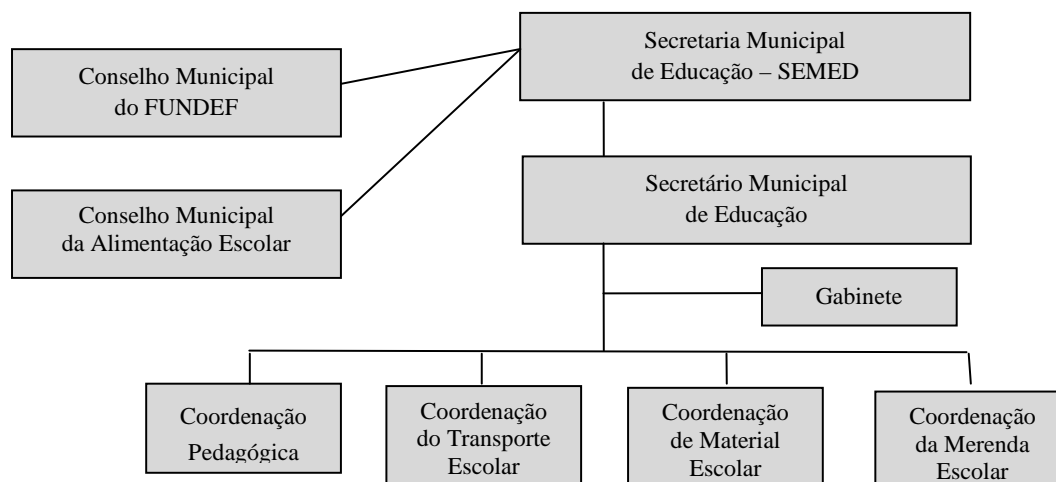
ANO	PROFESSOR	ALUNOS	KIT. PROF	KIT. ALUNO	LIVRO DIDÁTICO PROF	LIVRO DIDÁTICO ALUNO
2005	300	6.860	300	6.860	300	6.860
2006	296	5.708	296	5.708	296	5.708
2007	270	4.868	270	4.868	270	4.868
2008	198	4.750	198	4.750	198	4.750
2009	221	3.751	-	3.751	-	3.751
TOTAL	1.285	25.937	1.064	25.937	1.064	25.937

Fonte: ABAETETUBA - SEMEC, 2012

Em 2004 a Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba, herdada do governo anterior, como pudemos observar nos levantamentos feitos, estava organizada na ótica centralizadora, em que o Secretário de Educação mantinha o monopólio e controle sobre os poucos departamentos, sendo ele o determinador das ações e dos encaminhamentos às escolas, desconsiderando suas especificidades e provocando o abandono delas.

Os Conselhos existentes (Merenda Escolar e Fundef) não funcionavam devidamente e seus membros pouco eram chamados para se reunir e discutir as problemáticas e ações pertinentes. As prestações de conta eram aprovadas sem sequer haver reuniões, apenas pegando nas casas de seus membros as assinaturas das atas elaboradas previamente. O poder público local exercia total controle sobre os Conselhos da Merenda Escolar, do FUNDEF e os próprios Conselhos Escolares existentes, anulando o seu papel democrático, como se pode observar (ABAETETUBA, 2005, p. 36).

Figura 4 – Abaetetuba - Organograma da SEMED 2004.



Fonte: ABAETETUBA, 2005.

A estrutura da Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba, herdada do governo anterior e apresentada na figura anterior, na avaliação da nova equipe que iria conduzir a educação municipal no período de 2005 a 2008, carecia de uma profunda reformulação para poder melhor atender às necessidades e à realidade educacionais (ABAETETUBA, 2005), pois segundo o relatório feito, a referida secretaria estava fundamentada na centralização que tornava o secretário de educação, o “todo-poderoso”, incapaz de dinamizar as ações necessárias ao avanço da educação.

Os seis secretários de educação do governo anterior (de 2000 a 2004) mantiveram a estrutura existente e deixaram as escolas à mercê de suas próprias iniciativas, cumprindo diretrizes gerais provindas da SEMED o que resultou em uma grande fragilidade pedagógica no desempenho escolar (ABAETETUBA, 2005), bem como na desarticulação das ações, considerando as constantes mudanças do gestor educacional do município.

Em função disso, a nova equipe de governo, após vários estudos, encontros, reuniões, debates e consultas, propôs uma nova estrutura organizacional para a condução da educação municipal, assunto que será explanado posteriormente.

3 GESTÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

3.1 Um breve histórico das políticas educacionais no Brasil

Neste tópico iremos fazer uma retrospectiva sintética das políticas educacionais no Brasil, priorizando as da última década, para podermos situar a educação no município de Abaetetuba, como continuidade da política educacional do país.

A educação no Brasil sempre obedeceu a lógica capitalista, em que as classes dominantes impuseram suas ideias e políticas, fortalecendo seus privilégios e interesses. Até a chegada da família real ao Brasil, em 1808, pouco se tem sobre a educação no Brasil.

De 1549 a 1759 a educação elitista e de caráter capitalista foi entregue aos jesuítas vindos da Europa à serviço dos colonizadores e aos filhos dos caciques, que eram incluídos como barganha política, porque, de certo modo, os caciques representavam a elite da tribo e tinham que ser contemplados, até para se evitar conflitos com os colonizadores.

Depois os jesuítas foram expulsos e vieram as reformas pombalinas (sob os auspícios de Marquês de Pombal), perfazendo mais trinta anos de isentas políticas públicas. Em 1789, com a reforma Leôncio de Carvalho, é instituído o “ensino livre” (BORDIGNON, 2009, p.17).

Bordignon afirma que “a chegada da família real ao Brasil demandou iniciativas educacionais para atender aos interesses da corte que requeria médicos, engenheiros e oficiais militares” (2009, p. 17), constituindo-se numa organização educacional que começou com o ensino superior profissionalizante.

O Ato Institucional de 1834 instituiu a monarquia federativa e transferiu às Assembleias Provinciais a responsabilidade do ensino primário e secundário e ao governo central a incumbência de organizar e manter o ensino superior (OLIVEIRA, 1999; BORDIGNON, 2009).

Dessa forma, muitos programas educacionais foram elaborados com o intuito de acompanhar as inovações no campo político-econômico e social da sociedade brasileira no século XX. Tais inovações exigiram que o Estado se tornasse cada vez mais responsável pela oferta da educação, uma vez que agora não só a grande aristocracia cafeicultora e a oligarquia agrária procuravam a educação, a instrução, mas também uma outra parte da população, principalmente a pequena burguesia (comerciantes e profissionais liberais), despossuída da riqueza da terra, mas concentradora de poder econômico e de relativo prestígio social, que reivindicava para si a escolarização como forma de garantir-se na disputa pelo poder.

Foi a partir da Primeira República que as elites mais tradicionais tiveram de, ainda que limitadamente, “abrir mão” do controle da oferta da escolarização em favor das classes emergentes e populares. No período que sucedeu a República Velha, mais ou menos a partir da década de 1920, surgiram movimentos que objetivaram romper com a antiga ordem oligárquica e implantar definitivamente o modelo capitalista de produção para a modernização do Brasil.

Tais movimentos, que exigiam mudanças no modelo produtivo para impulsionar a transferência de uma base econômica da área agrícola para a área industrial, impuseram à educação escolar a necessidade de adequar-se ao novo contexto, tendo de se adaptar aos novos papéis que lhe eram exigidos, quais sejam: qualificar mão de obra para atender à economia industrial emergente e fortalecer o capitalismo nacional.

Ainda na década de 20, com o crescimento do grande fluxo migratório interno, com as populações do interior brasileiro saindo do campo em busca de trabalho em áreas mais industrializadas, ocorreu, conseqüentemente, o inchaço populacional nas cidades, o que originou graves problemas de ordem social e política.

Durante a Primeira República (1889-1930) a situação não se alterou muito, permanecendo o desinteresse pela educação (GHIRARDELLI, 2003; ROMANELLI, 2007), visto que não havia a necessidade de mão de obra qualificada, pois o Brasil continuava predominantemente agrícola.

A partir da década de 1920, em que 75% da população em idade escolar era analfabeta, começa, no Brasil, um movimento renovador em prol da educação, pois até então, a educação atendia os poucos privilegiados. No geral, a população estava desassistida e desamparada. Paz (2009, p.46) afirma que “esse movimento educacional que tinha como base o ideário da Escola Nova, buscava mudar a pedagogia, a arquitetura das escolas, a relação ensino-aprendizagem e a avaliação”.

A criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, foram importantes para impulsionar o movimento de transformação pedagógica e de democratização da educação brasileira (FÁVERO, 1996; ROMANELLI, 2007). O Manifesto dos Pioneiros da Educação constitui-se num marco na organização e estruturação das políticas educacionais no país.

Esperava-se que a Constituição Federal de 1934, em sua elaboração, fosse encampar os princípios do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova - escola obrigatória, laica e gratuita e pelos princípios pedagógicos inspirados em Dewey - mas isso não aconteceu. Mesmo que o governo não se interessasse muito pela educação como deveria ser, os debates e

as tentativas de se criar uma legislação educacional que garantisse uma educação pública para todos se prolongaram no Estado Novo (1937-1945) e nos períodos posteriores.

Devido as mudanças sócio-econômicas que aconteceram no país, ocorreu o reconhecimento da importância da escola para a sociedade: a escola passa a ser entendida como espaço generalizado de socialização e transmissão de conhecimento (NASCIMENTO, 2001, p.99), importante para a ascensão social dos indivíduos. Por isso, Getúlio Vargas fecha as escolas alemãs e japonesas, assim como as escolas livres de orientação anarquista, e obriga os imigrantes a frequentarem as escolas brasileiras (NASCIMENTO, 2001, p. 101) como forma de difundir e inculcar os valores nacionalistas do Estado Novo. Assim,

As proposições getulistas do Estado Novo de certa forma mantiveram a tradição escolar brasileira, garantindo a obrigatoriedade e a gratuidade da escolaridade, porém dando ênfase nas escolas primárias e secundárias ao desenvolvimento de uma política educacional voltada para o ensino vocacional urbano destinado especialmente às classes populares (LEITE, 1999, p. 30).

Na Era Vargas o governo mostra cada vez mais interesse nas possibilidades ideológicas da ação educativa. Assim, a educação era entendida como um instrumento do estado e, como tal, deveria servir aos seus interesses.

Várias tentativas foram feitas, mesmo que sem êxito, mas se constituíram como base para a futura Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 4.024/61 (FÁVERO, 1996), que legitimou uma estrutura e organização da educação brasileira. Essa lei estruturou a educação brasileira em ensino primário, ginásial e ensino médio. E por meio da Lei 5.540/68 foi reestruturado também o ensino superior. Para fortalecer a educação brasileira, nesse mesmo ano (1968) foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com o objetivo de garantir a concessão de financiamento (ROMANELLI, 2007).

Em 1964 veio o golpe militar e os novos ventos que sopravam sobre a educação - incluindo Paulo Freire, que coordenava nacionalmente a alfabetização de jovens e adultos no processo por ele criado no Nordeste - foram literalmente apagados e seus pensadores banidos, perseguidos e mortos, em nome da manutenção da ordem e do poder (GERMANO, 1993).

Ao longo de sua história, o Brasil tem uma tradição de governos ditatoriais, atrelados ao militarismo, que sempre deu sustentáculo a este ou assumiu o próprio poder, como em 1930, com Getúlio Vargas, mais ainda especificamente nos 21 anos de ditadura (1964 a 1985) que vivemos. Os militares sempre tiveram significativa participação na vida política do país, como comenta Germano (1993, p. 39).

A participação das Forças Armadas, notadamente do Exército, na vida política do Brasil começa a tornar-se significativa a partir da segunda metade do século XIX com a Guerra do Paraguai (1865-1870). Projeta-se na abolição da escravatura (1888), na proclamação da República (1889) e culmina com o golpe de Estado de 1964. Na verdade, desde então o Exército esteve presente em todas as reviravoltas na história do Brasil, exercendo sempre um papel decisivo nos momentos de crise.

No período da ditadura (1964-1985) tivemos a reformulação da Lei 4.024/61 e a criação de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (5.692/71), que tornou o ensino de 2ª grau, hoje Ensino Médio, profissionalizante. Essa mudança foi um fracasso devido a falta de laboratórios que garantiriam a prática necessária e devido as empresas negarem o estágio. Já em 1982, por meio da lei 7.044/82, o ensino de 2ª grau profissionalizante tornou-se facultativo, aparentemente resolvendo o problema, mas a educação continuou não correspondendo às expectativas da sociedade e das necessidades do mercado. Então uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (5.692/71) foi criada, e esta organizou o ensino em 1º grau, com oito séries - 1ª a 8ª série - e o Ensino Médio com três e/ou quatro anos.

Paiva (1997) ressalta que os anos de 1963 e 1964 foram marcados por golpes e contragolpes políticos que intensificaram as disputas políticas dos grupos e setores econômicos do país. Como não poderia ser diferente, a educação também passou por várias mudanças e recuos. Com a multiplicação de programas de alfabetização de adultos, influenciados em certa medida por grupos populares, esses programas passaram a ser uma ameaça para grupos de direita.

A partir de 1964 novos rumos foram definidos para a área educacional, provocando êxodo rural e aumento demográfico da população urbana, o que acelerou o processo de urbanização. A expansão e oferta da escolaridade básica em todos os níveis aumentaram a demanda para a universidade, pois imbuídos na crença da ascensão social, a classe média urbana e uma pequena parcela da classe popular passaram a almejar postos na universidade, entendendo que ela seria um espaço de acesso não somente ao diploma, mas a uma qualificação para o mercado de trabalho, além de significar *status* social e ascensão social.

Nesse contexto, no plano educacional o governo militar-autoritário procurou aumentar a produtividade das escolas públicas com base na adoção de princípios da administração empresarial, além de, desde o início, apontar para a privatização educacional. Procurava-se edificar um sistema federal de educação superior que contribuísse para a consolidação da segunda revolução industrial a realizar-se no país. Isso se dava via decretos-lei, com o patrocínio de diversos acordos firmados entre o MEC e a *United States Agency for International Development* (USAID). Foi sob tais auspícios

que se impôs a denominada reforma universitária (lei nº 5.540/68), instituidora do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dentre outras razões, para fortalecer o formato institucional da universidade e subsidiar o capital industrial nacional (JÚNIOR; SGUISSARDI, 2005, p. 8).

O governo militar realizou a reforma universitária, mas ela não promoveu mudanças organizacionais e institucionais que representassem mudança substancial na estrutura básica e fundante da universidade. A educação apresenta-se, pela primeira vez, como uma mercadoria negociável em que a cada crise do capitalismo monopolista deve e pode ser ajustada aos interesses do capital, na condução de novos quadros intelectuais e na formação de mão-de-obra para sustentar o novo paradigma produtivo.

Dentro desse modelo educacional brasileiro hegemônico, a educação escolar constitui-se em um forte espaço de produção e reprodução das classes sociais e de seus conjuntos de ideologias, como ocorria nas décadas anteriores, no qual as políticas educacionais implementadas materializam os projetos definidos e articulados pelo estado que estão afinadas com o modelo de “governabilidade”, implicando na construção do conhecimento social muitas vezes voltado unicamente para a produtividade econômica.

Apesar desses diversos mecanismos de reprodução social apresentados por essas políticas implementadas no meio educacional, numa tentativa de homogeneizar a educação, desvalorizando as diferenças históricas e culturais construídas dentro dos processos educativos e que se desencadeiam no interior das relações sociais, ainda encontramos projetos educacionais diferenciados nos municípios paraenses que se pautam em uma educação democrática e cidadã. Trataremos nesta dissertação da experiência peculiar de gestão pública (2005-2008), que se instalou no município de Abaetetuba, no qual outra política educacional foi implantada.

Dentro desse contexto, a educação escolar é fruto de uma sociedade de práticas sociais de trabalho fragmentadas. Ela contribuiu para inculcar essa divisão parcelada do modelo taylorista, por meio da hierarquia escolar, do professor autoritário, da educação bancária, das atividades rotineiras e repetitivas de sala de aula e dos seus conteúdos curriculares, que impossibilitam uma aprendizagem significativa para os educandos.

Assim, o modo de produção taylorista-fordista mostrou-se, ao longo do século, um dos instrumentos mais eficazes para as empresas. Esse cenário começa a sofrer alterações no final da década de 70 pelo uso da informática, da microeletrônica e das telecomunicações. Com essas transformações entramos em uma nova era da humanidade. Nesse novo cenário, as alterações nas relações e na organização do trabalho apontam na direção da substituição do

paradigma taylorista-fordista por um modelo com características de maior flexibilidade das linhas de produção, menor tempo de fabricação e comercialização.

Entra então em destaque o Toyotismo, com atividades integradoras, as quais demandam um perfil de trabalhador que demonstre um conhecimento mais amplo do processo de trabalho; um trabalhador flexível, com capacidade de tomar decisões, com habilidades para resolver problemas, enfim, um trabalhador multifuncional. Assim, execra-se o trabalhador especializado do taylorismo-fordismo e engendra-se o tarefeiro.

A partir da década de 80, movimentos populares, sindicais e de comunidades de base começaram a se manifestar, como uma reação da sociedade ao autoritarismo e à repressão. Ganhou força a ideia de uma educação popular autônoma e reivindicadora. O governo federal instituiu, então, o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980-1985), tomando como base a redução das desigualdades e assinalando a educação como direito fundamental para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania.

A década de 80 e os primeiros anos da década de 90 mudam significativamente o cenário da expansão das Instituições de Ensino Superior (IES). Percebemos um encolhimento da oferta de vagas nas universidades públicas, principalmente para as classes populares. Os cursos promissores, os emergentes e os de *status* garantido são disputados pelas classes privilegiadas, enquanto que os cursos menos cotados são dirigidos à população que exige acesso à universidade. Isso segrega economicamente a universidade pública e exclui as camadas populares, assim como fragiliza os cursos voltados para a formação de professores e outras profissões menos privilegiadas na lógica mercantil atual.

Em 1988 foi elaborada nova Constituição Federal que poria fim, oficialmente, ao período ditatorial e nesta nova Constituição, disputaram dois projetos antagônicos de educação e de universidade. De um lado um grupo que representava os interesses das camadas populares e defendia a educação como um processo de “descolonização” da educação brasileira e a possibilidade concreta de mudanças nas estruturas arcaicas da sociedade social, baseada em uma perspectiva emancipadora. De outro, o grupo representante das classes hegemônicas, que reafirmava a educação enquanto um produto, uma mercadoria que precisava de espaço para circular e ser negociada no livre comércio capitalista.

Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, durante a qual se reforçou a necessidade de expansão e melhoria do atendimento público escolar no Brasil. Esse ano também foi marcado pela desvalorização do trabalho docente em todos os níveis. Porém, durante a década de 90 essa desvalorização foi mais sentida pelos docentes das universidades públicas.

Já em 1996, a 3ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96, veio substituir a 1ª LDB nº 4.024/61 e a 2ª LDB nº 5.692/72, esta um arranjo da ditadura militar, que não mais representava as demandas do mercado capitalista, tampouco da sociedade brasileira. Forças conservadoras e avançadas se debateram no congresso nacional durante oito anos para aprovar uma lei que contemplava toda a educação brasileira. Essa lei perdura até os dias atuais, porém já sofreu inúmeras alterações, atendendo as necessidades e pressões da sociedade ou interesses do capital.

Outras leis foram criadas para dar suporte à educação brasileira e foram e são importantes para a melhoria da educação brasileira, como a Emenda Constitucional nº 14/1996, que gerou a lei 9.424/1996 que criou o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), importante na destinação de recursos financeiros para o Ensino Fundamental, posteriormente melhorada na lei 11.494/2007 que criou o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (*FUNDEB*), garantindo recursos financeiros para toda a educação básica.

Outro marco significativo na educação brasileira aconteceu em 2007 quando foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação (*PDE*), hoje com mais de 50 ações que contemplam as ações educacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O PDE, segundo Saviani (2009, p. viii), “se constitui, sem dúvida, a mais ousada, promissora e também polêmica política educacional formulada pelo MEC, a qual se encontra em pleno processo de execução na atualidade”.

Outro importante instrumento de valorização dos trabalhadores da educação, mesmo que frustrante, foi criado pela lei 11.738/2008, que implantou o Piso Nacional do Magistério, luta histórica do movimento nacional dos trabalhadores da educação. Frustrante porque não atende as lutas históricas da categoria e nem a todos os profissionais da educação.

Outro instrumento criado, que demandou muitos encontros municipais, estaduais e dois nacionais, num processo democrático nunca visto no país tocante à educação, foi a realização da Conferência Nacional da Educação (*CONAE*), que gerou a construção do novo Plano Nacional da Educação (PNE), ainda se arrastando no Congresso Nacional para sua aprovação final.

Para a formação profissional, vários programas foram lançados e estão em andamento no país, como o Programa Universidade para Todos (*PROUNI*), criado em 2004 e institucionalizado em 2005 por meio da lei 11.096/2005, beneficiando estudantes carentes para ingressar, com concessão de bolsas de estudo, no ensino superior em universidades

privadas. Assim como o Sistema de Seleção Unificada (*SISU*) para ingresso, via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nas instituições federais de ensino superior público. Houve também a criação e a expansão, por todo o país, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ampliando a oferta de 45 para mais de 150 unidades educacionais, uma delas implantada em Abaetetuba, em 2008.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), uma das ações do PDE, foi criado para dar condições para que as universidades federais promovam a expansão física da rede federal de educação superior visando à expansão de vagas ao ensino superior.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que está atendendo, atualmente, 54.000 professores em serviço, em 397 municípios brasileiros (CAPES, 2013) é outro programa que contribui para a melhoria da educação do Brasil. O PARFOR¹⁴ foi criado para atender o dispositivo do art. 11, inciso III do Decreto 6755/2009, implantado em regime de colaboração entre a CAPES, os estados, os municípios, o distrito federal e as Instituições de Ensino Superior que executam o programa. O PARFOR tem como objetivo

Induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País (Decreto-Lei nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009).

Constata-se também que se exige da educação superior, acima de tudo, a capacidade de responder às transformações históricas e econômicas ocorridas no mundo contemporâneo. Para atender a tais exigências, foram estabelecidos projetos educacionais com o intuito de articular e determinar parâmetros, objetivos e princípios voltados para produtividade e exequibilidade.

Já no campo da avaliação tem-se como destaque, por exemplo, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Mesmo que essas avaliações sejam muito mais para comprovações estatísticas de interesse dos órgãos financiadores internacionais do que a

¹⁴ No Pará, o PARFOR está sendo executado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Estadual do Pará (UEPA), a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/PA), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (antigo CEFET) e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) em parceria com os municípios.

melhoria efetiva da qualidade da educação em suas bases (BRASIL, 2007), elas fazem-se necessárias e representam um avanço, obrigando os sistemas a trabalharem em cima de metas preestabelecidas.

Mesmo assim, percebe-se que essas políticas públicas implementadas pelo governo federal, mesmo parecendo investimento educacional, ainda estão longe de representarem a garantia da qualidade da educação, principalmente porque essas políticas são impostas à sociedade sem que haja discussão ou participação popular, como se fossem dádivas ou esmolas, não atacando, de fato, os problemas em sua base (SAVIANI, 2009).

Esses ajustes da educação às exigências do sistema capitalista, na verdade, fazem parte do enquadramento da educação às demandas impostas pela reforma do Estado e, conseqüentemente, dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), pois, segundo Haddad (2008 apud FARIAS, QUARESMA & MIRAGAYA, 2003, p.6)

O FMI deixou de ser um organismo unilateral voltado para a defesa da paridade cambial, o socorro aos países com graves desequilíbrios externos e para a liquidez internacional e tornou-se uma agência do capital financeiro, dos credores internacionais e do tesouro norte-americano. Dedicou-se a propor programas de ajuste estrutural aos países periféricos que com ele fazem acordo e a recomendar políticas macroeconômicas de inspiração invariavelmente recessivas, direcionadas para o atendimento dos interesses corporativos dos bancos de crescimento econômico, a geração de empregos e a distribuição de renda.

É com esse espírito que o capitalismo visa a investir nos países periféricos, a fim de fortalecer suas instituições financeiras e obrigá-las a adotar medidas recessivas para o fortalecimento do grande capital, gerando ainda mais pobreza, miséria, recessão e aumentando o fosso social. Segundo Frigotto (2010, p. 180),

A subordinação unidimensional do educativo aos processos capitalistas de produção continua intacta, ainda que mais sutil, velada, e, por isso, mais violenta. Essa subordinação vem hoje subordinada pela avassaladora onda neoliberal que estatui o mercado como o deus regular das relações sociais transformando direitos como os da saúde, da educação, etc., em mercadoria.

Por isso, as políticas públicas, na verdade, estão longe de representarem a solução dos problemas estruturantes da educação brasileira, principalmente nas regiões menos assistidas econômica e politicamente, como as regiões Norte e Nordeste.

Isso acontece porque o poder público, principalmente, seguindo os ditames capitalistas, não considera a educação como um investimento que possibilite atacar os males

pela base, logo, ele não busca reverter o analfabetismo; as precárias condições das escolas; o despreparo e a desmotivação dos professores; os baixos salários dos trabalhadores da educação; os planos de carreira inconsistentes; a educação do campo e das águas, esquecida e precária; o atraso na implantação de novas tecnologias educacionais; o elevado índice de abandono da escola; a baixa aprendizagem; a distorção série/idade, principalmente nas regiões menos favorecidas, etc.

O descaso e descompromisso com a educação, apesar dos avanços obtidos na última década, são também percebidos quando da alocação dos recursos financeiros, parcos e insuficientes para a efetivação de uma política educacional que transforme a educação em prioridade, que garanta a qualidade necessária da educação e que capacite as pessoas para a cidadania.

Nessa perspectiva, a educação escolar constitui-se em um forte espaço de (re) produção das classes sociais e de suas ideologias, já que as políticas educacionais implementadas pelo Estado concretizam os projetos definidos e articulados com modelos de governabilidade, o que implica na construção do conhecimento social, muitas vezes voltado unicamente para a produtividade econômica.

Em nossa análise, o século XX foi marcado pelo capitalismo neoliberal, que apresenta como suas principais características a redução do investimento em políticas sociais, o livre comércio, o jogo do mercado e a diminuição drástica dos direitos dos trabalhadores, no que se refere às conquistas trabalhistas e sociais. Assim, o jogo do mercado torna-se o fundamento da política neoliberal no sistema capitalista. No modelo neoliberal, exige-se da educação uma reestruturação de sua condição de instituição formadora para tornar-se um campo específico de preparação de mão-de-obra qualificada para o mercado. Nesse contexto, notamos que os programas acima e outros corroboram para isso.

O que podemos analisar é que, no contexto do capitalismo em “roupagem” neoliberal, uma das atribuições fundamentais do Estado nacional diz respeito à sua *auto-minimização*, em face do livre jogo das leis da oferta e da procura. Deslegitima-se, pois, uma série de reivindicações e lutas populares no tocante à garantia de direitos, tanto na esfera política, quanto na esfera socioeconômica. Representando historicamente os grupos e as classes que se encontram no poder, o Estado dirige parte de suas ações para a manutenção da escola no sentido de cumprir a meta de garantir sua hegemonia dentro da estrutura social.

Constata-se o fato da educação escolar, ao longo da história do Brasil, sempre ter sido encarada, na execução das políticas públicas, como gasto vultoso, e não como investimento. Todavia, mesmo que os recursos financeiros investidos em educação cheguem um dia a 10%

do PIB, como propõe o novo Plano Nacional da Educação (PNE, 2011-2020), não seriam suficientes para resolver os grandes problemas estruturantes da educação brasileira e garantir educação de qualidade para todos, conforme previsto na legislação vigente e nas recomendações do Relatório da UNESCO (DELORS, 2001).

Por exemplo, em 2005, a Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba fez uma previsão orçamentária para ser investida na melhoria e adequação da infraestrutura escolar da rede municipal e, para tal, necessitava de recursos financeiros na ordem de R\$ 30 milhões para serem investidos na educação nos quatro anos de governo, mas foi possível retirar dos recursos do FUNDEB¹⁵ apenas R\$ 5,5 milhões (ABAETETUBA, 2008), pois os gastos com o funcionalismo consumia quase todos os recursos, sendo insignificante o montante que sobrava para as demais despesas. Em quatro (4) anos de governo, somente R\$ 5,5 milhões foram investidos na manutenção e melhoria da infraestrutura escolar.

Em parte, explica-se essa situação porque o Brasil é um país republicano federalista e sua gestão é direcionada por um governo central que emana as deliberações para os seus federados, os Estados e Municípios, como no caso brasileiro. William Anderson (1987) explica que o

Federalismo é o sistema político (e os princípios fundamentais desse sistema) que: a) defende ou estabelece um governo central para todo o país e determinados governos regionais autônomos (estados, províncias, Länder, cantões) para as demais unidades territoriais; b) distribui os poderes e as funções de governo entre os governos central e regionais; c) atribui às unidades regionais um conjunto de direitos e deveres; d) autoriza os governos de ambos os níveis a legislar, tributar e agir diretamente sobre o povo, e) fornece vários mecanismos e procedimentos para a resolução dos conflitos e disputas entre os governos central e regionais, bem como entre duas ou mais unidades regionais¹ (FGV, 1987, p. 471).

O federalismo representa maior descentralização e autonomia para os municípios, porém sem as devidas condições, pois dependem de quem detém o controle maior. Por isso, Oliveira e Sousa afirmam que:

Ao analisar-se a educação no Brasil percebe-se a desigualdade interentrarregional, decorrente da assimetria entre as condições econômicas dos entes federados e a distribuição de competências previstas constitucionalmente, que indica o que cabe a cada um realizar no tocante ao provimento da educação para a população, resultando em diferentes condições de oferta. (OLIVEIRA; SOUSA, 2010, p.13)

¹⁵ Os recursos do FUNDEB são destinados ao município de acordo com a matrícula quantificada no Censo Escolar do ano anterior e prevê gastos de, no mínimo, 60% com os profissionais da educação e os 40% restantes, na manutenção do ensino, com o pagamento de funcionários, construções, reformas, materiais, cursos de formação, etc. (BRASIL, 2007).

Os mesmos autores (2010) continuam nos ajudando a entender que “discutir aspectos da governança educacional no Brasil não é tarefa simples..] [... porque o regime federativo brasileiro tem uma arquitetura complexa na qual a União, os estados e municípios têm papéis destacados na oferta educacional” (idem, 2010, p 15).

Verificamos que não caso da realidade de Abaetetuba e da maioria dos municípios do norte e nordeste deste país, as assimetrias econômicas, sociais, políticas, culturais, etc., são gritantes, porém, os recursos financeiros para executar as políticas sociais, também são assimétricos, penalizando os já penalizados porque são os entes federados com menos capacidade produtiva e financeira, gerando um círculo vicioso permanente que se traduz em subdesenvolvimento, pobreza, miséria em muitos casos.

Essa realidade demonstra como o modelo capitalista imposto limita e condiciona os investimentos na educação, tanto que, geralmente, nas crises financeiras, os primeiros cortes feitos pelos governos são nas políticas sociais, o que deixa ainda mais fragilizada a sociedade de sua necessária e devida capacitação. Esse modelo econômico não tem, pois, interesse em investir nas políticas sociais, que funcionam muito mais como meio de contenção de possíveis rebeliões do que como benefícios sociais relevantes.

Há de se considerar também, que o maior orçamento, na maioria dos municípios considerados pobres - grande parte dos municípios brasileiros dos Estados do Norte e do Nordeste - está na educação, proveniente de repasses de fundos federais, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Programa Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE), a merenda escolar, o transporte escolar e outros.

Isso porque esses municípios não contam com renda própria, principalmente por não possuírem as cadeias produtivas estruturadas, por serem ausentes do setor industrial e por terem comércios ainda funcionando na informalidade. Além disso, a prestação de serviços é ainda muito precária, principalmente nas regiões brasileiras menos desenvolvidas. O repasse dos recursos financeiros aos municípios pelo governo federal, no caso da maioria dos municípios paraenses, constitui-se na única receita municipal, conforme se pode constatar, por exemplo, nos orçamentos da Prefeitura Municipal de Abaetetuba (ABAETETUBA, 2005, 2006, 2007, 2008).

Como os recursos financeiros destinados à educação, sobretudo nessas regiões, ainda são insignificantes diante da realidade, das necessidades educacionais e da relevância da educação no desenvolvimento global, não é difícil encontrar cenários em que a infraestrutura

escolar é deficiente, precária, desatualizada e, muitas vezes, inexistente. Há escolas que continuam funcionando em espaços improvisados e inadequados, com um número significativo de professores ainda sem qualificação (só no Estado do Pará são, segundo o Plano Decenal de Formação Docente do Estado do Pará, 42.414 professores não qualificados),¹⁶ realidade que se repete principalmente nas regiões Norte e Nordeste.¹⁷

Percebe-se, ainda, o descaso quanto a valorização do magistério, a falta de investimentos para a formação continuada dos trabalhadores da educação, os insuficientes recursos financeiros, mal aplicados e usados com outros fins, ao excessivo número de alunos nas turmas, na distorção série/idade, na persistência ainda do turno intermediário, na falta de garantia de qualidade educacional, na contratação de servidores temporários, e ainda nos escandalosos desvios de recursos da educação, fato comprovado e divulgado farta e rotineiramente pela imprensa (nacional, regional e local), que tem provocado a cassação e até a prisão de quadrilhas especializadas, muitas vezes alocadas no interior da administração pública.

Historicamente, a legislação brasileira, embora apresente um conjunto de normas sobre a educação, nunca considerou o tratamento dado à educação como um problema, mesmo havendo um número significativo de crianças fora da escola obrigatória ou uma oferta insuficiente de vagas para o atendimento da educação básica, especialmente a infantil, ou ainda precárias condições de infraestrutura e desvalorização sistemática dos trabalhadores da educação. Não seria exagerado afirmar que muitas escolas deveriam ser fechadas devido as precárias condições, mas isso não acontece, porque o sistema vigente não está preocupado com a qualidade da educação, mas sim apenas em “garantir a educação para todos”, não importando em que condições a aprendizagem se realize.

Essa necessidade de todos terem acesso à educação é proposta e reconhecida tanto pela Constituição Federal de 1988 quanto pela LDBEN nº 9394/96. No entanto, isso não é suficiente para garantir condições reais (e muito menos condições ideais) da educação. Assim, as escolas continuam atuando de forma dual, conforme a teoria da escola dualista

¹⁶ *O Plano Decenal de Formação Docente do Estado do Pará* foi elaborado por um Protocolo assinado no dia 18/12/2006 entre a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/PA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET/PA, hoje IFPA). O plano foi elaborado por essas entidades e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), representando os Dirigentes Municipais de Educação do Estado e que se transformou no Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR).

¹⁷ Esses docentes, desde 2009, estão sendo gradativamente qualificados por meio do PARFOR, gerado pelos planos elaborados nos Estados brasileiros que ainda possuem professores leigos.

elaborada por C. Baudelot e R. Establet e exposta no livro *L'École Capitaliste en France* (1971), porque os autores se empenham em mostrar que a escola, em que pese a aparência unitária e unificadora, é uma escola dividida em duas (e não mais do que duas) grandes redes, as quais correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado (SAVIANI, 2009, p. 23);

Em outras palavras, significa afirmar a existência de duas escolas: a escola para os mais ricos, que oferece uma educação de melhor qualidade; e uma escola para os filhos das camadas menos favorecidas da sociedade, as escolas públicas. É possível, nesse contexto de educação dual, que a sociedade civil ou mesmo um governo comprometido com as camadas populares tente organizar-se para assegurar aos excluídos ou desprovidos de cidadania uma proposta de educação popular, na perspectiva de transformação social, a fim de capacitá-los para o enfrentamento profissional e social.

Isto é, governos ditos populares e comprometidos com a transformação social se organizam e tentam implantar políticas sociais que buscam reverter a situação desfavorável e resolver os problemas estruturais pela raiz, garantindo não somente o acesso à escola, mas também à educação de qualidade, numa perspectiva de transformação social (FREIRE, 1988) - e isso se dá mesmo sabendo que sempre haverá disputas e conflitos neste embate, pois essa realidade é organizada em uma arena onde os interesses são antagônicos à sociedade dos explorados. Por isso, Frigotto (2003, p. 31) afirma que

A educação também não é reduzida a um fator, mas é concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma forma específica de relação social.

Já Freire (1986, p. 20) nos provoca ao dizer que

A mudança social será feita através (*sic*) da oposição organizada fora da sala de aula, contra as estruturas políticas e econômicas que controlam a educação (...) a questão do conflito social é absolutamente importante aqui (...) o conflito cria, de fato, as condições para a transformação.

Todavia, essa transformação social tão almejada só é possível, segundo nos tem mostrado a história, por meio do conflito, da disputa, da luta organizada. Nesse embate, de um lado há o sistema capitalista voraz, do outro, os explorados, cuja luta sempre existirá enquanto vivermos em uma sociedade de classes. Por conseguinte, propostas democráticas encontraram entraves que podem ser observados inicialmente de forma empírica por irem contra a lógica

historicamente desenvolvida pelo capital, e isso ocorre tanto nos estados membros da federação, quanto nos municípios, como Abaetetuba, que se propõem, por parte dos movimentos sociais e de suas lideranças, a construir um novo projeto de sociedade.

Luta semelhante será também a travada pelo estudo ora proposto, que busca mostrar os embates a serem enfrentados quando se coloca em questão o *status quo*. Mas é a partir dessas constatações iniciais que nos propomos levar adiante este estudo. Esse exercício de envolvimento e participação na construção de outra política educacional para o município constitui um desafio constante e contínuo de toda a sociedade, pois a educação participativa se faz com o apoio de todos os envolvidos e não só com a invenção de alguns, como observa Arroyo (2010) quando diz que

A relação entre educação e construção de uma nova ordem política não é invenção de educadores ou políticos, mas trata-se de uma relação que faz parte de um movimento maior de interpretação dos processos de constituição das sociedades modernas (ARROYO, 2010, p. 43).

Essa breve retrospectiva educacional servirá de parâmetro para a compreensão e o entendimento das políticas educacionais implementadas no município de Abaetetuba no período de 2005 a 2008.

3.2 Situação da arena

A arena política é um espaço de disputa e confronto de projetos de sociedade. No caso de Abaetetuba, a coligação *Frente Abaeté para Todos*, formada pela aliança política constituída pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Brasileiro (PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), vivenciou constantes disputas e atritos em função das divergências de concepção política. Por este motivo, por vezes essa aliança política revelou-se como um entrave no exercício da gestão democrática pela lógica do clientelismo e da política do favor que ainda impera na arena política.

Ao refletir sobre o processo histórico da constituição do governo eleito em Abaetetuba, podemos apontar como uma das dificuldades enfrentadas por ele diz respeito à lógica do clientelismo político, em que a política do favor é o fundamento do Estado brasileiro. “O clientelismo político foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de

troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala” (MARTINS, 1994, p. 29).

O que queremos afirmar com isso é que os partidos aliados buscaram garantir seus privilégios junto à gestão pública, de modo a exigir benefícios pessoais em virtude da aliança política estabelecida durante o processo eleitoral. Entretanto, o PT, majoritário no governo, compreendia a aliança partidária a partir de um princípio diferenciado dos partidos aliados. Esses partidos constituíam a aliança política com a possibilidade de construção de um projeto coletivo e democrático.

Acreditamos que o conjunto de compromissos proposto nos permitirá construir alianças programáticas, que se traduzam em solidez e concretude nos governos do PT e de seus aliados, superando as práticas tradicionais de mera divisão de espaços. Ao nos apresentarmos com o nosso programa estamos reafirmando o PT como um partido de esquerda, socialista, democrático e mostrando que temos lado e nitidez política. Esta é a oportunidade de evidenciar à população que não pactuamos com amontoados de legendas, mas que construímos aliança de projeto. Um projeto que queremos que seja coletivo, com a participação efetiva da cidadania (SILVEIRA, 2012, p. 01)

Apesar de saber que ao estabelecer a aliança partidária local ter-se-ia inúmeras dificuldades no processo de governabilidade, e que se estabeleceriam constantes conflitos em virtude da incompreensão acerca do projeto defendido pelo PT, não obstante, fez-se uma gestão buscando a superação dessa arena de disputa constante, mas há de se reconhecer que esse processo de disputa e incompreensão dos princípios democráticos ora defendidos e suas contradições em suas práticas dificulta a excelência da gestão democrática no município.

Pelos preceitos constitucionais, o Brasil vive um regime federativo e pelos princípios concebidos na Carta Magna nosso país é legalmente um país democrático. Por esse princípio, a cada quatro anos, temos eleições municipais, estaduais e nacionais, em tempos não conjuntos. As eleições oportunizam à sociedade reeleger seus dirigentes uma única vez pelo atual dispositivo constitucional.

A reeleição do governante possibilita a continuidade de trabalho, é o que se tem percebido na sociedade, pois quando o eleito não é do mesmo partido e/ou aliado, a descontinuidade de governo é gritante e o tempo para o novo governo resolver os muitos problemas herdados é muito pouco, como se observou no governo eleito em 2004 e que exerceu o mandato no período de 2005 a 2008. E essa descontinuidade independe do partido político que está à frente da gestão municipal.

O que foi encontrado, ao assumir o governo, por vezes é inacreditável, pois segundo o levantamento realizado, aconteceu um verdadeiro saque ao patrimônio público pelos que deixaram o poder. Todas as secretarias encontravam-se dilapidadas dos mínimos materiais, sobretudo das informações administrativas e burocráticas, ao ponto de não se saber a relação dos servidores municipais.

A Secretaria Municipal de Educação, responsável pelo trabalho educacional, foi encontrada em péssimo estado, sem a maioria dos móveis e os poucos equipamentos que foram deixados estavam sucateados e inservíveis. O mais grave encontrava-se na falta de documentação que pudesse ao menos mostrar quem era servidor municipal. Algumas das 183 escolas existentes estavam sem condições de funcionamento e interdidadas.

Como estruturar e organizar o trabalho se não houve a transição¹⁸ entre o governo que assumiu e o que deixava o poder? Isso significa mais problemas a enfrentar e resolver, sob a pressão da sociedade que quer ver o novo governo funcionando a contento, pois desconhece os meandros da administração pública.

3.2.1 A nova proposta de gestão educacional e seus impactos

A pesquisa documental nos permitiu detectar, no caso específico de Abaetetuba, que a nova gestão municipal, ao assumir o comando em 2005, encontrou os quase 3.000 servidores municipais sem receberem o pagamento do mês de dezembro, o que ocasionou uma greve municipal, em que os novos governantes, em conjunto com o movimento grevista, tiveram que solicitar às instâncias judiciais, diga-se ao juiz local, citação¹⁹ para o novo gestor poder realizar o pagamento atrasado, visto que a legislação não permite que o novo gestor quite dívidas da gestão anterior.

No tocante a infraestrutura da rede escolar municipal, a maioria das escolas carecia de reforma e ampliação e cinquenta e duas (52) careciam de estrutura física própria, pois funcionavam em barracões de festa, centros comunitários e casas familiares. Nas ilhas, onde não havia energia elétrica e água potável (geralmente era consumida a água retirada do rio) a situação era muito pior e lastimável.

Um número significativo de servidores municipais lotados no interior (ilhas e centro), no final do ano de 2004 (diga-se, após o natal), antes do novo governo assumir, foram

¹⁸ Transição: ato administrativo de repasse de informações e patrimônio feito entre os ocupantes de cargos públicos ou privados que deixam o cargo e os novos que vão ocupá-lo. Na administração pública a transição geralmente é feita nos três meses que antecedem a posse dos novos dirigentes.

¹⁹ Citação: ato judicial em que um infrator é intimado sobre pendências sob sua responsabilidade.

lotados nas escolas da cidade, mesmo sem haver vaga, ocasionando sérios problemas para a gestão municipal, para as escolas envolvidas e para o próprio funcionalismo público.

Constatou-se, também, nos relatórios feitos pelo novo governo, que um número significativo de servidores municipais foi efetivado fora da ordem de aprovação no concurso público realizado na gestão anterior, e o novo Prefeito, ao consultar o Tribunal de Contas dos Municípios, soube que os prejudicados não poderiam contestar o fato, pois não o fizeram no prazo legal e os efetivados irregularmente deveriam ser demitidos, pois não estavam devidamente regularizados e que quando completaram os cinco anos de exercício, não fizeram jus ao Programa de Integração Social (PIS) e a outros benefícios, pois não tinham sido cadastrados, assim como outros concursados que assumiram e também não tinham sido devidamente cadastrados no Tribunal de Contas dos Municípios.

Muitos outros problemas foram herdados, como dívidas junto ao comércio e à previdência, pagamentos de água, luz, telefone atrasados de cinco a oito meses, dívidas junto à Universidade Federal do Pará e Universidade Estadual do Pará, o que ocasionou a suspensão dos cinco cursos de graduação que atendiam os professores municipais. Além disso, muitos servidores foram proibidos de tirar licença prêmio e existiam inúmeras pendências na prestação de contas junto ao MEC e Conselhos do FUNDEF. No mais, O Conselho da Merenda estava funcionando irregularmente e o Conselho Municipal de Educação encontrava-se desativado há cinco anos e outros problemas (ABAETETUBA, 2005).

A pesquisa documental nos permitiu constatar, ainda, que, após a eleição de 2004, que deu a vitória ao candidato Luiz Gonzaga Leite Lopes, do PT, uma equipe de cerca de 20 pessoas ligadas à educação visitou todas as 183 escolas municipais para fazer um diagnóstico detalhado das condições desses estabelecimentos de ensino.

O resultado foi a elaboração de um documento - *Relatório da Situação Escolar do Município (2005)* - que orientou o planejamento das ações da Secretaria Municipal de Educação no período de 2005 a 2008. O novo gestor municipal orientou todas as equipes de seu governo a fazerem os levantamentos necessários para conhecer a real situação do município e traçar um plano de ação a partir do levantamento realizado.

O município de Abaetetuba, mesmo não tendo uma das maiores áreas geográficas dentre os municípios paraenses (ele conta com uma área de 1.610,75 km²), é considerado bastante grande, considerando-se a diversidade geográfica e as dificuldades de acesso às várias localidades, como à região das ilhas, onde só é possível chegar por via marítima, ou nas estradas intransitáveis no inverno.

O acesso à região das ilhas, onde em 2005 havia 93 escolas municipais, que atendiam 11.835 alunos (ABAETETUBA, 2005), é marcado por inúmeras dificuldades, como: maré²⁰ que, no seu extremo, impede o acesso dos alunos à escola, pois quando o rio e/ou igarapé secam, tem-se que aguardar até três horas para se prosseguir viagem. O início e o fim das aulas são marcados pelo tempo da maré, obrigando os professores, os alunos, as famílias, o transporte escolar, etc., a se ajustarem à realidade específica.

Algumas vezes, quando a maré está grande, a travessia, que é sempre feita por pequenas embarcações, torna-se perigosa, podendo inclusive levar embarcações a naufragarem. Pode ocorrer, também, o alagamento do barco e, no mínimo, dar a todos os passageiros um bom banho, que faz com que alunos danifiquem o material escolar, quando não é totalmente perdido nas águas.

No período das chuvas, as embarcações abertas (sem cobertura) podem não só molhar os passageiros, mas também levar a alguma enfermidade, como, gripes e resfriados, e ainda há o risco de insolação, quando as pessoas ficam expostas ao sol claudicante. Nem a garantia de transporte escolar, financiado pelo poder público, isenta dessas dificuldades, pois a maioria das embarcações é imprópria para o serviço. Esses problemas são vivenciados diariamente por alunos, professores e famílias, comprometendo o rendimento escolar e mesmo a frequência à escola (ABAETETUBA, 2005).

Na zona rural das ilhas as escolas enfrentam outros problemas, como a falta de energia elétrica pública,²¹ o que impossibilita a escola de ser devidamente equipada com ventiladores, geladeiras e equipamentos eletroeletrônicos (*data-show*, som, TV, etc.). Nessas localidades, as únicas fontes de energia elétrica são a energia solar e os motores a diesel, porém, estes consumiam mensalmente cerca de 3.000 litros de óleo.

Assim, cada escola, para dispor de energia elétrica, necessita de uma cota mensal de óleo diesel, mas é necessário que os diretores ou responsáveis se desloquem até a cidade para encaminhar as demandas escolares (mas também para participar de reuniões, encontros, formação, etc.). Cerca de 150 professores têm que se deslocar diariamente para as ilhas, pois estão domiciliados na cidade, alguns até em municípios vizinhos (ABAETETUBA, 2005).

²⁰ A maré é “o movimento regular e periódico das águas do mar, graças ao qual seu nível sobe e desce diariamente em um mesmo lugar” (Dicionário Larousse Cultural, 1999). Esse fenômeno acontece também nos rios próximos ao mar, como é o caso de Abaetetuba, que sofrem o impacto da maré do mar.

²¹ Nas 72 ilhas do município de Abaetetuba, a rede de energia elétrica ainda não conseguiu ser instalada apesar da implantação do programa do Governo Federal “Luz para Todos”, considerando as dificuldades existentes nas várzeas, mas estudos apontam para a instalação de torres metálicas que abrigarão a rede elétrica e que estão sendo instaladas, processo lento e de maior custo do que o tradicional com posteamento de concreto, segundo informações do gerente local da Rede Celpa.

Essa problemática é acrescida ainda pelo fato de a maioria das escolas não apresentarem infraestrutura necessária e compatível, resumindo-se a salas de aula, cozinha e um depósito. Sem contar que cinquenta e duas (52) funcionavam, em 2005, improvisadamente em casas de familiares, barracões de festa ou centros comunitários. Isso tudo tem um custo financeiro, sem ignorar o pedagógico, e é neste momento que se depara com as limitações do município, que disponibiliza apenas dos recursos do FUNDEB, insuficientes para fazer frente às necessidades e à realidade (ABAETETUBA, 2005).

O modelo de infraestrutura escolar também é inadequado para a realidade de nossos tempos, resumindo-se à salas de aula, cozinha, uma outra pequena sala onde deveria funcionar a secretaria/direção, mas, sobretudo no interior, serve como depósito para material escolar. Os banheiros são precários e isolados da escola, servidos por uma ponte de estiva²², contrários a todas as normas de saneamento, pois, nas ilhas, os dejetos humanos vão diretamente às águas dos rios.

Percebeu-se, no estudo realizado, que os problemas encontrados fazem parte do descompromisso do poder público com a sociedade, porém, o mesmo poder não deixa de atender e proteger aqueles que os mantém no poder. O descompromisso é irresponsabilidade dos governantes, porque excluem a sociedade dos serviços imprescindíveis, como limpeza pública, atendimento à saúde, educação, transportes, cultura, saneamento básico e outros.

Assumir o governo num dia e, no outro, ter que dar respostas às muitas incertezas e demandas provenientes, sobretudo dos próprios servidores municipais um tanto inseguros, constituiu-se num desafio constante, considerando-se a realidade encontrada na Secretaria de Educação, em que, segundo o estudo, indicava que os recursos materiais (equipamentos, móveis) tinham sido “levados” e os documentos (relatórios, prestações de conta, lotação dos servidores) tinham desaparecido, pois “havia uma clara intenção de prejudicar o governo que entrava e de apagar qualquer indício de irregularidade praticada”, “ameaçando as condições de governabilidade do município, prejudicando a execução de muitas ações planejadas” (SOUSA, 2009, p. 136; 139).

3.2.2 A nova estrutura construída na educação municipal

Um dos primeiros aspectos a ser analisado como necessidade de ser revisto, foi a proposta educacional existente que estava relacionado à estrutura da Secretaria Municipal de

²² A ponte de *estiva* é construída em madeira em regiões de várzea, alagadas ou não, para facilitar a passagem ou locomoção das pessoas e mesmo de animais. Em alguns lugares são feitas do tronco da árvore de miriti, presas a algum pau fincado no solo, ligando a água (do rio/igarapé), à margem ou casa.

Educação, que da forma como estava organizada, concentrava as decisões e encaminhamentos na pessoa do Secretário. Essa postura ia contra a proposta de gestão do governo petista, baseada nos princípios da gestão democrática, com a ampla participação da sociedade e dos profissionais envolvidos. Depois de muitos encontros, reuniões, debates, pesquisas em prefeituras administradas pelo PT, como Belém e Porto Alegre, foi sendo construída uma nova proposta de organização da Secretaria Municipal de Educação.

Embasado no princípio da gestão democrática, o período em estudo, no cenário educacional de Abaetetuba, foi conduzido por trabalho integrado de organização e participação coletiva, na busca da concretização de uma educação pública e eficaz ao atual contexto social.

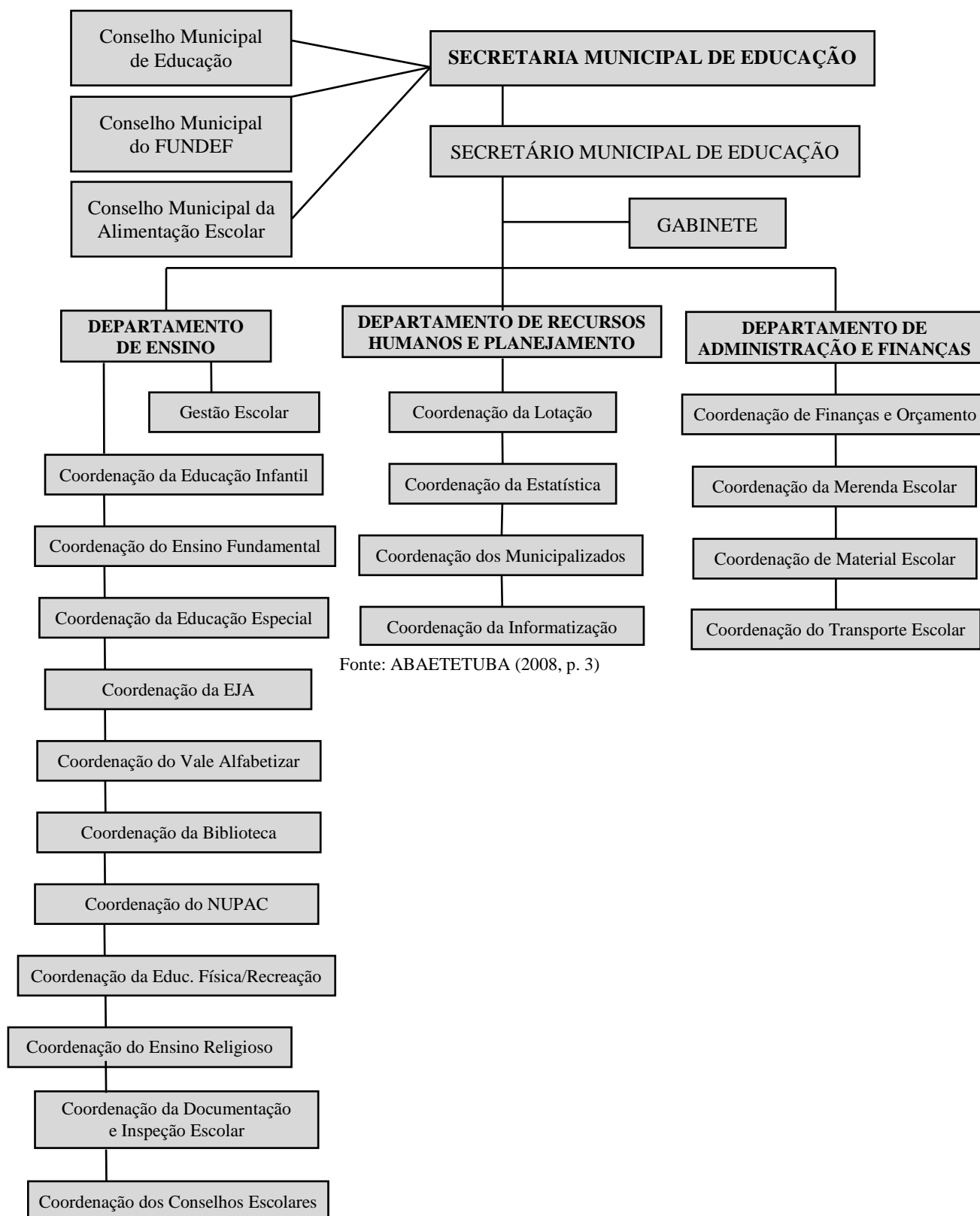
O primeiro e grande desafio foi se construindo logo após o resultado do pleito eleitoral, em outubro, quando se confirmou que pela primeira vez na história abaetetubense um governo da esquerda assumiria a gestão municipal. Foram inúmeras reuniões para discutir o contexto educacional e os possíveis nomes de pessoas para compor a equipe, dentro do perfil profissional desejado. Daí decorreram muitos encontros. Alguns critérios foram estabelecidos para a escolha das pessoas que comporiam as equipes de trabalho:

As equipes, aos poucos, iam sendo formadas, pois existiam duas grandes preocupações na montagem das mesmas (*sic*): 1ª competência técnica e compromisso político. Um grupo que pudesse construir e consolidar uma proposta essencialmente significativa para atender aos anseios da comunidade educacional, tão esperançosa e ansiosa pela mudança e pelo novo e 2ª pertencer ao quadro efetivo do funcionalismo público municipal, evitando assim a contratação de pessoal (ABAETETUBA, 2005, p. 26).

Estava claro nos relatos dos servidores que o modelo de educação vivenciado até então não atendia os anseios e as necessidades da comunidade escolar. Almejava-se uma “nova escola”, uma “nova educação”, desejo compartilhado também pelo governo que estava iniciando sua trajetória na gestão.

O modelo até então adotado não possibilitava a participação da sociedade civil, e o que é pior, dos próprios envolvidos diretamente com a educação, como os servidores públicos. O primeiro passo do governo petista foi iniciar a ruptura da gestão centralizadora, dando nova roupagem à estrutura organizacional da Secretaria de Educação e tornando-se um espaço aberto à participação de todos os segmentos atrelados à educação. Dos cinco órgãos até então existentes, foram criados outros, chegando a dezenove (19) no final do mandato, como podemos ver no organograma a seguir.

Figura 5 – Abaetetuba - Organograma da SEMED 2005



Os três departamentos criados na gestão do governo petista visavam fazer fluir com mais agilidade e eficiência as ações da SEMED, nos três departamentos da gestão escolar, a saber: do ensino, dos recursos humanos e planejamento e da administração e finanças.

O Departamento de Ensino era responsável para organizar, desenvolver, acompanhar, assessorar, auxiliar, debater, construir subsídios educacionais, prever e executar a formação continuada dos servidores municipais e envolvidos no processo educacional, como os Conselhos Escolares, gestores, coordenadores pedagógicos, responsáveis pelo transporte escolar, merenda escolar, professores das variadas modalidades de ensino oferecidas, etc. Sob a responsabilidade do Departamento de Ensino estavam os seguintes setores: Gestão Escolar, responsável para assessorar e acompanhar os gestores escolares; Coordenação da Educação Infantil, responsável pelas ações ligadas à educação infantil; e Coordenação do Ensino Fundamental, responsável pelas ações do ensino fundamental inicial.

O Departamento de Ensino abrangia ainda a Coordenação da Educação Especial, responsável pelas ações deste setor; Coordenação da Educação de Jovens e Adultos (EJA); Coordenação do Vale Alfabetizar, responsável pelos programas de alfabetização de jovens e adultos no município; Coordenação do Núcleo de Produção de Artes e Ciências, responsável pelos programas artísticos/culturais e de Ciências, como as Feiras anuais; Coordenação de Educação Física e Recreação, responsável pelo esporte, lazer e pela educação física; Coordenação do Ensino Religioso, responsável pela produção de material didático religioso e pelas ações pertinentes nas escolas e nos eventos; Coordenação da Documentação e Inspeção Escolar, responsável pela legalização de escolas e cursos e orientações pertinentes às escolas; Coordenação dos Conselhos Escolares, responsável pela vida dos Conselhos Escolares; e Coordenação das Bibliotecas Escolares, responsável pela organização e dinamização das bibliotecas nas escolas.

O trabalho da Diretoria de Ensino, assim como os outros dois departamentos, visava a melhoria da qualidade da educação municipal. Podemos afirmar que o trabalho dessa diretoria foi de grande relevância, pois foram realizadas várias ações, dentre elas, *3.524 horas de formação continuada* (ver tabela 5), considerada importante estratégia para a gestão educacional do município (ABAETETUBA, 2008).

Tabela 5 - Abaetetuba - Formação Continuada realizada de 2005 a 2008

SERVIDORES CONTEMPLADOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
PROFESSORES: <ul style="list-style-type: none"> • EJA • Educação Infantil • Ensino Fundamental • Vale Alfabetizar • Educação Física • Ensino Religioso • Educação Especial 	1.384
DIRETORES (GESTORES)	593
Coordenadores Pedagógicos: Ensino Fundamental inicial Educação Infantil	723
CONSELHEIROS ESCOLARES	823
TOTAL GERAL	3.524

Fonte: ABAETETUBA, 2008, p. 46.

Já o Departamento de Recursos Humanos e Planejamento era responsável pela vida funcional dos quase 3.000 servidores municipais lotados na Secretaria de Educação, como lotação, licenças, férias, frequência mensal, encaminhamentos funcionais, concurso público, treinamentos, Censo Escolar anual e estatísticas educacionais, planejamento, acompanhamento dos 152 municipalizados, treinamentos específicos, etc.

Quanto ao Departamento de Administração e Finanças, respondia pela Merenda Escolar, material escolar, transporte escolar, prestações de contas, licitações, pagamentos, balancetes, relatórios financeiros e outras incumbências.

O organograma apresentado (Figura 5), construído ao longo dos quatro anos de governo (2005 -2008), estruturou a educação municipal na concepção democrática. Vale ressaltar que o atual (2013) e o Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, iniciado em 2007 e concluído e aprovado em 2012 com ajustes, mantém o mesmo organograma criado em 2005, durante a gestão em estudo. Isso mostra a solidez e importância da estruturação da educação municipal feita no governo na gestão de 2005 a 2008.

Foram meses de estudo, reuniões, debates, pesquisas e contatos diretos com experiências de gestão educacional petistas, com as escolas municipais, comunidades locais, entidades, por meio de visitas, reuniões. Havia interesse também em ouvir as falas dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, observando suas práticas e debatendo sobre possibilidades de mudanças da estrutura e do funcionamento das unidades de ensino

municipal. Enfim, era hora de decidir coletivamente que rupturas era preciso fazer no presente e que compromissos assumir para o futuro, como estava previsto no plano.

Se projetar significa interação, lançar para diante, antever um futuro diferente do processo temos que começar a planejar o que pretendemos fazer, hoje, com as nossas escolas e o que queremos realizar com a educação municipal. (ABAETETUBA, 2005, p.10)

O estudo mostrou que a ordem era construir a escola cidadã, cujos compromissos sociais e políticos estivessem claros para todos. Desejava-se uma escola pautada em valores que expressassem nossa cultura, tendo como objetivo a construção de novos homens e mulheres em direção à efetivação da democracia econômica, social, cultural e política entre os cidadãos.

Para revitalização desses valores, a inspiração veio do educador Paulo Freire e em sua concepção de Educação Libertadora, que está relacionada à busca contínua a partir da descoberta dos sujeitos como seres históricos, ou seja, quando estes se concretizam como parte integrante da sociedade tem grandes possibilidades de transformá-la, desde que eles se descubram, como seres críticos, reflexivos e conscientes de suas situações político-sociais. “A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca”. (FREIRE, 1987, p. 34). E foi nessa busca que o governo se lançou durante os quatro (04) anos que estava à frente da gestão municipal.

Os ideais da cidadania que inspiraram a educação freiriana não eram concebidos na gestão da educação municipal do governo anterior, diante do qual o governo *Cidadania para Todos*²³, por meio da Secretaria de Educação, assumiu o desafio de resgatar esses ideais como compromisso na sua Política Educacional de inclusão social.

As 38 novas escolas construídas pelo novo governo, nos quatro anos de gestão, já apresentaram uma nova estrutura, composta por salas de aula, área coberta, cozinha, banheiros, salas de secretaria, direção e de professores, biblioteca e até laboratório de informática (nas médias e grandes) e gestão democrática por meio de eleição direta para os gestores escolares, processo desenvolvido por meio dos Conselhos Escolares, reestruturados ou criados para fazer acontecer os princípios da gestão democrática, com o envolvimento da comunidade escolar e civil.

²³ Slogan do governo municipal de 2005 a 2008.

No plano de melhorias da infraestrutura escolar o novo governo optou, na região das ilhas, pela *nucleação escolar*²⁴, prevendo a construção de 21 (vinte e uma) escolas nucleadas, desativando as pequenas e concentrando os servidores na escola nucleada. Das 21 escolas nucleadas previstas, foram construídas doze (12) novas escolas, em função dos recursos financeiros limitados. Porém, em algumas localidades a nucleação escolar não foi possível ser feita por empecilhos, como, distâncias e maresia, resistências da comunidade local que mesmo com a disponibilização de transporte escolar público não queria perder sua escola.

Podemos afirmar que a nucleação escolar possibilitou a legalização das unidades escolares e a unificação dos servidores municipais, representando um grande ganho pedagógico e administrativo, melhores condições de trabalho, maior participação da comunidade, melhor rendimento escolar, etc. (ABAETETUBA, 2008). No final de 2008, ao final do mandato, com a construção de novas escolas, reformas e ampliação da maioria delas e desativação de algumas, o quadro de escolas municipais ficou assim constituído:

Tabela 6 - Escolas Municipais de Abaetetuba por Região

CIDADE	40
CENTRO	47
ILHAS	91
TOTAL	178

Fonte: ABAETETUBA, SEMEC 2008.

As noventa e três (93) escolas das ilhas e as cinquenta (50) escolas do centro (região rural das estradas) - 143, do total de 193 - até 2006 não possuíam vida jurídica própria, sendo vinculadas às escolas urbanas, que processavam a documentação escolar. Apenas uma escola do interior, a de Vila de Beja (Escola Maria do Carmo), possuía vida funcional e jurídica própria. Essa dependência das escolas do interior ocasionava vários problemas, como: dificuldades de confecção da escrituração escolar, demora na devolução à escola de origem de documentação como boletins e materiais escolares, impossibilidade de nomeação de direções de escolas²⁵, etc.

²⁴ *Nucleação Escolar*: consistia no agrupamento de várias escolas pequenas (de uma a três salas de aula) em uma escola média (até sete salas de aula) ou grande (de oito a doze salas de aula) (ABAETETUBA, 2005).

²⁵ As escolas do interior eram dirigidas por um professor nomeado *Responsável da Escola* que, além de trabalhar na docência da escola, quando de pequeno porte, tinha que também responder por todos os atos dela, indo em reuniões na cidade, cuidando do Censo Escolar, enviando o material à escola da sede, providenciando a merenda e o material escolar, etc. O responsável da escola tinha um acréscimo em seus vencimento em até 30% de acordo com o tamanho da escola.

Ao final do governo, em 2008, dezesseis (16) escolas do campo tinham sido legalizadas junto ao Conselho Estadual de Educação, possibilitando a elas a nomeação de gestores escolares eleitos, secretária, dinamização do Conselho Escolar, celebração de parcerias, etc.

Com a construção de novas escolas, trinta e oito (38) durante os quatro anos de mandato do governo, houve um ganho substancial na melhoria do trabalho educacional, diminuindo a evasão, melhorando o rendimento escolar, melhorando as relações entre os servidores outrora isolados em suas pequenas escolas e atolados em problemas, facilitando a articulação com o poder público, além de melhorar a autoestima da comunidade escolar, pois das 193 escolas existentes no município, em 2005, cinquenta e duas (52) não possuíam infraestrutura própria, funcionando em casas de família, barracões de festa ou centros comunitários alugados ou cedidos, como já falamos.

O governo anterior (2000 a 2004) havia construído, em quatro anos, *onze escolas*. E a construção de *trinta e oito (38) novas escolas* pela gestão de 2005 a 2008 representou um enorme avanço nas condições de trabalho e de aprendizagem, além de representar um grande ganho social para toda a comunidade, que possuía um prédio digno para desenvolver outras atividades, pois as escolas também eram destinadas a esse fim.

É importante destacar ainda que todas as 93 escolas das ilhas são municipais e atendem a educação infantil, o ensino fundamental inicial regular e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em algumas, também programas de alfabetização de jovens e adultos. Esse trabalho é realizado sob a responsabilidade do município, porém, em mais da metade delas, funciona também o ensino fundamental final e o ensino médio por meio do Sistema Modular de Ensino (SOME), cuja responsabilidade é da instância estadual, que disponibiliza de professores e de precário acompanhamento pedagógico e administrativo. Quanto a administração, manutenção e o funcionamento dessas unidades escolares, ficava sob a competência municipal.

As várias tentativas de estabelecimento de parcerias com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) nunca lograram êxito apesar de muitos projetos, reuniões e promessas. A implantação do SOME no interior do Estado do Pará representou um avanço na democratização do acesso, mas empurrou para os municípios grande responsabilidade.

O que se constata, inicialmente, é que o trabalho de reestruturação da educação municipal exigiu um grande desdobramento das várias equipes de trabalho, dos gestores, dos órgãos colegiados (conselhos) e da comunidade escolar, ou seja, o envolvimento e

comprometimento dos muitos atores foram decisivos na construção de uma proposta de trabalho que visasse à qualidade da educação, sem o qual as melhorias não aconteceriam.

3.3 Gestão, confrontos, limites e conquistas

Observamos pela pesquisa documental que a nova proposta de educação municipal foi pautada em cinco grandes diretrizes, em que se desenvolviam as ações da Secretaria Municipal de Educação e que iremos detalhar a seguir e apresentar as principais ações desenvolvidas em cada uma delas.

3.3.1 Gestão democrática

Nos últimos anos a sociedade tem buscado um Estado capaz de solucionar e atender de forma mais rápida e eficiente os problemas enfrentados pela população. Nesse contexto, surge o Plano Diretor de Reforma do Estado, que foi implantado no Brasil em 1995, no qual houve a substituição da Administração Pública Burocrática pelo Modelo Gerencial, apresentando maior flexibilidade em relação ao controle e execução das ações públicas. A partir daí passou a ser utilizada a expressão “controle social” como um avanço no processo de redemocratização. Cunha (2003) compreende como controle social *“a capacidade que tem a sociedade organizada de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, estado ou do governo federal”* (2003, p.02).

A Reforma do Estado proporcionou grandes mudanças nas formas de controle, como também a criação de um novo padrão de relação entre o Estado e a Sociedade, mas sempre buscando melhoria na forma de atendimento das necessidades básicas da população. Assim, o cidadão terá um amplo acesso das informações sobre a aplicação dos recursos públicos, o que aumentaria a capacidade das instituições públicas funcionarem de forma mais eficiente, já que o cidadão paga os seus impostos e espera por um retorno em seu benefício.

Assim, segundo Bresser Pereira, *“na reforma do estado dos anos 90, predominarão, combinados, o controle hierárquico gerencial, a democracia direta ou controle social direto e o mercado”* (1998,p.78). Para Dagnino, essa reforma deveria aliar-se *“ao próprio esforço de criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade”* civil (2004, p. 96).

Portanto, ao falarmos em controle social surge, de imediato, a ideia de participação popular no âmbito público por este estar mais próximo das dificuldades enfrentadas pela

sociedade. Com isso, podem ser citados como exemplo de instrumento de participação os Conselhos Municipais. Nesse sentido, Cunha afirma que

O controle social da Gestão Pública nas diversas áreas (Saúde, Educação, Assistência Social, Criança e Adolescente, Direitos Humanos, etc.), tem intuito de se firmar como um espaço de cogestão entre Estado e sociedade, trazendo formas inovadoras de gestão pública para o exercício da cidadania ativa, possibilitando à sociedade a definição de um plano de gestão das políticas setoriais, com uma maior transparência das alocações de recursos e favorecimento da responsabilização dos políticos, dos gestores e técnicos (2004, p.04).

Destacamos a preocupação com a questão da participação por compreendermos que “a participação tem sua gênese nos processos de potencializar a igualdade social, de acordo com uma filosofia sociopolítica, visando a mudança na sociedade” (PENTEADO, 1991, p. 40).

Em Abaetetuba, a exemplo do que acontece em inúmeros municípios, os conselhos foram criados e se organizam em torno da ideia legal, como condição *sine qua non* para o recebimento de recursos e aprovação das contas dos gestores municipais.

No período de 2005 a 2008 houve uma tentativa, em muitos fatores bem sucedida, de reorganizar os conselhos de forma geral e em particular os conselhos relacionados a questão educacional (Conselho do FUNDEB, Conselho Municipal de Educação e Conselho de Alimentação Escolar), partindo do princípio de que mais do que uma exigência legal, a existência e o efetivo funcionamentos dos Conselhos possibilitam e fortalecem a participação popular e o controle dos gastos por parte dos gestores municipais.

Em 2005, o Conselho Municipal de Educação existia, mas estava desativado desde o ano de 2000 e, após um processo de discussão que durou seis (6) meses no meio educacional e com as entidades da sociedade civil, foi reativado, reestruturado e posto em funcionamento, estando sediado na *Casa dos Conselhos*²⁶. Os Conselhos do FUNDEF/FUNDEB e da Alimentação Escolar também funcionavam nessa Casa dos Conselhos, assim como os treze Conselhos Municipais criados e implantados pela gestão municipal em 2005. A própria Constituição de 88 certifica a importância dos conselhos para a sociedade.

A Constituição brasileira de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, incluiu mecanismos de democracia direta e participativa. Entre eles, o estabelecimento de

²⁶ A *Casa dos Conselhos* foi instituída pelo Governo Municipal em 2005 e constituía-se de um imóvel alugado que abrigava os treze Conselhos Municipais de Abaetetuba. Possuía uma administração funcional, com secretaria, sala de reuniões para as reuniões dos Conselhos e atendimento ao público. Os Conselhos da área educacional estavam instalados neste espaço e possuíam sua vida funcional nele.

Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, com representação paritária do Estado e da sociedade civil, destinados a formular políticas sobre questões relacionadas com a saúde, crianças e adolescentes, assistência social, mulheres, etc. (DAGNINO, 2004, p. 97)

Na realidade local, os Conselhos reuniam-se mensalmente e extraordinariamente, ou seja, sempre que houvesse necessidade. Os dados coletados na pesquisa mostraram que os três Conselhos da área educacional reuniam-se ordinariamente e cumpriam sua função de fiscalizar, vistoriar, analisar e avaliar as prestações de contas, articular-se com as instâncias federais e a sociedade civil. Os problemas ocorriam por conta da frágil participação dos pais, estudantes e por vezes das entidades da sociedade civil que não tinham a devida disponibilidade para frequentar as reuniões e posicionar-se frente ao debate.

Dificuldades comuns aos três conselhos corriam por conta da análise das prestações de conta, sempre muito incompreendidas, ou da falta de competência para tal, mesmo que recorresse às assessorias de profissionais da área. Por outro lado, percebia-se, na análise das prestações de conta, que havia um acentuado interesse em desviar a atenção para abusos e desvios financeiros, subfaturamentos e corrupção, e acompanhar *in loco* as ações da Secretaria de Educação. A disputa política aparecia nos interesses postos, provocando, por vezes, conflitos e até atritos.

A preocupação da Secretaria de Educação com os três conselhos era grande, considerando a relevância social deles, seu papel na gestão dos recursos públicos e sua funcionalidade, por vezes precária por falta de condições dos conselhos e da própria estrutura necessária ao bom funcionamento. A gestão democrática era um princípio norteador das ações da Secretaria de Educação procurando o envolvimento e a participação dos atores diretos, como, professores, gestores, servidores e comunidade escolar, sobretudo, além das entidades civis.

Penteado (1991) esclarece que a participação requer, primeiramente, que tenhamos consciência da ação que praticamos ou estamos em certa medida sujeitos. Ao participar, colocamos em exercício nossa reflexão crítica e nossos interesses. Assim, a participação é um modo de manifestação da existência humana, um produto da conscientização humana.

Em nossas análises acreditamos que o sujeito que participa tem a capacidade de transformar e de garantir a organização política para a conquista da igualdade e da democracia, retomando o espaço público como o espaço da participação “comum de todos os homens” (ARENDDT, 2004). Dessa concepção de participação o resultado foi extremamente

positivo e facilitou o estreitamento das relações com as entidades de classe e a efetiva participação dos conselheiros nas decisões e na fiscalização da aplicação dos recursos.

Infelizmente a nossa história não contribui muito para o pleno exercício da participação popular, dado os longos períodos de autoritarismo e ditaduras pelas quais passamos. Não faz parte da vida de nossa sociedade a experiência em participação popular, ficando essa prática resumida a uma pequena parcela organizada em entidades da sociedade civil.

Portanto, qualquer iniciativa que venha estimular e incentivar a inclusão de pessoas e entidades nas discussões das políticas públicas fortalece o processo democrático e ajuda a criar uma cultura de não comodismo, além de proporcionar o questionamento e a efetiva participação popular.

Porém, a “prática da delegação de poder não deve ser vista como delegação de controle, mas apenas de funções” (PENTEADO, 1991, p. 46). Logo, não podemos restringir a participação dos sujeitos a uma participação compulsória e de delegação de poderes. Ela tem que se assentar em uma participação ativa no sentido de garantir a democratização do espaço público, e possibilitar as propostas democráticas de gestão enquanto um construto humano que regulariza e cria poder para permitir aos envolvidos cooperação em um empreendimento coletivo e público (*idem*, 1991).

Podemos dizer que a gestão democrática era um princípio básico do governo que comandava a administração municipal. O passado da maioria de seus dirigentes era sempre envolta da organização popular e de suas entidades. Essa vivência e experiência foi levada para dentro do governo, mesmo que nem todos os seus componentes comungassem dos mesmos princípios, visto que alguns ainda são movidos às barganhas e interesses pessoais por não compreenderem que o projeto ao qual estão servindo é coletivo, público e impessoal.

Dessa forma, esse antagonismo cria conflitos no exercício do poder e compromete os princípios defendidos. Infelizmente observou-se um constante conflito dentro e fora do governo em questão, dada a não compreensão do novo projeto de educação que o governo queria defender e implantar.

Ao assumir a Gestão Municipal, o *Governo Todos Juntos pela Cidadania*²⁷, por meio da Secretaria Municipal de Educação, detectou a necessidade de aperfeiçoar o processo democrático em virtude da realidade encontrada em grande parte das escolas municipais: o número reduzido de Conselhos Escolares; conselheiros sem orientação adequada,

²⁷ Slogan do governo municipal de Abaetetuba no período de 2005 a 2008.

ocasionando um forte comodismo; falta de reuniões ordinárias; falta de registros e documentações; falta de paridade entre as categorias representadas no Conselho; falta de convocação de assembleia geral; prática de perseguição com funcionários que não concordavam com a diretoria; a inexistência de Regimento Próprio, uma vez que havia um Estatuto Padrão, o qual caducou com as alterações do Código Civil; diretores ainda indicados pelo poder público; pouca participação da comunidade nas decisões da escola; dívidas com a Receita Federal por atraso ou não efetivação das declarações; supervalorização do recurso financeiro do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em detrimento dos aspectos pedagógicos e administrativos da escola, pouca transparência na gestão dos recursos recebidos pelas unidades de ensino; o número reduzido de escolas que já haviam iniciado o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), entre outros problemas.

Em 2005 foi criada a Coordenação de Conselhos Escolares, para atuar na orientação, reorganização e constituição de Conselhos Escolares nas unidades de ensino da rede municipal com a proposta de contribuir para que os Conselhos Escolares funcionassem, de fato, como órgãos consultivos, deliberativo, fiscalizadores e de mobilização para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, que garantissem a autonomia das escolas e efetivação de uma autêntica Gestão Democrática (ABAETETUBA, 2005, p. 87).

É importante ressaltar que nenhuma medida administrativa, por si só, resolverá o problema da Gestão Escolar ou do Ensino. Faz-se necessária a participação da comunidade colaborando com ações, intervenções, críticas e sugestões. Isso porque

O Conselho Escolar é o órgão colegiado composto por representantes das Comunidades Escolar e local, e sendo constituído por pessoas diferenciadas entre si, é um espaço de todos para todos. Portanto, irá funcionar bem se agir valorizando a participação e a democratização das decisões. (GADOTTI, 2000, p. 37).

O argumento do autor indica que a educação deve ser implementada com a participação de todos os sujeitos que compunham a educação municipal. Dentre as ações vivenciadas no governo destaca-se o apoio e meios criados para que os Conselhos fossem atuantes. Para viabilizar a formação e atuação dos conselhos foi criado a Coordenação dos Conselhos, cujo papel era viabilizar a efetivação dos mecanismos legais e administrativos no processo de legalização, atualização e funcionamento dos conselhos na rede municipal de educação, além de promover a formação aos membros do conselho. Uma coordenação composta de três pessoas com compromisso e competência conseguiu articular com a sociedade civil organizada e colocar para funcionar os Conselhos Escolares.

Todas as cento e noventa e três (193) escolas municipais foram visitadas ordinariamente pela equipe de Coordenação dos Conselhos da SEMED, dando suporte com orientações, assessoramento e formação para o funcionamento de 102 Conselhos Escolares legalizados e em funcionamento até final de 2008. As idas às escolas tinham a função de orientar e esclarecer sobre dúvidas, necessidades e importância do conselho na viabilização da melhoria da comunidade escolar.

Partindo do pressuposto de valorização dos Conselhos Escolares, com a parceria da Prefeitura Municipal de Abaetetuba, a SEMED assegurou os recursos necessários para o pagamento das despesas com as devidas documentações (Atas de Reativação, de Assembleia Geral para Constituição da Diretoria, o Regimento e Certidão de Personalidade Jurídica) e outras, necessárias para a legalização dos devidos Conselhos Escolares.

Nesse sentido, a Coordenação de Conselhos Escolares realizou um trabalho de planejamento, auxílio e orientação a esses colegiados, para que eles pudessem ser uma ponte segura entre a Escola e a Comunidade, e dessa forma o processo ensino-aprendizagem pudesse se desenvolver com maior e melhor êxito, até porque a principal função do Conselho Escolar é político-pedagógica, isto é, de acompanhar o processo educacional realizado, não sendo ele meramente gerenciador de recursos, nem tampouco, elemento partidário ou religioso.

A Coordenação de Conselhos Escolares da SEMED, nos quatro anos de governo, elaborou inúmeros documentos para subsidiar as escolas e os Conselhos Escolares, como: Textos de Estudo sobre os Conselhos e gestão democrática, Folders, Proposta de Regimento, Ata Padrão, Editais, Projeto de Capacitação, entre outros documentos que ofereciam esclarecimentos sobre os trâmites necessários para a estruturação ou reestruturação dos Conselhos Escolares, bem como realização do Processo Eleitoral para Gestor (a) Escolar, tendo sido eleitos 21 diretores de escolas.

Tabela 7 - Demonstrativo dos Conselhos Escolares Municipais

Conselhos Escolares Municipais	
SEDE	27
CENTRO	21
ILHAS	54
TOTAL	102

Fonte: Coordenação dos Conselhos Escolares – SEMEC / Outubro 2008

Em janeiro de 2005 existiam sessenta e oito (68) Conselhos Escolares na rede municipal de ensino de Abaetetuba, sendo que muitos estavam em situação irregular, como inadimplências, vacância de cargos, falta de funcionamento, problemas de documentação vencida, desinteresse, etc. Com o trabalho realizado conseguiu-se, além de regularizar todos, constituir e reativar trinta e sete (37) novos Conselhos, totalizando, assim, em 2008, cento e cinco (105) Conselhos Escolares devidamente regularizados e em funcionamento.

Entretanto foram extintos dois (2) nas escolas Laura Ribeiro II e Santa Bárbara, que encerraram suas atividades educacionais. Assim sendo, no final de 2008 existiam, na rede municipal de ensino de Abaetetuba, cento e dois (102) Conselhos Escolares devidamente legalizados e em pleno funcionamento (ABAETETUBA, SEMEC, 2008 p. 36), contra os sessenta e oito (68) existentes ao assumir o governo.

Um dos grandes marcos da gestão do governo foi a concretização do processo eleitoral para escolha dos diretores escolares, cumprindo a lei 182/2004, que estabelecia as eleições diretas para preenchimento de cargos de direção das escolas municipais, uma luta travada ainda pela então vereadora Joana Conceição Ferreira dos Santos, primeira parlamentar municipal de Abaetetuba, do Partido dos Trabalhadores (PT), cujo mandato foi de 1988 a 1992, quando conseguiu garantir a inclusão da gestão democrática nas escolas na nova Lei Orgânica Municipal.

Segundo Oliveira, “todo o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas” (1994, p. 60), e nunca da ação das classes dominantes que sempre estiveram empenhadas em manter sob vigilância e controle a esfera pública. Dessa forma, vale destacar que a eleição direta para diretores das escolas públicas marca a retomada do espaço público a serviço da coletividade e vence a ideia de que a escola é um feudo político das classes dominantes.

O novo governo, ao assumir, nomeou²⁸ provisoriamente, para assumir a direção das escolas, pedagogos devidamente qualificados, considerando-se a sua maior capacitação para lidar com as questões administrativas e pedagógicas de uma escola. A partir de 2006 foi instituída também a Coordenação Pedagógica nas escolas, ocupada com pedagogos habilitados. E a partir disso, em todas as escolas municipais foi instituída a Hora Pedagógica (HP) semanal. Esses procedimentos provocaram a oferta de uma educação com maior consistência administrativa e, sobretudo, pedagógica e democrática.

²⁸ Até 2005, era prática rotineira o novo gestor municipal indicar e nomear as direções das escolas municipais de Abaetetuba, pois o cargo era considerado de *cargo de confiança* do novo gestor e que deveria seguir as determinações, sobretudo políticas, do novo gestor, sendo destituído do cargo quando traísse a sua confiança.

Já a partir de 2006 a escolha dos diretores se deu por meio de eleição direta, uma demonstração da autonomia da comunidade educativa que chegava às diversas escolas e localidades. A exemplo temos a primeira diretora empossada, por eleição direta, no dia 07/05/2006, que foi a professora Selene André Barreto, da Escola Nossa Senhora da Paz, localizada no Rio Arumanduba, região ribeirinha (ABAETETUBA, 2008, p. 39). Ao final do mandato do governo (2008), já tinham se submetido a eleição direta vinte e um (21) novos diretores, escolhidos pelo voto direto de suas comunidades escolares e nomeados pela gestão municipal (ABAETETUBA, 2008, p. 40).

Considerando-se o previsto na Lei 182/2004, que disciplina as eleições diretas para a escolha dos diretores escolares, a eleição deve acontecer em escolas cujo número de alunos deve ser maior que 240 estudantes (em torno de oito a dez turmas), o que torna a maioria das escolas inaptas ao processo eletivo, continuando a intromissão e manipulação do gestor municipal em nomear os diretores, opondo-se ao processo democrático, e fazendo deles seus correligionários, principalmente na época eleitoral.

Por isso, essa lei deve ser revista e estabelecer a eleição a partir de 120 alunos (em média de cinco turmas), o que caracteriza uma escola de pequeno porte. Acreditamos que as eleições devem acontecer porque também habilitaria a escola para a devida legalização, visto que um dos critérios legais para tal é possuir uma direção escolar. As escolas sem direção possuem apenas um *responsável*, que por vezes é o professor da escola, tendo que arcar com toda a responsabilidade de funcionamento dela.

Tabela 8 – Abaetetuba - Escolas que procederam as Eleições Diretas

Nº	ESCOLAS	LOCALIDADE	DATA	DIRETOR (A) ELEITO	OBSERVAÇÃO
1	<i>Nossa Senhora da Paz</i>	<i>Rio Arumanduba</i>	<i>7/5/2006</i>	<i>Silene André Barreto</i>	
2	<i>Francisco Marques</i>	<i>Francilândia</i>	<i>28/5/2006</i>	<i>Antonilda da Silva Santos</i>	
3	<i>Laura dos Santos Ribeiro</i>	<i>Francilândia</i>	<i>6/6/2006</i>	<i>Brasilene do Soc. Vaz de Matos</i>	
4	<i>Cônego Luís Varela</i>	<i>Algoal</i>	<i>20/6/2006</i>	<i>Ozeneide Leal dos Santos</i>	
5	<i>Comandante Germano</i>	<i>São Lourenço</i>	<i>23/6/2006</i>	<i>Maria do Soc. Quaresma e Silva</i>	
6	<i>Santa Clara</i>	<i>Santa Clara</i>	<i>4/11/2006</i>	<i>Ana Patrícia de Lima Barreto</i>	
7	<i>Dom Ângelo Frosi</i>	<i>Cristo Redentor</i>	<i>5/11/2006</i>	<i>Regina Cristina Corrêa</i>	
8	<i>Santa Anastácia</i>	<i>Mutirão</i>	<i>5/5/2007</i>	<i>Selma de Jesus Rodrigues do Couto</i>	
9	<i>Carlaide Cardoso F. Jorge</i>	<i>Aviação</i>	<i>25/5/2007</i>	<i>Joseane Carvalho Andrade</i>	
10	<i>Santa Luzia</i>	<i>Algoal</i>	<i>25/5/2007</i>	<i>Elizabeth Santos da Silva</i>	

11	<i>Dr. João Miranda</i>	<i>Colônia Velha</i>	<i>15/6/2007</i>	<i>Josefa Magno Lopes</i>	
12	<i>Dr. Vicente Maués</i>	<i>São Lourenço</i>	<i>18/6/2007</i>	<i>Izabel do Socorro Vilhena Gomes</i>	
13	<i>Maximiano Antônio Rodrigues</i>	<i>Algodual</i>	<i>19/10/2007</i>	<i>Nilda Regina Barreiros Feio</i>	
14	<i>Pedro Ferreira Costa</i>	<i>Angélica</i>	<i>30/11/2007</i>	<i>Mariza Pinheiro Farias</i>	
15	<i>NªSra.do P. Socorro</i>	<i>Rio Quianduba</i>	<i>30/11/2007</i>	<i>Maria Francisca Ribeiro Corrêa</i>	
16	<i>Maria do Carmo A dos Santos</i>	<i>Vila de Beja</i>	<i>7/12/2007</i>	<i>Rita do Carmo Marinho</i>	
17	<i>Gov. Magalhães Barata</i>	<i>São Lourenço</i>	<i>12/12/2007</i>	<i>Urbanita Araújo de Oliveira</i>	
18	<i>Maria Zaíde Cardoso</i>	<i>São Sebastião</i>	<i>14/12/2007</i>	<i>Mariano Silva dos Santos</i>	
19	<i>Joaquim Mendes Contente</i>	<i>São Lourenço</i>	<i>14/12/2007</i>	<i>Maria Dinalva Ferreira Lobato</i>	
20	<i>Dr. Francisco Leite Lopes</i>	<i>São Sebastião</i>	<i>30/5/2008</i>	<i>Sob júdice</i>	<i>Sob judice</i>
21	<i>Mariuadir Santos</i>	<i>Santa Rosa</i>	<i>27/6/2008</i>	<i>Rilma Ferreira de Araújo</i>	
22	<i>São João Batista</i>	<i>Campompema</i>	<i>18/11/2008</i>	<i>Maria Francisca Nogueira</i>	

Fonte: ABAETETUBA, Coordenação dos Conselhos Escolares – SEMED 2008

Dentro do processo democrático, da responsabilidade e da transparência com as coisas públicas, no dia dois de janeiro de 2009 aconteceu a transição e o Secretário Municipal de Educação que deixou o cargo entregou nas mãos do novo Secretário de Educação que assumia e à sua equipe acervo de todos os documentos e equipamentos existentes na Secretaria Municipal de Educação, inclusive com filmagens do momento, no compromisso de contribuir com a continuidade do trabalho desenvolvido. Cópia desse material foi entregue também ao Ministério Público, ao Bispo da Diocese de Abaetetuba, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), ao SINTEPP e à 3ª Unidade Regional de Educação (URE), o que colocava em evidência que o patrimônio público tem que ser tratado com responsabilidade e respeito, pois a sociedade não pode ser penalizada pelas arenas políticas que geralmente se instalam na troca de governo, ainda mais quando o sucessor é adversário político.

3.3.2 Garantia do acesso e a permanência com sucesso

Não se faz educação sem inclusão, daí ser necessário universalizar o atendimento da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, ampliando vagas, construindo novas escolas, recuperando as deterioradas, fazendo a acessibilidade, bem como, trabalhar para que o aluno

permaneça na escola e tenha sucesso em sua aprendizagem, o que na reelaboração curricular, na avaliação, na metodologia e trabalho da escola isso seja o foco principal.

Para Homem e Nascimento (2007) a Constituição Federal de 1988 confiou à educação, a importante missão da formação da pessoa, preparando-a para a cidadania e para sua atuação no mercado de trabalho.

Desta forma, destacamos os artigos 205 e 206, da Constituição Federal de 1988, que pontuam a importância da educação na formação global do cidadão;

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

E foi a partir desses princípios que se constitui a gestão pública municipal nos anos de 2005 a 2008. Em 2005, em Abaetetuba, a oferta de ensino público municipal se fez através da Pré-Escola, quando foram matriculados 7.897 alunos de quatro a seis anos. E por meio do Ensino Fundamental Inicial, dos sete anos aos dez ou mais anos (1ª a 4ª série), quando foram matriculados 18.841 e da Educação de Jovens e Adultos, da 1ª e 2ª etapa, (EJA), quando foram matriculados 6.860 alunos.

Podemos observar na pesquisa realizada, que o número de alunos da EJA, de 6.860, é um número expressivo, comportando trezentas (300) turmas, exigindo trezentos professores, mais equipe de apoio e coordenação pedagógica e administrativa. E nesta época, o valor do aluno da EJA, na distribuição de recursos financeiros, era menos do que a metade de um aluno do ensino fundamental. Ressalta-se também, que para atender a EJA, em 2006, a Secretaria Municipal de Educação, elaborou um livro didático²⁹ regionalmente contextualizado, obedecendo aos Parâmetros Curriculares Nacionais, constituindo-se num instrumento precioso, que foi reeditado, em 2007 e 2008 (ABAETETUBA, 2005, p. 93).

Diante da elevada demanda estudantil da EJA no município, e em função dos elevados custos do Livro Didático e de sua qualidade ideológica, em 2006 uma equipe de

²⁹ Os Livros Didáticos “Construindo a Cidadania”, um do 1º ciclo (1ª e 2ª series) com 232 páginas e outro da 2ª etapa com 225 páginas, foram produzidos por uma equipe de professores municipais e alguns estaduais do município de Abaetetuba, durante seis meses e reunia todos os conteúdos programáticos previstos. O custo de um livro, na época, ficou em R\$ 15,00 a unidade, contrastando com os R\$ 48,00 pagos, em 2005, a um livro adquirido de editora do ramo. Infelizmente a indústria livreira explora, e muito, os usuários e muitas vezes ou geralmente com livros descontextualizados para a realidade local.

professores Abaetetubense, coordenada pela SEMED, elaborou dois *livros didáticos* próprios, com os conteúdos oficiais, mas sobre a realidade do município: um para a 1ª etapa e outro para a segunda etapa, que em muito contribuíram na construção do conhecimento e na formação do pensamento regionalizado crítico.

O município atendia, com educação diferenciada, alunos da educação especial incluídos na rede municipal de ensino. Além disto, atendeu, em 2005, setecentos e trinta e cinco (735) alunos - jovens e adultos - em programas de Alfabetização. O universo atendido foi de 34.733 alunos, número bastante significativo e grande para um município que vive e sobrevive quase que exclusivamente de repasses financeiros de fora, sobretudo do governo federal e alguns do governo estadual

Tabela 9 - Abaetetuba - Nº de Alunos Matriculados na Pré-Escola – Rede Pública e Privada no período de 2000 a 2009

ANOS	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
2000	9316	381	9697
2001	8364	443	8807
2002	8256	369	8625
2003	8259	322	8581
2004	7854	397	8251
2005	7897	716	8613
2006	7827	664	8491
2007	7494	468	7962
2008	6637	325	6962
2009	5914	305	6219

Fonte: ABAETETUBA, 2008, p.22.

O quadro acima nos mostra dados da educação infantil no município de Abaetetuba, e podemos perceber que esta demanda vem diminuindo a cada ano. A partir da implantação do ensino fundamental de nove anos, iniciada em 2008 e a ser concluída em 2013, o número decaiu mais ainda a cada ano, pois as crianças de seis anos (Lei nº 11.274/2006) passaram a incorporar o ensino fundamental inicial.

No ensino fundamental inicial, na rede municipal, podemos observar, conforme o quadro abaixo, que há uma diminuição gradativa a cada ano, mesmo que os alunos de seis anos tenham passado para o ensino fundamental, o que deveria aumentar. Mas essa realidade de diminuição, ocorre no Brasil inteiro, por vários fatores.

Tabela 10 – Abaetetuba - Matrículas do Ensino Fundamental Inicial, anos 2001 a 2010

ANO	MATRICULADOS DE ACORDO COM O CENSO	ADMITIDOS APÓS CENSO	ABAND	TRANSE. EXPEDIDA	EXISTENTES	APROV	REPROV
2001	21949	515	2187	681	19596	14066	5530
2002	20793	483	1443	689	19144	13775	5369
2003	20258	489	1306	657	18784	13401	5383
2004	19872	567	1533	779	18127	12658	5469
2005	18841	576	1113	756	17548	12584	4964
2006	18077	374	1004	523	16924	12333	4591
2007	17576	sem informação	827	sem informação	16749	12320	4429
2008	18406	318	679	504	17541	13495	4046
2009	18266	0	521	382	17363	14019	3344
2010	17871	228	418	442	17239	14466	2773

Fonte: ABAETETUBA, SEMED/Setor de Estatística, 2011.

Os dados acima nos mostram que a taxa de abandono está caindo gradativamente, sobretudo a partir do ano de 2006, apesar da diminuição do número de alunos na matrícula geral. O mesmo está acontecendo com o número de alunos reprovados.

Porém, não basta garantir a matrícula, é preciso garantir o sucesso escolar formando professores, gestores, coordenadores pedagógicos, construindo novas escolas, recuperando, adequando e melhorando as existentes, trabalhando para que o aluno permaneça na escola e tenha sucesso em sua aprendizagem, o que implica reescrever o currículo escolar, e investir na formação continuada dos professores, na gestão escolar, na participação da comunidade escolar, no acompanhamento permanente. Um grande grupo de professores, gestores e coordenadores pedagógicos possui curso superior e até especialização, o que pode garantir mais êxito escolar.

A gestão Municipal assumiu a responsabilidade de garantir os preceitos legais apresentados na LDB 9394/96, já que

A Lei coloca como finalidade da formação dos profissionais da educação “atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando”. Assim, criar condições e meios para se atingir os objetivos da educação básica é a razão de ser dos profissionais da educação. Formação com tal finalidade terá por fundamentos, segundo a Lei, “a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante capacitação em serviço” e “o aproveitamento da formação e experiências anteriores”, adquiridas, estas, não só em instituições de ensino, mas também em “outras atividades”, que não do ensino. (CARVALHO, 2008, p.84)

Desta forma, toda a proposta educativa apresentada fundamenta-se na legislação educacional em vigor e em consonância com a Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Entretanto há de destacar que não podemos garantir a permanência com sucesso escolar sem investimento público nas estruturas físicas e pedagógicas das unidades escolares.

Por isso, a reestruturação física e pedagógica da rede escolar aconteceu através da construção de trinta e oito (38) novas escolas e a reforma, ampliação e revitalização de cento e dezesseis escolas. A maioria das escolas reformadas sofreu ampliação de uma a quatro novas salas de aula, além de outras dependências até então inexistentes, como sala de direção, biblioteca, secretaria, banheiros (ABAETETUBA, 2008, p.28-35). Foi necessário também a viabilização das condições de trabalho garantindo assim a efetivação da melhoria pedagógica através de investimento em recursos materiais, pedagógicos, humanos e equipamentos, o que foi uma preocupação constante durante todo o período estudado.

Tabela 11 – Abaetetuba - Demonstrativo dos Alunos em Distorção Idade – Série/Ano(2009)

LOCAL	1º ANO	2º ANO	3º ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	TOTAL DE ALUNOS COM DISTORÇÃO	PORCENTAGEM	IDADE ADEQUADA	PORCENTAGEM	TOTAL DE ALUNOS
SEDE	132	181	229	0	0	331	281	1154	13%	7729	87%	8883
CENTRO	0	0	0	95	123	110	49	377	14%	2262	86%	2639
ILHAS	0	0	0	252	298	257	217	1024	16,4%	5212	83,6%	6236
TOTAL	132	181	229	347	421	698	547	2555	14,4%	15203	85,6%	17.758

Fonte: ABAETETUBA, 2012, p.45.

A distorção idade/ano/série é um dos fatores que mostra as dificuldades encontradas no ensino-aprendizagem e é uma preocupação constante em dar suporte formativo aos professores que atuam nesta séries/anos, com formação continuada, material didático específico e acompanhamento pedagógico específico.

Abaetetuba possuía, em 2008, cerca de 18.000 contemplados com bolsa-família, o que mostra a situação de sobrevivência das famílias. Por isso, a clientela da rede pública pertence à classe pobre, e quando chega à escola, chega sem os materiais básicos escolar (lápiz, caderno, borracha), chega doente e muitas vezes sem ter feito nenhuma refeição, o que dificulta o sucesso escolar.

Diante dessa realidade e com uma arrecadação municipal limitada aos repasses federais, parecia que não tinha solução. Mas, o que se observou é que a equipe, comprometida com uma educação de qualidade, não economizou esforços.

Dentre os parceiros destaca-se a parceria feita com o MEC/FNDE, por meio do qual conseguiu-se a aprovação de boa parte dos projetos enviados: Projeto PENSE, com ele foi possível a realização de 554 consultas oftalmológicas e aquisição de 450 óculos aos alunos do Ensino Fundamental. Esta parceria mostra o quanto é preciso estar sempre muito atento aos problemas oftalmológicos que afetam o processo de aprendizagem.

Quando foi executado o projeto PENSE, que garantia consulta oftalmológica e óculos aos alunos da EJA, observou-se o quanto este óculo foi importante para processo de aprendizagem e para a autoestima que desencadeava na pessoa. Usuários emocionados diziam, na hora do recebimento do óculo, “que esperaram trinta, quarenta anos para resolver um problema que lhes vinham perturbando”.

O Projeto do kit de materiais escolares, executado em 2007, com a aquisição e distribuição de 18.282 kits de material escolar aos alunos da rede municipal, foi muito significativo na melhoria do rendimento escolar, pois as carências econômicas em função da situação social, impedem da família adquirir o material escolar necessário.

A partir de 2005, o governo federal vem realizando a Prova Brasil nas 4ª e 8ª séries para poder avaliar como anda a educação brasileira e a partir dos resultados implementar políticas públicas que elevem o índice de aprendizagem dos alunos. O resultado da Prova Brasil é materializado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que tem que alcançar a média mínima de 6,0 até 2021, para o Brasil poder estar num *status* de país desenvolvido, pois no exterior o Brasil é visto com resultados muito fracos educacionalmente.

Tabela 12 - IDEB de Abaetetuba e Municípios da Região, de 2005 a 2011

MUNICÍPIO	2005	2007	2009	2011
ABAETETUBA	2,8	3,1	3,6	3,9
ACARÁ	2,3	2,6	3,6	3,8
BARCARENA	3,0	3,4	3,4	3,7
BELÉM	3,0	3,4	3,9	4,4
BUJARU	2,6	3,0	3,0	3,3
CONCÓRDIA DO PARÁ	2,1	2,2	3,5	3,6
IGARAPÉ-MIRI	2,3	2,5	3,2	3,7
MOJU	2,1	2,6	3,4	4,1
TAILÂNDIA	2,7	3,0	3,5	4,0
TOMÉ-AÇU	2,8	2,7	3,9	4,6

Fonte: INEP, 2013

Temos, no quadro apresentado, uma visualização do IDEB dos municípios da região e por eles podemos perceber que a meta a ser atingida está sendo perseguida evolutivamente, mas nenhum município paraense chegou ao índice mínimo de 5,0, o que não deve ser motivo de comemorações. Pelo IDEB apresentado, a educação na região continua indo mal, apesar dos esforços que estão sendo despendidos.

Aí podemos analisar que somente medidas pedagógicas e administrativas não são suficientes para termos uma educação verdadeiramente de qualidade, pois ela depende das condições para sua efetivação, isto é, dos recursos financeiros necessários.

Concordamos com Cury ao afirmar que:

Com efeito, políticas públicas sem recursos se tornam declaratórias e potencialmente inócuas. Essa vinculação representa um vetor distintivo para a conformação do direito à educação no Brasil, uma raridade em constituições de outros países, e a formalização de demandas cuja inserção nacional se reproduz nos dispositivos similares correntes nos estados. Junto a isso, é preciso referir-se ao clima de época, pelo qual se atribuía ao planejamento e aos planos dele decorrentes a possibilidade de superar ou ao menos atenuar os conflitos sociais, em boa parte nascidos da contradição entre trabalho e capital (2008, p.4)

Os recursos dos municípios das regiões norte e nordeste, como pode-se observar nas estatísticas oficiais, em proporções iguais às regiões do país mais desenvolvidas, são insuficientes e limitados, pois não suportam sequer o pagamento digno aos trabalhadores da educação. Mas é com eles e algum projeto que por ventura seja aprovado nas instâncias federal ou estadual, que os gestores municipais contam na execução das políticas públicas.

Tabela 13 – Abaetetuba - Recursos do FUNDEF/FUNDEB

ANO	RECURSOS	TOTAL
2004	FUNDEF	10.904.967,90
2005	FUNDEF	12.979.797,95
2006	FUNDEF	13.733.779,00
2007	FUNDEB	21.179.788,08
2008	FUNDEB	29.523.323,64
2009	FUNDEB	33.752.810,71
TOTAL		122.074.467,28

Fonte: BRASIL, FNDE, 2012.

O valor anual recebido para a educação a cada ano, de acordo com o Censo Escolar do ano anterior, constitui-se na maior receita do município, devendo gerir a educação municipal com estes recursos, mas que são insuficientes para atender as demandas educacionais existentes. Os recursos provindos do FUNDEB não são suficientes para pagar

dignamente os trabalhadores da educação, como defendia o gestor municipal e o gestor educacional, mas com este montante ainda tinha que arcar com as despesas de manutenção da rede de ensino, como materiais, reformas, construções, qualificação dos servidores, formação continuada aos mesmos, participação em eventos educacionais, projetos próprios, etc.

O gestor, mesmo que com projetos consiga algum recurso extra, tem dificuldade em realizar os sonhos de políticas necessárias para a construção da cidadania. No atual modelo de distribuição de recursos da União aos entes federados, é uma ilusão pensar que os municípios, sobretudo os desprovidos de recursos próprios, como quase a maioria dos situados na região norte e nordeste, possam fazer frente às suas necessidades e demandas secularmente reprimidas e colocar a educação no patamar das promessas e sonhos.

3.3.3 Valorização dos profissionais da educação

O gestor municipal da época pesquisada, Luiz Gonzaga Leite Lopes, é formado em Educação Física, Biologia e Pedagogia, com várias especializações e sempre militou nos movimentos sociais e, sobretudo no sindicato dos trabalhadores da educação (SINTEPP). Como professor da rede estadual durante vinte e nove (29) anos, sempre foi defensor de uma educação pública de qualidade e gratuita, da valorização dos trabalhadores da educação, da valorização da educação como mola propulsora do desenvolvimento e sobretudo da importância da educação na construção da cidadania e a conclusão que chegamos é que a história do político é fundamental para o desenvolvimento de políticas de interesse da população.

Uma das primeiras medidas do novo gestor, ao assumir e se deparar com a falta de pagamento do mês de dezembro, foi preciso que o mesmo acionasse a justiça para ser intimado e notificado, afim de que pudesse pagar o salário atrasado de todo o funcionalismo municipal. Até isso se concretizar, devido a impossibilidade do gestor quitar dívidas de seu antecessor, aconteceu uma greve municipal dos servidores, para forçar a justiça local (juiz) a citar o prefeito para que tivesse respaldo legal para realizar o pagamento. Isso somente se concretizou depois de dois meses de governo, com a pressão constante do movimento dos servidores em questão. Mas esta ação colocou o gestor municipal em dificuldades, para no final de ano, poder pagar o salário de dezembro, tendo que atrasá-lo também.

Pois, compreendia-se que o professor sem remuneração encontra-se impossibilitado de exercer com qualidade sua prática docente, já que a

remuneração também representa um aspecto fundamental do perfil profissional nas redes de ensino, e demonstra, em alguma medida, a valorização profissional proporcionada, ou seja, revela o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo professor (CARISSIMI e TROJAN, 2011, p.61).

Desta forma, para Pinto

entende-se por remuneração o conjunto de prestações recebidas pelo empregado em razão da prestação de serviços, em dinheiro ou utilidades, proveniente dos empregadores ou de terceiros”. o valor da remuneração revela o nível de reconhecimento do serviço prestado, mas, “quando se fala em valorização salarial, contudo, há que se ter claro, de que a medida não é, necessariamente, um valor muito acima, mas, simples e tão somente, o que já é pago por outras profissões (2009, p.60).

A ordem dos juristas era de não pagar, considerando a lei de Responsabilidade Fiscal, mas o gestor pôs-se contra a ordem existente, por reconhecer os direitos dos trabalhadores, demonstrando o justo valor de receber o que lhe era devido, mesmo que isso tenha lhe provocado outros problemas contábeis nas prestações de conta municipais (ABETETUBA, 2005, p. 23)

Ao assumir o governo, estavam em andamento cinco (5) turmas de Licenciatura para professores da rede municipal junto às Universidades Federal e Estadual do Pará. A gestão anterior deixou às Universidades uma dívida de R\$ 604.542,29 que ameaçavam não ofertar mais disciplinas e os alunos estavam prestes a perder o curso. O compromisso da gestão com a valorização do servidor e ciente da importância da sua formação para a qualidade da educação fez com que o mesmo negociasse a dívida junto a UFPA e UEPA o que proporcionou, às seis turmas de professores (300 alunos), a continuidade das aulas e a devida qualificação de nível superior.

Dois concursos públicos (2005 e 2007) foram realizados para atender a demanda educacional do município. Os dois concursos públicos realizados durante a gestão, previam o preenchimento de 1.253 vagas. O primeiro realizado, previa as vagas distribuídas em pólos contemplando a zona rural e a zona urbana. As vagas do interior, seriam preenchidas por candidatos de cada pólo, de acordo com a inscrição, pois em certas regiões de difícil acesso, os concursados acabam desistindo e as vagas ficavam desocupadas.

Ressalta-se que a necessidade de realização de concurso público foi fruto de um dispositivo legal da CEF 1988, que prevê no Artigo 206 em seu inciso V que a:

valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas (Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Porém, no primeiro concurso realizado pela Prefeitura de Abaetetuba, das trezentas e doze (312) vagas, apenas setenta e cinco (75) foram preenchidas, porém apenas *vinte e cinco* (25) eram de candidatos moradores dos pólos, obrigando a abrir outro concurso para o preenchimento das demais vagas, já sem delimitação dos pólos, sendo que os classificados eram lotados nos locais onde havia vaga. Ao final do governo, apenas *cinquenta e dois* (52) servidores municipais na área educacional, eram *contratados*, para atuarem em localidades de difícil acesso, obrigando a contratação de pessoas da localidade.

Esta constatação faz a gestão pública se questionar sobre os critérios legais e os critérios práticos quanto à lotação dos servidores públicos concursados, considerando que as comunidades do interior, se veem privadas de seu pessoal qualificado, porque não conseguem aprovação no concurso público, entregando as vagas a pessoas de fora, que muitas vezes são rejeitadas e oprimidas, como se percebeu em quase todas as comunidades. E muitas vezes, com razão, pois os novos concursados tem que locomover-se para o local, chegando atrasados, faltando, não contribuindo com a comunidade em suas ações ordinárias, visto que o professor, no interior, geralmente também é investido de outras funções comunitárias, como catequista, animador, coordenador, etc.

Os concursos públicos realizados no período contribuíram para a contratação de concursados públicos, pondo fim a uma prática de contratos temporários³⁰, que impera nos municípios, aos caprichos da gestão municipal. Isto também tem um preço político, porque os temporários que não conseguem aprovação, voltam-se contra o gestor municipal, achando-o culpado pela sua situação.

A valorização do servidor passa pela oportunidade de qualificação profissional e sabedores que a formação é indispensável para obter-se qualidade educacional, foi garantido também a oferta de cursos à nível de pós-graduação *lato-sensu* para vários professores da rede em Educação Matemática e Ciências (EDUCIMAT), Mídias na Educação e Escola de Gestores.

O ponto forte desta diretriz estava na formação do servidor. Houve parceria com MEC/FNDE com a aprovação de projetos de formação continuada, para professores de educação infantil e para os professores da educação especial e o governo, preocupado com a

³⁰ O contrato temporário é previsto em lei somente em casos especiais e por tempo limitado, porém é uma prática muito usada pelos novos gestores que alegam não ter tempo hábil para realizar um concurso público, aproveitando para demitir os temporários existentes e contratando seus aliados eleitorais, que, rotineiramente acabam permanecendo no cargo até a eleição de um novo gestor. Outros, mais espertos, fazem o concurso no final do mandato, deixando a chamada para o novo gestor.

educação inclusiva, aproveitou o momento e ampliou o curso para todos os profissionais da rede municipal, através da contrapartida financeira do município.

A realização de Seminários, como da Merenda Escolar, Transporte Escolar, secretários de escolas, gestores escolares, chefias da SEMED, professores, foram constantes nos quatro anos de governo e entendemos que estas constantes formações se constituem em instrumentos significativos para a valorização e aperfeiçoamento dos servidores municipais.

Outro marco que a pesquisa detectou no governo estudado, foi a valorização do servidor ouvindo suas reivindicações para a construção de um novo projeto para a educação municipal. No período de governo a legislação nacional passa a implementar o ensino fundamental de nove anos. Era preciso conhecer e saber como implementar as regulamentações legais.

Foi então constatado também que enquanto equipe, a SEMED iniciou um ciclo de estudos e debates nas comunidades escolares do campo (estrada e ilhas) e cidade acerca da implantação do ensino fundamental de 09 anos. A mobilização deu-se por meio de seminários e assembleias com a sociedade civil organizada para discutir e planejar o ensino de 09 anos a ser implantando a partir de 2007

Os encontros foram subsidiados por uma *cartilha* elaborada pela SEMED sobre o ensino Fundamental de 09 anos que serviu também para subsidiar o dia-a-dia da escola, a implantação dessa etapa de ensino. Verificou-se que esse trabalho durou praticamente um ano letivo.

Mas também era necessário normatizar o Ensino Fundamental de Nove (09) anos no interior da escola, sendo então, elaborado o novo *Regimento Integrado das Escolas Municipais*, que foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação e aprovado no dia 20/12/2008, tornando-se a primeira normatização do referido ensino, no Estado do Pará, segundo o então Presidente do Conselho Estadual, Roberto Ferraz.

A pesquisa constatou que o governo observou que o Regime Jurídico Único dos servidores municipais estava desatualizado e aproveitando as novas exigências do MEC, iniciou a construção da proposta de Lei do *Plano de Cargo e Carreira dos Trabalhadores da Educação*, com a participação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará (SINTEPP)³¹, envolvendo a categoria. Não foi possível a aprovação durante a gestão, mas foram realizados debates para o amadurecimento das ideias e o mais importante, iniciou-se

³¹ O SINTEPP foi fundado em 18 de dezembro de 1983, representou um avanço na organização da luta dos profissionais da Educação no Estado do Pará e teve sua origem no movimento dos trabalhadores da educação do Baixo Tocantins, onde Abaetetuba está incluído.

uma trajetória que culminou, dois anos depois, em 2012, com a aprovação do mesmo na Câmara Municipal e sancionado pelo gestor municipal, atualmente em vigor.

Constatou-se através da pesquisa, que outras ações de valorização dos trabalhadores da educação foram desenvolvidas ao longo do mandato, como negociação constante e permanente com o Sindicato da categoria, para, coletivamente discutir questões salariais, pedagógicas, administrativas, mudanças, propostas, encaminhamentos, atuação dos órgãos colegiados da qual o sindicato fazia parte, e outros.

Múltiplas visitas às escolas foram feitas pelo secretário de educação e membros da equipe da SEMED, para *in loco*, verificar a realidade e discutir com a comunidade escolar as demandas, como construção e reforma de escolas, melhoramento do transporte escolar, participação nos eventos da comunidade escolar etc.

3.3.4 Qualidade social do processo educativo

De acordo com Dourado e Oliveira (2007), a qualidade social deve considerar as dimensões intra e extraescolares que afetam as condições de ensino e aprendizagem. Consoante destacam a dimensão intraescolar que compreende: (i) as condições de oferta do ensino (plano do sistema); (ii) a gestão e organização do trabalho escolar (plano da escola); (iii) a formação, profissionalização e ação pedagógica do professor (plano do professor) e; (iv) as condições de acesso, permanência e desempenho escolar (plano do aluno). Já a dimensão extraescolar corresponde aos fatores econômicos, socioculturais e às obrigações do Estado no provimento público da educação e na viabilização de condições de formação e valorização da carreira docente.

Compreende-se então a qualidade com base em uma perspectiva polissêmica, em que a concepção de mundo, de sociedade e de educação evidencia e define os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis de um processo educativo de qualidade social. (DOURADO e OLIVEIRA, 2009, p. 202).

Esta diretriz está associada a um conjunto de ações que extrapolam os muros das escolas, pois se refere à qualidade social do processo educativo. Toda ação educativa não se reduz apenas ao processo ensino-aprendizagem, mas está visceralmente ligada ao processo como um todo. Daí que todas as ações intra e extraescolar devem interagir entre si para viabilizar a educação. Esse processo exige múltiplas ações envolvendo a comunidade escolar, a sociedade civil, suas organizações e seus dirigentes.

Mostrou ainda a pesquisa que um dos marcos importantes da gestão na Secretaria de Educação foi a criação do Núcleo de Produção de Artes e Ciências (NUPAC), que durante os anos de 2005 a 2008 desenvolveu, junto à comunidade escolar, diversas atividades artístico-culturais, científicas e pedagógicas, visando uma melhor integração dos alunos das escolas municipais e conveniadas com a comunidade. Oferecendo oficinas como: dança (balé e folclore), teatro, artes plásticas, batuque amazônico, canto coral, área científica, literatura infantil (poesia) e mestre de cerimonial.

Esse incentivo à produção artística dos alunos resultou entre tantas e belas produções como: Auto do Natal, com realização de várias apresentações de teatro, canto e dança para toda a comunidade abaetetubense em praça pública; construção e lançamento do livro de poesia, do aluno Dávison João Tavares Furtado, intitulado “No despertar da vida... a poesia”, assim como de dois livros “Construindo a Cidadania” utilizados como material didático pelos alunos da EJA, de outro livro intitulado “Por uma Escola que cuide do meio ambiente”, utilizado nas discussões e aulas sobre educação ambiental, na cartilha “ + 1 ano é Fundamental” sobre a implantação do ensino fundamental de nove anos, de materiais produzidos para os encontros de formação continuada, oficinas, seminários, avaliação, ensino religioso, educação especial, e outros.

Os momentos cívicos da Semana da Pátria, foram ressignificados e amplamente trabalhados nas escolas como momentos de formação cívica, cultural e artística, além de culminarem em concentrações cívicas nas praças, ruas, vilarejos do interior e estádio municipal. Essa ressignificação cívica era amplamente apoiada e incentivada pelas famílias, deixando de lado os desfiles militaristas, típicos de uma época em que a liberdade cívica era cerceada e imposta.

A confecção de um livrinho com cantos cívicos, gravados em CD, e cantados durante a Semana da Pátria e eventos escolares, com o intuito de recuperar o espírito cívico, contribuíram significativamente para a formação cívica, tão ignorada no meio social e escolar.

A pesquisa constatou ainda que a realização de Feiras Estudantis de Cultura, Arte e Folclore (FECAP) envolvendo os alunos e profissionais das escolas, constituíam-se em grandes momentos educativos e de participação, pois era uma semana de intensa produção e apresentação de atividades artísticas culturais que culminava com a premiação dos alunos e da escola.

A pesquisa nos permitiu observar também que foram promovidas inúmeras atividades esportivas e desportivas ao longo dos quatro anos do mandato, com apoio e incentivo, sobretudo o ato educativo escolar. Por meio da Coordenação de Educação Física

e Recreação foram realizados vários torneios, Jogos Estudantis Municipais, Circuito de Atletismo, Oficinas, encontros, treinamentos, etc.

Por meio de Concurso Público foram previstas vagas para profissionais específicos para atuar no atendimento, sobretudo aos alunos que apresentavam algum problema de ordem psicossocial, como psicólogo, orientador educacional, assistente social, fonoaudiólogo, que compuseram uma equipe instalada na SEMED e que estava à disposição das escolas, que as requisitavam de acordo com as necessidades.

Constatou-se também a existência de muitas dificuldades por parte dos alunos da rede municipal de Abaetetuba para estudar, pelos aspectos geográficos do município, sobretudo nas ilhas e estradas, pela distância das escolas e pelos perigos das águas (maresia, chuvas, tempestades, maré), sol, ventanias, etc. que os alunos têm que enfrentar.

Para contribuir com a melhoria das condições de estudo dos alunos municipais e estaduais, o governo municipal era responsável para garantir o transporte escolar, através de veículos (nas estradas) e embarcações (nos rios). Os recursos financeiros provinham do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), de acordo com as matrículas e cadastro do ano anterior, dos alunos que utilizavam o transporte escolar e contrapartidas da prefeitura e governo de Estado.

O transporte escolar era feito por meio de embarcações, ônibus e bicicletas.

Tabela 14 - Abaetetuba - Meios de Transporte utilizados de 2005-2008

Meio de Transporte	2005	2006	2007	2008
Barcos/Rabetas	37	43	75	256
Ônibus	12	15	19	20

Fonte: ABAETETUBA, 2008, p. 118

O quadro nos mostra que em 2005 foram utilizados, para realizar o transporte escolar, 37 embarcações e 12 ônibus e em 2008, 256 embarcações e 20 ônibus. Mas em 2008, o número de embarcações aumentou sete (7) vezes e o número de ônibus quase dobrou porque a demanda aumentou significativamente, conforme podemos ver no quadro abaixo:

Tabela 15 - Demanda de Estudantes atendidos com transporte escolar

REDE DE ENSINO	Nº DE ALUNOS USUÁRIOS/ ANOS			
	2005	2006	2007	2008
Municipal	56	297	1.860	5.667
Estadual	4.108	3.909	5.099	6.074
TOTAL	4.164	4.206	6.959	11.741

Fonte: ABAETETUBA, 2008, p. 118

O quadro anterior nos mostra que o quantitativo de alunos municipais atendidos pelo transporte escolar, em 2005, foi de 56 alunos e em 2008, já foi de 5.667 alunos, um aumento de 1019% e na rede estadual, também atendida pelo município, foi, em 2005, de 4.108 alunos e em 2008 foi de 6.074 alunos, um aumento de 147%. Mas no geral, percebemos que em 2005 foram atendidos 4.164 alunos e em 2008, foram atendidos 11.741 estudantes (aumento de 282%) todos sob a responsabilidade do município. Este quantitativo de alunos atendidos com o transporte escolar em Abaetetuba é maior do que a clientela estudantil de muitos municípios paraenses.

Os recursos financeiros para pagamento dos custos com o transporte escolar são provenientes do PNATE e não chegam a custear 50% dos gastos realizados. Em 2008, de acordo com dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o repasse ao município foi de R\$ 1.335.475,00 e o gasto foi de R\$ 3.035.117,00 (ABAETETUBA, 2008) ficando o déficit à custa do município, que tem que sacrificar outras demandas para garantir o direito dos alunos à educação, compromisso honrado pelo gestor municipal. Mas temos que reconhecer que, para os municípios que possuem receita própria insignificante, como é o caso de Abaetetuba, percebe-se o quanto o modelo econômico do país é desigual para com os desiguais, pois trata a todos simetricamente. Por outro lado, esse mesmo país tem recursos para socorrer bancos, empresas, latifundiários e a elite brasileira.

Abaetetuba possui a segunda maior população quilombola³² do Estado do Pará, com 12 comunidades quilombolas instaladas no interior do município, sendo dez nas ilhas e duas no centro. O governo federal tem políticas públicas específicas para as populações quilombolas e governo municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, em 2005, elaborou projeto para a construção e implementação de uma escola quilombola ‘Santo André’, na localidade do Rio Itacuruçá (ilhas) com maior população quilombola.

Esta escola quilombola é um marco na educação do campo, oferecendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, além da Educação de Jovens e Adultos, equipada também com biblioteca, laboratório de informática, atendimento técnico pedagógico. Esta escola quilombola oferece todas as modalidades de ensino da educação básica, favorecendo tanto os estudantes quanto os trabalhadores da educação, por permitir a realização de um trabalho educacional mais eficiente e integrador. A primeira escola quilombola do município

³² A primeira encontra-se no município de Alenquer/PA

integra as escolas pólo construídas nas ilhas de Abaetetuba, contribuindo para a permanência dos estudantes na localidade, oferecendo todas as modalidades de ensino.

3.3.5 Inovação tecnológica e científica na renovação do conhecimento

Compreende-se que é prioridade a produção da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social, que busca promover a popularização e o aperfeiçoamento do ensino nas escolas públicas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão e o desenvolvimento social no País. Assim, como a preocupação com a interação entre conhecimento científico e tecnológico e sociedade, tanto na sua expressão econômica como na sua expressão propriamente social (BRASIL. MCT, 2004).

Assim, o presente estudo nos permitiu afirmar que esta diretriz: Inovação Tecnológica e Científica na Renovação do Conhecimento implicava em compreender não ser mais possível hoje, fazer educação sem a mediação dos recursos tecnológicos. Era preciso, pois, investir na informatização das escolas: computadores, internet. Mas não só isso, que esses recursos também fossem instrumentos que viessem qualificar o processo educativo.

A informática é um alicerce importantíssimo no processo de melhoria. A sua evolução permite que as informações alcancem o seu destino com maior rapidez, onde quer que os 'clientes' internos e externos estejam. A implantação de um sistema de informações gerenciais impõe uma criteriosa preparação de toda a organização, criando condições propícias a mudanças de processos educativos e comportamentos sociais. Mesquita (2002) assim se expressa

A educação é pedra fundamental na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e na aprendizagem. As desigualdades sociais, de regiões, de países e continentes, são-no essencialmente pelo factor discriminatório no acesso ao conhecimento e às dificuldades tecnológicas da concretização de inovação. O fosso que separa os países desenvolvidos dos chamados de terceiro mundo, centra-se primordialmente, na posse ou não de conhecimento e na capacidade de o usar (MESQUITA, 2002, p.20).

Na atualidade a informática constitui-se em instrumento imprescindível para a formação de nossos alunos, capacitando-os para os múltiplos e constantes desafios da sociedade moderna, sobretudo para o mercado de trabalho, cada vez mais exigente.

O governo federal lançou o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) e Abaetetuba foi contemplado como assinatura de um convênio para a instalação de laboratórios de informática nas escolas. O próprio então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmava aos quatro cantos do país, que todas as escolas e municípios seriam contempladas com laboratórios de informática, “porque hoje ninguém vive sem esse fabuloso instrumental”, dizia ele. E em vinte duas escolas municipais da cidade e algumas do interior, foram instalados laboratórios de informática (ABAETETUBA, 2008, p. 50-54).

Além dos laboratórios viabilizados através de recursos federais e estaduais, as escolas com o apoio da SEMEC, foram em busca de parcerias afim de adquirir recursos para implantação de laboratórios de informática. O exemplo é a escola da região ribeirinha Nossa Senhora da Paz - Rio Arumanduba - em parceria/convênio com a Albrás através do programa “Escola de Informática e Cidadania”; e a escola São João- Bairro São João, em parceria com a Eletronorte. Em contrapartida a SEMEC dava apoio logístico e manutenção dos espaços de funcionamento e canalização de recursos humanos.

As secretarias das escolas municipais da cidade foram gradativamente informatizadas e ligadas à internet e outras foram adquirindo seu instrumental de informática com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), contribuindo, assim, para agilização dos trabalhos burocráticos e outras necessidades das escolas. A equipe de informatização realizava vários trabalhos com o intuito de melhorar a qualidade dos trabalhos da administração municipal, como:

- Instalação e manutenção dos computadores nas Escolas Municipais e nas outras repartições;
- Instalação dos kits de internet em escolas municipais;
- Manutenção ordinária dos equipamentos de informática (*PC, impressoras, rede de internet, etc.*);
- Manutenção da ‘Estação digital’ da SEMEC Recuperação e manutenção de equipamentos de informática;
- Assessoria técnica à equipe de Estatística da SEMEC para o Censo Escolar e outros serviços educacionais.

De muita importância e relevância para o município e a região, foi a implantação da Unidade Federal de Educação Tecnológica de Abaetetuba, foi observado na pesquisa.

O Ministério da Educação disponibilizou, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o edital de Projetos de Apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de

novas escolas técnicas federais de educação profissionalizante. Os municípios foram convidados a encaminhar suas propostas. A Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba-PA elaborou uma proposta, que foi aprovada pelo governo federal.

No Estado do Pará, cinco municípios, Abaetetuba, Itaituba, Bragança, Santarém e Conceição do Araguaia tiveram suas propostas aprovadas, sendo que Abaetetuba assumiu a primeira posição no ranking para prioridade de Implantação da Unidade Federal de Educação Tecnológica, a pesquisa nos permite afirmar que isso ocorreu graças ao empenho e compromisso do Prefeito Municipal de Abaetetuba e da equipe da Secretaria Municipal de Educação, o que exigiu um árduo trabalho em parceria com o CEFET Belém, que assessorou e acompanhou a elaboração da farta documentação necessária para aprovação e execução do projeto.

Após o resultado da seleção nacional sobre a implantação da nova unidade educacional em Abaetetuba, foram feitas audiências públicas com a comunidade local e visitas técnicas ao CEFET-PA para orientações técnicas, quanto ao processo de implantação.

A Unidade Federal de Educação Tecnológica de Abaetetuba situa-se à Rua Rio Grande do Sul, Bairro Francilândia. A oferta dos cursos, num primeiro momento se deu assim:

Tabela16 - Ofertas do IFPA Abaetetuba em 2008

Nº	CURSO	TURNO
01	Integrados	<i>Edificações</i>
02		<i>Informática</i>
03	Subsequente	<i>Pesca</i>
04		<i>Aquicultura</i>
05		<i>Informática</i>
06		<i>Saneamento</i>
07	Licenciatura	<i>Biologia</i>

Fonte: ABAETETUBA, 2008, p. 118

Hoje o IFPA/Abaetetuba oferece estes e outros cursos, tanto à nível médio, pós-médio e tanto à nível superior.

A Unidade Federal de Educação Tecnológica de Abaetetuba foi inaugurada em 2009 e representa um extraordinário avanço para toda a região do Baixo e Médio Tocantins, tão relevante e importante quanto a implantação da Universidade Federal do Pará no município, em 1987.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação desempenha um papel fundamental e indispensável na vida dos sujeitos, em especial de grupos menos privilegiados, pois é através dela que ascendem socialmente. Sem educação escolar formal, com as devidas comprovações legais (atestados, certificados, diplomas), o filho do pobre está condenado a viver sem perspectivas de futuro. Em Abaetetuba, são raros os que conseguem ascender na vida sem a devida formação escolar.

Na realidade investigada, a educação representa a “tábua” de salvação para muitos filhos de trabalhadores que ao conseguirem sua qualificação, conseguem construir sua dignidade e cidadania. Temos vivenciado, aos longos dos vinte e seis (26) anos de trabalho do Campus da Universidade Federal do Pará, localizado em Abaetetuba, que o seletivo quadro de privilegiados que chega ao nível superior e concluí-lo, possuidores do diploma, consegue dar um salto profissional grandioso e aos poucos, com um emprego na área de formação, galgar dividendos financeiros que mudam radicalmente sua vida e, quase sempre, de seus familiares também, pois o investimento feito nos filhos, contribui para o retorno financeiro também para a família, melhorando a qualidade de vida da mesma.

A educação, em Abaetetuba, não é diferente do resto do país e esteve em grande medida a serviço dos interesses da classe dominante, aconteceu desorganizadamente, os dirigentes educacionais ocupavam o cargo para privilégio pessoal e dos grupos a que serviam. A constante troca de dirigentes educacionais (secretários/as) transformava a educação municipal numa descontinuidade constante. Mas, mais do que isso, a falta de compromisso com uma educação de qualidade, capaz de ajudar a qualificar os educandos para o enfrentamento social, o descompromisso colocou a educação municipal em uma rotina de cumprimento das formalidades legais, sem alavancar uma política educacional capaz de construir educandos capazes de construir a sua história. Não basta ter uma rede municipal de educação com escolas inadequadas, mal estruturadas, locação de servidores desorientados, sem proposta, sobretudo pedagógica, normatizações vencidas, recursos financeiros escassos e mal aplicados, contratação de servidores sem concurso público, de acordo com os interesses dos dirigentes, afrontando a própria Constituição Federal, que prevê o preenchimento de cargos públicos somente através de concurso público.

Diante das análises realizadas ao longo do estudo foi nos permitido compreender os desafios que estão colocados para quem se propõe atuar na administração pública, sobretudo na educação, onde o número de pessoas envolvidas é sempre o maior em relação aos demais setores, quando se trata das prefeituras o número de alunos, professores e pessoal de apoio

consome em torno de 70% dos investimentos com pessoal, (folha de pagamento, formação, transporte escolar, merenda escolar infraestrutura e custeio), o que nos permite concluir que para além das constatações evidenciadas, trata-se de uma cidade que tem um número bastante significativo de suas escolas do campo localizadas em ilhas e estradas, escolas estas que do ponto de vista da infraestrutura funcionam em barracões, casa de família ou em prédios improvisados, isto nos permite afirmar que as limitações do gestor da área da educação no Brasil, mais particularmente na Amazônia, demanda além de bons conhecimentos e compromisso político, um grande desafio que é prover a rede com infraestrutura adequada para que o processo educativo ocorra com a devida qualidade.

O estudo realizado apontou também, que a cultura existente no meio social local, ainda é de passividade e por vezes de omissão frente à realidade existente, fruto da vivência de anos e anos, senão todos, de autoritarismo, descaso, paternalismo, assistencialismo, individualismo, clientelismo, assumindo a concepção de poder que transforma os direitos sociais em políticas de “favor”. Essas práticas mantidas ao longo da história centenária do município, transformam o caos em senso-comum.

Constatou-se que a construção coletiva de um novo projeto de educação (e outros setores) para o município enfrentou resistências na sua construção e execução, pois as práticas até então existentes conflitavam com o compromisso profissional necessário à realização de novas práticas. Chegar atrasado à escola, sair mais cedo, faltar ao trabalho em troca de consultas adulteradas, atestados duvidosos, furtar-se da Hora Pedagógica, cumprir conteúdos pré-estabelecidos, fugir da formação continuada, desinteresse profissional etc., faziam parte desta prática alienante e descompromissada e acontecia e acontece ainda hoje. Essas práticas, ainda rotineiras no meio educacional, põem em contradição e conflito as novas propostas, sobretudo de transformação social. Esses conflitos permeavam constantemente a realização das novas práticas educacionais implementadas na gestão em estudo.

Por outro, podemos destacar a seriedade de muitos profissionais da educação que contribuíram significativamente para a mudança do cenário educacional local no período da gestão municipal investigado, superando as dificuldades encontradas na escola pública e se comprometendo com um fazer educativo de qualidade e comprometidos com os grupos sociais menos favorecidos.

Importante, registrar que a qualidade da educação no município em muito tem a ver com a participação e a contribuição desses trabalhadores da educação que foram protagonistas das mudanças que ainda hoje persistem, apesar das mudanças de governo.

Um fator importante que se destacou no decorrer do estudo aponta a questão dos conflitos que foram constantes na gestão educacional municipal e se estendiam à gestão das escolas municipais, dos conselhos escolares, dos órgãos colegiados da educação (FUNDEB, CAEs, Educação), na formação continuada, no setor de merenda escolar, com as outras Secretarias de governo, com o funcionalismo público acostumado com as práticas tradicionais, com os fornecedores, com os parceiros, com aliados políticos, e até amigos interessados em benefícios próprios.

Mesmo vivendo em um ambiente conservador, fruto de mais de um século de políticas autoritárias baseadas em um modelo clientelista, a pesquisa mostrou que é possível desenvolver políticas educacionais sérias, exequíveis, eficazes, que envolvam seus atores num processo democrático, de ampla participação na construção de um novo cidadão. E que a proposta de organização da educação municipal se constituiu numa prática eficiente, tanto é que o atual governo, passados quatro anos e meio, manteve integralmente a posposta, com ajustes, contemplada também no Plano Municipal de Educação aprovado em 2012.

Mostrou, também, os muitos obstáculos a serem superados gradativamente, num município que detém a 7ª maior população do Estado (141.054 habitantes), dos quais 34.733 são estudantes da rede municipal de ensino. A pesquisa constatou, também, que o município ainda é muito frágil em suas estruturas administrativa e social, e que depende basicamente de insuficientes e limitados recursos financeiros vindos do governo federal, sobretudo.

Conclui-se ainda que o fato da gestão municipal dos anos de 2005 a 2008, ter sido marcado por um governo comprometido com as camadas populares da sociedade abagetubense, os resultados em grande medida se configuram de modo mais positivo, contudo o déficit de profissionais qualificados, combinado com a precarização da infraestrutura da rede e ainda com a limitação orçamentária, contudo é possível afirmar que para além do plano e de uma boa gestão que esteja comprometida com o sucesso do processo educativo torna-se necessário uma discriminação positiva no que tange a recursos para investimentos em infraestrutura e capacitação dos servidores sejam eles docentes, de suporte pedagógico ou de apoio.

O engajamento dos sujeitos nas ações desenvolvidas pela secretaria para além do mero “profissionalismo” nos permite deduzir que se apresenta como elemento capaz de fazer a diferença quando se trata de busca de construção de uma educação de qualidade e democrática.

Um empecilho que se deve destacar e considerar e que o estudo aponta, são as ações da política partidária, principalmente quando se trata da política de aliança, onde se tornam

necessárias mediações capazes de permitir a governabilidade, neste caso é necessário firmeza dos gestores para não permitir que interferências externas imponham uma dinâmica que não seja aquela imbuída do desejo de beneficiar a todos priorizando principalmente aqueles que mais necessitam.

O estudo nos permitiu concluir ainda que houve um esforço significativo visando a elaboração de uma política educacional que beneficiasse a todos e isso se materializa na preocupação com o processo formativo quando o prefeito busca regularizar a situação dos servidores realizando concurso público ou ainda renegociando e pagando as dívidas que o governo anterior deixou com as instituições superiores de formação, o que poderia levar ao trancamento dos contratos e conseqüentemente a perda dos cursos pelos professores-estudantes.

Outro elemento que queremos destacar nesta conclusão foi a celebração de parcerias que o governo da época conseguiu fazer com o governo federal, estadual, movimentos sociais. O que nos permite destacar que isso põe em evidência o desejo de se construir uma gestão democrática onde os sujeitos e entidades participem de fato e de direito das ações desenvolvidas pelo governo, mesmo que este não consiga pleno êxito face às demandas secularmente reprimidas.

Ressalta-se que foi realizado nessa gestão municipal, de 2005 a 2008, a reorganização da estrutura logística, administrativa, pedagógica e da gestão educacional, o investimento contínuo na formação específica e continuada dos atores educacionais: professores, conselheiros escolares, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, equipes de trabalho da secretaria de educação, servidores de apoio como merendeiras, transporte escolar, vigilantes e agentes de secretaria escolar. Muitos cursos, encontros, seminários, treinamentos, oficinas foram realizados. Também foi incentivada e apoiada a participação dos educadores em fóruns estaduais e nacionais de educação, proporcionando uma ampliação da visão educacional existente, além do enriquecimento pessoal e profissional de cada participante.

O estudo, ainda, nos permitiu constatar que a qualificação profissional dos professores era preocupação constante na política educacional implementada no município, visto que seis turmas estavam cursando cursos superiores nas universidades públicas (UFPA e UEPA) locais. Os cursos eram custeados pelo município, mesmo que o governo anterior tenha deixado acumular dívidas por falta de pagamento das mensalidades, que foram quitadas e normalizadas. Constatou-se também que quase a metade dos professores municipais não

possuía curso superior e o acesso a eles era dificultado pelos escassos recursos financeiros e falta de oportunidade de acesso à educação superior.

Os recursos financeiros são determinantes para a execução de políticas que atendam às necessidades da sociedade, visto que são eles que darão as condições materiais para as ações serem desenvolvidas. No entanto, as regiões norte e nordeste, como é sabido nacionalmente, ainda padecem de receitas e orçamentos compatíveis com as suas demandas secularmente reprimidas.

O modelo de repasse financeiro aos entes federados está muito longe de atender as reais necessidades dos municípios, por aplicar fórmulas simétricas, de acordo com a arrecadação do ente federado, fazendo com que o que produz mais seja o mais beneficiado, muito diferente dos entes federados desprovidos dos mecanismos de produção e sendo os mais pobres e mais necessitados, são os mais penalizados, proporcionando um círculo vicioso de carestia e impotência.

Em nossa análise o presente estudo alcançou os objetivos propostos apontando que o processo democrático e descentralizado da gestão pública contribui significativamente para a construção coletiva da cidadania ativa.

Ainda, pode-se afirmar que este estudo tem uma pretensão inicial de colocar em evidência a importância de uma gestão pública de qualidade, mas, sobretudo destacar as limitações que o estado capitalista impõe quando se trata de prover os interesses principalmente dos menos favorecidos. Entretanto, vale ressaltar que não se pretende responder a todas as questões que foram surgindo ao longo dessa investigação, por isso julgamos necessário outros estudos nesse campo temático que possam colocar luz ao tema investigado.

Como conclusão do presente trabalho pode-se afirmar ainda as limitações que o Estado apresenta quando se trata das políticas públicas de maior abrangência em relação aos cidadãos, sejam elas voltadas para a saúde e a educação, o Estado não consegue fazer com que o discurso esteja em consonância com a prática - e isso fica muito claro nas destinações orçamentárias - que se configuram em prioridades, que em muitas das vezes estão longe dos discursos. No caso da Amazônia, não basta uma política compensatória que vislumbre dar atenção aos cidadãos sem levar em conta os muitos anos de abono a que estão submetidos e tornando real e prioritário uma educação de qualidade e que seja para todos.

REFERÊNCIAS

- ABAETETUBA. *Relatório da Situação Escolar do Município*. Abaetetuba, PA: SEMEC, 2004.
- _____. *Relatório Anual*. Abaetetuba, PA: SEMEC, 2005.
- _____. *Principais ações da SEMEC (2005-2008)*. Abaetetuba, PA: PMA, 2008.
- _____. *Orçamento da Prefeitura Municipal de Abaetetuba*. Abaetetuba, PA: PMA, 2005-2008.
- _____. *Relatório da gestão municipal*. Abaetetuba, PA: Prefeitura de Abaetetuba, 2005.
- _____. *Plano Municipal de Educação*. Abaetetuba, PA: SEMEC, 2012.
- _____. *Plano Plurianual da SEMEC*, Abaetetuba/PA: SEMEC, 2005.
- _____. *Relatório da Coordenação dos Conselhos Escolares*. Abaetetuba, PA: SEMED, 2008.
- _____. *Prestação de Contas do FUNDEF 2005, 2006 e FUNDEB 2007, 2008*. Abaetetuba.
- ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- ANGER Anne Joyce. *Código Comercial, Código tributário e Constituição Federal*. São Paulo: Rideel, 2002 (Coleção de Leis Rideel, Série 3 em 1).
- ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Por uma educação básica e o Movimento Social do campo*. DF: Articulação Nacional por uma educação básica do campo, 1999. Coleção por uma educação básica do campo nº 2.
- ARROYO, Miguel G. *Educação e exclusão da cidadania*. In: BUFFA, Ester et al. *Educação e cidadania*. Quem educa o cidadão? 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BORDIGNON, Genuíno. *Gestão da educação no município. Sistema, Conselho e Plano*. S. Paulo: Ed.L. Instituto Paulo Freire, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRASIL. INEP. *Censo Escolar do INEP.2005*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso em: Ago. 2012.
- _____. Congresso Nacional. *Lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso em: fev. 2013.
- _____. Congresso Nacional. *Lei 11.494, de 20 de junho de 2007*. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da

Educação – FUNDEB. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jun. 2007.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília, DF: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: ago. 2012.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. *O Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília, DF: 2007

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismo de controle. *Revista Lua Nova* nº 45-98, 1998.

CAPES, 2013. <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>>. Acesso em: maio de 2013

CARTILHA DA CIDADANIA – Fórum de Entidades de Direitos Humanos da Bahia e Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da Bahia. Bahia: Gráfica da Assembleia Legislativa/ BA, 88p.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. e TEIXEIRA, Ana Cláudia C. *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. São Paulo, Pólis, 2000.144p. (Publicação Pólis,37).

CARRISSIMI, Aline C. Vernick; TROJAN, Rose Meri. *A Valorização do Professor no Brasil no contexto das tendências globais*. *Jornal de Políticas Educacionais*, nº 10/ago-dez.2011.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CIAVATTA, Maria. *A Construção da Democracia Pós-Ditadura Militar*. In FAVERO; SEMERARO. *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

Código Comercial, Código Tributário e Constituição Federal - Coordenadora Anne Joyce Anger. São Paulo, Rideel, 2002.(Coleção de Leis Rideel, Série 3 em 1).

COLIGAÇÃO Frente Abaeté para Todos. *Programa de Governo*. Abaetetuba, PA: 2004.

COSTA, Rachel. *Calouros depois dos 50*. *Revista ISTOÉ*, São Paulo, n. 2222, 7 jun. 2012.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O Golpe na Educação*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Zahar Ltda, 1994.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Estado e Políticas de Financiamento em Educação*. In: Revista CEDES. UNICAMP, 2008.

DAGNINO, Evelino. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: Daniel Mato (Coord.). *Políticas de Cidadania y Sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DELORS, Jaques (org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. 5. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. *A qualidade de Educação: perspectivas e desafios*. Cadernos CEDES, Série Documental. Texto para discussão. Brasília, Vol. 29, nº 78, 2009.

FÁVERO, O.(org.). *A educação nas Constituições Brasileiras (1923-1988)*. S. Paulo: Autores Associados, 1996.

FÓRUM Social Mundial. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>. Acesso em: dez. 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 1.ed. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia. O cotidiano do professor*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Educação e crise do capitalismo real*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Construção Democrática no Brasil, da ditadura civil-militar à ditadura do capital*. In: *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

GARCIA, Regina Leite. *Reflexões sobre a responsabilidade social do pesquisador*. In: MOREIRA, Antônio Flávio. *Para quem pesquisamos. Para quem escrevemos*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

GESPAN. *Gestão Participativa de Recursos Naturais. Informações básicas sobre treze municípios da região do Baixo Tocantins, estado do Pará: uma contribuição ao planejamento municipal*. Pará: 2004.

GIRARDELLI, J.P. *História da Educação*. S. Paulo: Cortez, 2003.

GODOY, Arilda S. *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. Revista de Administração de Empresas, v. 2, São Paulo, mar./abr., 1995.

GRANDE DICIONÁRIO Larousse Cultural da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HADDAD, Sérgio (Org.). *Banco Mundial, OMC e FMI: O impacto nas políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2008.

HOMEM, Vanessa Mara Andrade; NASCIMENTO, William de Lelis Braz. *Direito de acesso e permanência na escola*. In: MPMG Jurídico. Ano II. Edição Especial, out 2007. Belo Horizonte, MG.

JÚNIOR, João dos Reis Silva; SGUISSARDI, Valdemar. *A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público?* Revista Brasileira Educação, nº 29. Rio de Janeiro: Maio/Agosto, 2005.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury de (coord.). *Pólo oleiro-cerâmico de Abaetetuba: expansão e crise*. Belém: UFPA/NUMA/POEMA/IDESP, 1995. (Série Poema:5)

LUCENA, Izabel Cristina Rodrigues de. *Carpinteiros Navais de Abaetetuba-PA: etnomatemática navega pelos rios da Amazônia*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÈ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Jorge. *O Município de Abaetetuba*. Geografia Física e dados estatísticos. Abaetetuba, PA: Alquimia, 2006.

MACHADO, Jorge. *História de Abaetetuba: com referenciais na história social e econômica da Amazônia*. Abaetetuba, PA: Alquimia, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo*. In: _____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 19-51.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MESQUITA, José Alegre. *A escola na sociedade do conhecimento: um estudo sobre as novas tecnologias de informação e comunicação e suas possíveis aplicações no contexto educativo*. Dissertação. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, Portugal, 2002.

MÈSZÁROS, Steván. *A educação para além do capital*. Tradução Isa Tavares. 2.ed. S. Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa educacional: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. *Educação e desenvolvimento na contemporaneidade: dilema ou desafio?* In: BURSZTYN, Marcel. *Ciência, Ética e Sustentabilidade*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 95-113.

OLIVEIRA, C. de, et AL. *Municipalização do Ensino no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Pensar com radicalidade e com especificidade*. *Lua Nova Revista de cultura e política*. São Paulo, n. 54, 2001, p. 89-95.

_____. *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. São Paulo: Vozes/Fapesp, 1999, p. 5-81.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner. *Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: UNESCO, 2010.

PAGANELLI, Ângelo. *Vida de bairro: Luzes e sombras. A vida do bairro na fala do professor*. Monografia. Abaetetuba, PA: 1995.

PAIVA, V. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

PARÁ. *Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará – IDESP*, 2000.

_____. *Plano Decenal de Formação Docente do Pará*. Belém: 2008.

_____. *Relatório da Municipalização*. Belém: SEDUC, 1999.

PAZ, Vanildo O. *O Município e a Organização da Educação: Caminhos e desafios da criação e implantação do Sistema Municipal de Ensino de Ananindeua – PA*. Belém: UFPA, 2009. Dissertação de Mestrado.

PENTEADO, Silvia Ângela Teixeira. *Identidade e poder na Universidade*. São Paulo: Cortez; Santos, SP: Unisanta Editora, 1998.

_____. *Participação na universidade: Retrato preto e branco*. São Paulo. Editora Pioneira, 1991.

PINTO, J.M.R. *Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira*. *Revista Retratos da Escola/CNTE*, Brasília, Vol.3, nº 4 Jan/jun, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTOS FILHO, José Camilo dos Santos. *Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: O desafio paradigmático*. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Sílvia Sánchez (orgs.). *Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *PDE. Plano de Desenvolvimento da Educação. Análise crítica da política do MEC*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

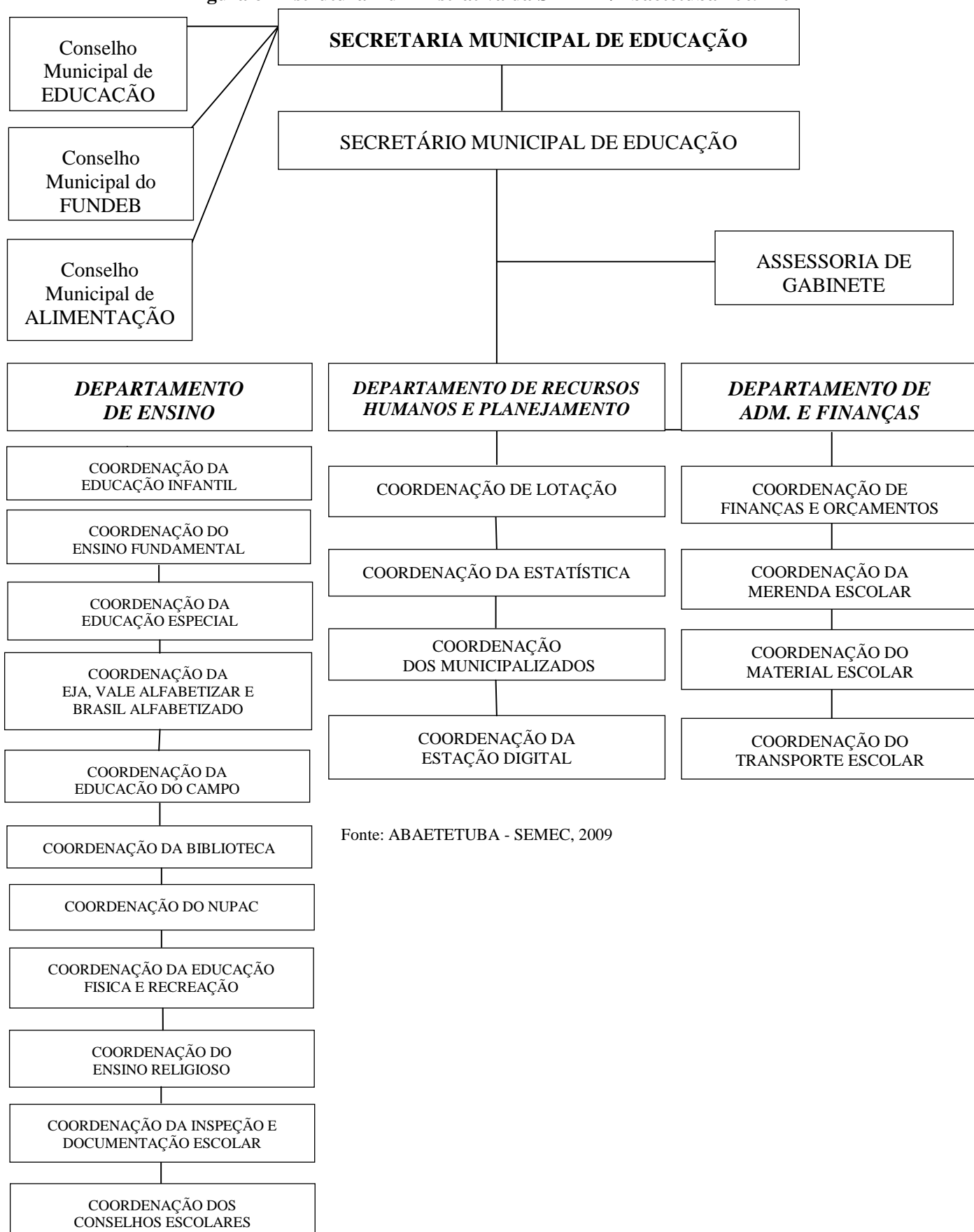
SOUSA, Iris Amaral. *O que fazer do poder público municipal na Amazônia: Os caminhos da política educacional em Abaetetuba/PA*. 2009. Tese (Doutorado) – PUC/SP, São Paulo, 2009.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury (Coord.). *Repercussões Sócio-Econômicas do Complexo Industrial ALBRÁS/ALUNORTE em sua área de influência imediata*. Belém: IDESP, 1991.

WAINWRIGHT, Hillary. *O poder popular no século XXI*. Tradução e adaptação de José Corrêa Leite. São Paulo: Xamã, 2005.

ANEXO I

Figura 6 - Estrutura Administrativa da SEMED/Abaetetuba 2009-2012



ANEXO II - DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO



Logomarca do Governo 2005 - 2008



Encontros de Formação continuada





Encontros de Formação continuada





Escola São João (antiga)



Trabalho de construção da Escola São João



Inauguração da nova Escola São



Atividades do Núcleo de Artes



Gestores discutindo a Política Educacional



Alunos, razão da política educacional



Reconstrução da Escola Santo Afonso – rio



Trabalho de Educação Ambiental



Reconstrução da Escola João Miranda – Colônia Velha

Transporte Escolar



Transporte dos alunos das ilhas





Casa dos Conselhos Municipais de Abaetetuba



Participação em Congressos



Escola nova Nª Sra das Graças – Pontilhão



Informatização da Rede Escolar



Prestação de contas à Comunidade Abaetetubense





Implantação do INSTITUTO FEDERAL de Educação, Ciência E Tecnologia (IFPA) de

